

PAISAGEM AMBIENTE

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

15



ENSAIOS

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi

Vice-Reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretor: Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva

Vice-Diretora: Profa. Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite

Editor Responsável

Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

Comissão Editorial

Profa. Dra. Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima

Profa. Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite

Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

Conselho Editorial

Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima (FAUUSP)

Euler Sandeville Júnior (Univ. Brás Cubas / FAUUSP)

Fábio Mariz Gonçalves (FAUUSP)

Fábio Robba (arquiteto paisagista)

Fany C. Gallender (arquiteta paisagista)

Helena Napoleon Dregreas (UNIP/Univ. Brás Cubas)

Klára Anna Kaiser Mori (FAUUSP)

Maria Assunção Ribeiro Franco (FAUUSP)

Maria Angela Faggin Pereira Leite (FAUUSP)

Miranda M. E. Martinelli Magnoli (FAUUSP)

Paulo Renato Mesquita Pellegrino (FAUUSP)

Silvio Soares Macedo (FAUUSP)

Stael de Alvarenga Pereira Costa (UFMG)

Vera Regina Tangari (UFRJ)

Vladimir Bartalini (FAUUSP)

Apoio Técnico:

Lilian Aparecida Ducci e Silva



CREDENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

Paisagem e Ambiente: ensaios /
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. - São Paulo: FAU, 1997.
n. 15, dez. 2002
1. Ensino superior – Curriculum.
I. Universidade de São Paulo. Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo.

Ficha catalográfica preparada pelo Serviço de
Biblioteca e Informação da FAUUSP

Projeto Gráfico

André Luis Ferreira

Capa

Francine Gramacho Sakata

Diagramação

Sóstenes Pereira da Costa

Tiragem

1.500 exemplares

Data

Dezembro de 2002

Distribuição

Fundação para a Pesquisa Ambiental – FUPAM
Rua do Lago, 876, Cidade Universitária
CEP 05508-900 – São Paulo – SP
Fone: (11) 3091-4815



CREDENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

EDITORIAL

05

PAISAGEM URBANA

Discussões sobre o Papel dos Espaços Livres Públicos nos Bairros de Elite Contemporâneos

09

Fábio Mariz Gonçalves – Arquiteto e doutor pela FAUUSP, professor de paisagismo da FAUUSP

Loteamentos, Expansão e Estrutura Urbana

35

*Décio Rigatti – Professor doutor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR/UFRGS
Colaboração: aluna de arquitetura Daniela Reckziegel*

ENSINO

71

Retrospectiva e Método de Criação de Instrumentos para o Ensino de Paisagismo

Jonathas Magalhães Pereira da Silva – Mestre, professor do Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura Anhembi Morumbi, diretor da Semiotic Systems Ltda.



SUMÁRIO

HISTÓRIA

Santos, Jardim da Orla – referência Urbana para a Comunidade

81

Ana Kalassa El Banat – Mestre em artes pela Unicamp, professora de Estética e História da Arte e Arquitetura da FAUUSP“ Universidade de Santa Cecília - Santos/SP

Luiz Antonio de Paula Nunes – Arquiteto, mestrando em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAUUSP, professor de História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo da FAUUSP – Universidade Santa Cecília - Santos/SP

PROJETO

103

Programa Parque Preservado

Marieta Cardoso Maciel – Engenheira arquiteta urbanista, professora doutora do Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura/UFMG (ex-arquiteta paisagista da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Belo Horizonte

127

Recuperação e Revitalização do Parque do Flamengo

As lógicas dos processos de criação das paisagens parecem ao indivíduo comum, ao seu usuário, e mesmo a muitos de nós pesquisadores e estudiosos, de difícil compreensão ou muito distantes de nossos desejos imediatos, tornando-se, então, corriqueiras as expressões paisagem e urbanização caóticas, que expressam uma negação e/ou, de fato, uma não-compreensão dos processos em vigor.

A oposição ao caos urbano e paisagístico corresponde para o vulgo a ordem, a lógica na organização da cidade em bairros estruturados, com casas sorridentes em meio a jardins, prédios construídos simultaneamente com alturas padrão (não muito altos, talvez seis, talvez dez andares), pouco tráfego, bom transporte, enfim, uma clareza na identificação e apreensão dos diversos elementos configuradores da paisagem, que uma cidade de pequeno ou médio porte facilmente oferece ao observador.

De um modo geral, as cidades como Campo Grande



EDITORIAL

(MS), Bauru (SP), Vitória (ES), ou Campina Grande (PB), podem ser facilmente classificadas pelo observador comum, como ordenadas, de fácil identificação, enquanto as metrópoles de São Paulo, Belo Horizonte e outras mais, são correntemente classificadas como caóticas ou desordenadas.

Na realidade, os processos de configuração de todos esses centros seguem lógicas parecidas, com a prevalência da ação do mercado imobiliário sobre a ação do poder público, que em geral só é responsável por normalizações e obras de infra-estrutura, com a existência de uma proporção significativa de espaços construídos, de um modo semi ou totalmente informal, e com pouca ou nenhuma reserva de áreas para a expansão urbana futura.

São poucas, de fato, as áreas urbanas de porte, totalmente concebidas por meio de um projeto urbanístico e/ou paisagístico existentes no país – Brasília é com certeza o exemplo mais emblemático, com seu plano piloto, estritamente controlado pelo Estado e baseado em rígidas disposições urbanísticas; a Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, ou o Aterro do Flamengo, na mesma cidade, são outros exemplos de sucesso.

As normas urbanísticas existem, mas incidem, de um modo incompleto, sobre apenas partes das cidades, aquelas ditas formais, disciplinando de uma maneira mais ou menos rígida às ações dos investidores privados, corporações ou indivíduos. Um olhar desavisado, por exemplo, sobre a cidade de São Paulo, não consegue apreender o alto grau de incidência das normas urbanísticas sobre as áreas verticalizadas, cujos recuos, taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento configuram uma paisagem homogênea, extremamente padronizada e, para muitos, caótica.

O conhecimento das regras, processos e lógicas, é, pois, básico no cotidiano de todo aquele que se dispõe a entender a paisagem urbana, ou não, e portanto seus processos de formação.

Paisagem n. 15 traz seis textos diversos, dos quais dois se dedicam explicitamente a discutir essas lógicas de

formação da paisagem urbana brasileira; o primeiro deles de Fábio Mariz Gonçalves, intitulado “Discussões sobre o papel dos espaços livres públicos nos bairros de elite contemporâneos”, versando sobre os conflitos e contradições existentes na formação e configuração do bairro do Morumbi em São Paulo, um dos mais ricos do país e cenário de escandalosos e contraditórios níveis de qualidade ambiental e paisagístico, e o de Décio Rigatti, que aborda o processo de parcelamento e formação estrutural urbana da cidade de Alvorada, no Rio Grande do Sul, (nos limites da cidade de Porto Alegre). O terceiro artigo traz uma contribuição do pesquisador e professor Jonathas M. P. da Silva na discussão de procedimentos de ensino paisagístico em trabalho apresentado no Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura – V ENEPEA. O quarto texto, de autoria de Luiz Antonio de Paula Nunes e Ana Kalassa El Banat, apresenta o processo de formação dos jardins da orla turística da cidade de Santos, estado de São Paulo, um dos mais importantes parques urbanos do país, o qual, construído na década de 30 do século 20, chega a este século bastante preservado e totalmente utilizado pelos turistas e pela população local.

Os dois últimos artigos, ambos inseridos na seção Projeto, revelam duas experiências paisagísticas importantes: a primeira, em texto de Marieta C. Maciel mostra-nos um programa público municipal de criação e efetivação de parques em Belo Horizonte; o segundo, em texto de Haruyoshi Ono, conta-nos sobre as obras de revitalização e restauro do Parque do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro.

Esses dois textos, como o de Jonathas, constituíram-se parte de um conjunto de textos extraídos e selecionados dos conteúdos de palestras e conferências do IV ENEPEA, que começaram a ser publicados pela revista *Paisagem*

DISCUSSÕES SOBRE O PAPEL DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NOS BAIRROS DE ELITE CONTEMPORÂNEOS

Fábio Mariz Gonçalves

*Arquiteto e doutor pela FAUUSP,
professor de paisagismo da FAUUSP*



PAISAGEM

RESUMO

Tendo como objeto de estudo três bairros de elite contemporâneos (o Morumbi e o Alphaville, em São Paulo, e a Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro). Debate-se que a superação dos conflitos decorrentes da inadequação dos padrões urbanísticos institucionais ao suporte físico original depende da implantação de um sistema de espaços livres urbanos públicos. Defende-se que a implantação e a sobrevivência deste sistema de espaços livres depende da superação de padrões sociais, culturais e econômicos que vêm minando a possibilidade de convivência de classes sociais distintas.

Aponta-se que o abandono e o desequilíbrio que a paisagem urbana brasileira – especialmente a paulistana – vem apresentando são consequências da omissão do Estado na condução do acordo social necessário para a superação do atual estágio de segregação recíproca das diferentes classes sociais.

ABSTRACT

This paper addresses the need of a public open space system in order to overcome official urban development patterns inadequate to the original physical support by studying three contemporary elite neighborhoods. It asserts that the public space survival depends on the change of social, cultural and economic aspects that undermines the possibility of diverse social classes coexistence.

It concludes that the neglected brazilian urban landscape, and specially the one of São Paulo, is a result of the state omission in leading a social pact needed to finish the present stage of spatial segregation of different social classes.

DISCUSSÕES SOBRE O PAPEL DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NOS BAIRROS DE ELITE¹ CONTEMPORÂNEOS

No início de 1999 defendemos o doutorado² que vinha sendo desenvolvido desde 1989 e que, ao longo dos dez anos de pesquisa, sofreu inúmeras alterações, mantendo-se fiel apenas ao objeto original de estudo, a região do Morumbi em São Paulo. Nos últimos anos o trabalho acabou ganhando estudos complementares sobre a região de Alphaville, em Barueri, e a Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, constituindo-se em uma reflexão acerca da paisagem dos bairros de elite contemporâneos das duas maiores metrópoles brasileiras.

Durante o desenvolvimento dos trabalhos algumas questões, inicialmente secundárias, ganharam importância, outras perderam.

Estamos convencidos de que ter estudado os bairros da elite contemporânea deu-nos um novo entendimento acerca do trabalho do arquiteto paisagista, do urbanista e principalmente do professor das nossas faculdades de arquitetura brasileiras. Lecionar exige uma reflexão permanente sobre o papel do profissional em nossa sociedade.

Qual o papel que os arquitetos têm desempenhado na nossa sociedade presente? Qual a cidade que estamos construindo diariamente? Quais os edifícios, parques e espaços que a nossa sociedade tem produzido?

Arquitetura é um produto social, arquiteto algum é capaz de conceber espaços e construí-los sozinho. Quem apresenta as demandas é a sociedade, quem constrói a cidade é a sociedade, a paisagem espelha a ordem e a desordem da sociedade que a constrói. Con-

(1) As elites a que nos referimos são as elites econômicas.

(2) GONÇALVES, Fábio Mariz. *O desenho da paisagem – A relação entre os padrões de urbanização e o suporte físico*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado), FAUUSP.

tudo, a participação de cada agente produtor da paisagem é distinta em natureza e importância. Pode-se apontar a contribuição de cada um, desde os cidadãos comuns, moradores e trabalhadores em geral até a parcela da sociedade mais comprometida diretamente com a produção do espaço urbano – incorporadores, investidores, construtores, corretores, arquitetos, etc.

Ao arquiteto, enquanto profissional inserido neste processo, cumpre desenhar os espaços e as obras, acatando os prazos, as técnicas, as formas e as determinações – questionando, contudo, o seu fazer, criticando o produto de seu trabalho, procurando experimentar, avançar ou mesmo subverter as práticas comuns da nossa sociedade, dentro das limitadas possibilidades existentes.

Para o exercício profissional crítico é fundamental o entendimento dos processos sociais, culturais e econômicos da sociedade em que exercemos nosso ofício. A qualidade do projeto será maior quanto melhor for o entendimento que o profissional tem das reais questões que interferem em sua prática profissional.

A mencionada qualidade do projeto não é a comercial, não deve ser pensada para ser apreciada nos balcões de vendas, mas para gerar usos e apropriações interessantes para a própria população. Reside fundamentalmente na concepção urbana subjacente ao projeto, nos méritos urbanísticos que qualquer projeto apresenta, seja de uma simples residência até um centro empresarial. Esta qualidade, acreditamos, não surge de idéias abstratas ou teóricas acerca do funcionamento da sociedade, mas da observação cuidadosa e crítica do cotidiano, da prática, do discurso e da realidade urbana brasileira contemporânea, depende do domínio e do entendimento correto da realidade a ser enfrentada.

Todo o estudo que desenvolvemos durante o doutorado versava sobre os bairros de elite contemporâneos. As três regiões estudadas (do Morumbi e de Alphaville, em São Paulo, e da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro) foram percorridas, observando como estas áreas estão sendo construídas, como estão sendo vendidas pela mídia imobiliária, como estão sendo vistas pela imprensa não-especializada, como estão sendo cuidadas pelo poder público e pelos seus moradores.

Após os vários estudos encerramos o trabalho abordando alguns temas que nos preocupavam naquele momento: “A morte do espaço livre público ou a segregação dos diferentes”; “Questões ambientais e paisagísticas”; “Questões sociais”; e “O papel do Estado e do planejamento”.

Aproveitamos este espaço para esclarecer seus conteúdos para os colegas e alunos que se interessem por discutir os desafios que os arquitetos enfrentam ao trabalhar em contextos dos bairros elitizados contemporâneos.

A Morte do Espaço Livre Público ou a Segregação dos Diferentes

Ao percorrer as áreas livres públicas (ruas e praças) de alguns setores do Morumbi, observamos como estas se apresentam mal-cuidadas, abandonadas pelos moradores, empreendedores e pela municipalidade. Esta falta de cuidado com os espaços pareceu-nos ser explicável pela impossibilidade de a elite segregar-se da miséria que a rodeia, pela “impossibilidade de convivência” entre as diferentes classes sociais.

Bairros operários e pobres, com seus lotes pequenos e casas simples, são comuns na zona leste e nas periferias de toda a cidade, como São Miguel, Vila Maria ou Vila Sônia. No sistema capitalista de produção da cidade, quem pode pagar pela terra, pela boa localização, pelo “ponto”, fica mais próximo do centro e dos bairros mais bem servidos de infra-estrutura e empregos, como explica Flávio Villaça³.

Contudo, quem não tem sequer as mínimas condições de participar do processo capitalista de segregação social acaba desrespeitando suas regras: os pobres e miseráveis que sobrevivem da economia paralela ou de subempregos procuram morar em favelas próximas aos seus “trabalhos”.

Se, no final dos anos 90, o Morumbi ainda apresentava grandes vazios, o que dizer do bairro nos anos 70, quando apresentava extensas áreas inacessíveis, ruas de terra e terrenos “sem donos”? Nos anos 70, 1,1% da população de São Paulo morava em favelas; em 1987, essa porcentagem ainda era inferior a 9%; em 1993, segundo levantamento da Fipe, 19,4% da população paulistana morava em favelas. O bairro da elite também é o bairro das favelas mais “bem localizadas” da cidade.

As estatísticas da região do Morumbi demonstram a dualidade de seus moradores. Segundo os resultados do Censo de 1991, os distritos do Morumbi e Vila Andrade, que praticamente coincidem

(3) VILLAÇA, José Magalhães. *Sistematização crítica da obra escrita sobre espaço urbano*. São Paulo: FAUUSP, concurso para professor livre-docente, 1989.

com os limites da área estudada, apresentam contradições notáveis.

A renda do chefe do domicílio, dos dois distritos, é de mais de 10 salários mínimos, a mesma faixa do Jardim Paulista, Itaim ou Alto de Pinheiros; contudo, o analfabetismo no distrito do Morumbi fica na faixa de 10 a 15%; na Vila Andrade, essa taxa é de mais de 15%, ao passo que no Jardim Paulista e Alto de Pinheiros fica na faixa de 0 a 6%.

Segundo o Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo – Proaim, vinculado ao Serviço Funerário Municipal, a taxa de homicídios nos dois distritos é de mais de 45 mortes/100.000 hab., enquanto no Jardim Paulista e Alto de Pinheiros a taxa fica na faixa de 0 a 20 mortes/100.000 habitantes. Esses dados são de 1991, mas a violência na área já foi apontada como a principal responsável por uma grande desvalorização dos imóveis desde os anos 60⁴.

A região do Morumbi conta com várias favelas nos seus fundos de vale e nas encostas íngremes, “empregando” a maioria dos seus moradores em trabalhos domésticos e como pedintes em semáforos. Esses “vizinhos indesejados” utilizam todos os espaços livres, públicos ou privados, disponíveis para sua recreação: ruas, terrenos baldios, murados ou não, são aproveitados para o lazer dos moradores de todas as idades. É lógico que eles acabam por utilizar as mesmas ruas, praças e parques dos “moradores legítimos”, os do-nos das terras.

É comum explicar a pouca manutenção e o pouco uso dos espaços livres do bairro pelos equipamentos existentes dentro dos lotes e pelo fato de que a burguesia se desloca em automóveis, não utilizando suas ruas e praças. São afirmações verdadeiras, mas insuficientes, pois, se bastassem, nos jardins (América e Europa) e nos condomínios fechados os espaços livres também seriam mal-cuidados, o que não ocorre.

Maria Angela F. Pereira Leite faz uma síntese da crise dos espaços livres públicos em situações de grave disparidade social, quando afirma: “A renúncia ao espaço público da cidade fica caracterizada por uma

(4) Dados obtidos em MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: Legalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

série de procedimentos diferentes: nas camadas de mais alta renda, pelo desenvolvimento privado das atividades culturais e de lazer; nas de baixo poder aquisitivo, pela impossibilidade de participar de atividades públicas sociais ou culturais, seja pelo temor de sair de casa após o anoitecer – pois não há garantia de segurança – seja pela sua marginalização no processo de desenvolvimento cultural; a atuação do poder público agrava essa situação pelo isolamento – por meio de grades, muros ou procedimentos intimidatórios – dos espaços públicos de uso coletivo, visando atender a alegações de caráter essencialmente discriminatório: falta de segurança gerada pela permanência, nas praças, parques e jardins, de ‘desocupados’ ou ‘suspeitos’, ou falta de condições intelectuais para a participação popular em atividades culturais.”⁵

Outra constatação que confirma esse fato é que quanto mais se desloca, na região do Morumbi, das áreas menos consolidadas, ao sul, para as áreas mais consolidadas, ao norte, portanto mais segregadas, a manutenção desses espaços melhora, embora sua utilização continue pequena.

A presença dessa população miserável na área é tão indesejada pelos moradores e prejudicial aos investidores que, no plano da gestão Mário Covas⁶, era proposta uma operação urbana específica para a regularização fundiária da Favela do Paraisópolis, a maior da região. Ressalta-se que de todo o município esta foi a única favela a merecer tal “atenção”. Nessa proposta havia a preocupação de se “manter os moradores na região”, o que seria extremamente ou “convenientemente” difícil, em face da pressão imobiliária sobre a área.

Leis e práticas mercadológicas cuidavam de reservar áreas verdes e ajardinadas nos bairros de elite antes mesmo da Lei Municipal n. 9.413, que regulamentou o parcelamento do solo no município, praticamente ratificando as determinações da Lei Federal n. 6.766,

(5) LEITE, Maria Angela F. Pereira. A natureza e a cidade: Rediscutindo suas relações. In: *Natureza e sociedade de hoje: Uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec, 1993.

(6) O Plano Diretor do Município de São Paulo, desenvolvido em 1985, na gestão do prefeito Mário Covas. Esse plano não foi aprovado, mas grande parte dele foi aproveitada no plano aprovado no último mês da gestão do prefeito Jânio Quadros, materializando-se na Lei n. 10.676 de 7 de novembro de 1988.

de 1979, a Lei Lehman⁷.

Essas áreas não são encontradas em toda a região ao sul do Palácio dos Bandeirantes e, quando existem, são meros gramados malcuidados, sem equipamentos, mobiliário, arborização ou qualquer elemento de interesse. Nos bairros de elite mais antigos, mesmo anteriores a essa lei, esses espaços existem em abundância. Na área estudada, eles só comparecem implantados e mantidos quando a região aparece consolidada, ou seja, quando é de uso restrito à elite⁸.

A questão do significado dos espaços livres urbanos está diretamente ligada à discussão dos modelos urbanos a adotar. Em um sítio complexo e frágil como o Morumbi, é natural que existam várias áreas que deverão permanecer necessariamente livres de edificações, como era proposto no plano da gestão do governo Mário Covas. É certo que nem todas essas áreas terão de ser públicas, mas para que permaneçam livres deverão assumir algum papel ou significado urbano relevante. A discussão do significado e papel dos espaços livres urbanos é fundamental para que se possa definir seu desenho, distribuição e quantidade.

A manutenção a que se refere é manifestada no cuidado com a limpeza e com o tratamento dos muros, calçadas e jardins, realizado tanto pelos proprietários como pela municipalidade. Aparentemente a segregação social tem sido uma condição para que a elite ou o Estado se comprometam efetivamente com a manutenção do espaço público. Pela situação observada pode-se concluir que a manutenção dos espaços livres públicos da cidade tem sido mais

- (7) A Lei Municipal n. 9.413 de 30 de dezembro de 1981, dispõe sobre o parcelamento do solo no Município de São Paulo. Reproduz diversos itens da lei federal, estabelecendo como diretrizes específicas: “da área total, objeto do projeto de loteamento, serão destinados, no mínimo: a) 20% para vias de circulação de veículos; b) 15% para áreas verdes; c) 5% para áreas institucionais”. “a localização das áreas verdes deverá atender às seguintes disposições: a) 50% do percentual exigido para as áreas verdes será localizado pela prefeitura em um só perímetro e em parcelas de terreno que por sua configuração topográfica, não apresentem declividade superior a 30%. b) a localização do restante da área exigida para as áreas verdes ficará a cargo do loteador e só será computado como área verde quando em qualquer ponto da área puder ser inscrito um círculo com raio de 10 m, podendo ser localizado em parcelas de terreno que apresentem declividade superior a 30%.” “ao longo das águas correntes, canalizadas ou não, das dormentes e das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos, será obrigatória a reserva de faixa non aedificandi de 15 m de cada lado das suas margens e dos limites da faixa de domínio. § 1º A faixa non aedificandi referida, quando ao longo das águas dormentes e correntes, deverá ser utilizada para sistema viário ou áreas verdes, dispensa a obrigatoriedade da inscrição do círculo de raio de 10 m, constante na alínea ‘b’, do item IV, deste artigo. § 3º Quando o espaço destinado às vias de circulação não atingir o índice estabelecido na alínea ‘a’, do item III, desse artigo a área necessária para completar esse índice será adicionada às áreas verdes”.
- (8) DOLLFUSS, Olivier. O espaço geográfico. Rio de Janeiro: DIFEL/Difusão Editorial S.A., 1978. “De modo que, no espaço dos países subdesenvolvidos, laços de dependência entrecruzam-se em diversas escalas; verifica-se, segundo o linguajar dos economistas, uma inarticulação entre as diversas partes do espaço geográfico, as quais evoluem e vivem obedecendo a ritmos desiguais. Há um enrijecimento dos interesses individuais. O comerciante, quer local quer de fora do grupo, torna-se mais poderoso e auferir uma renda cujo peso é ainda mais difícil de ser suportado pelo fato de a economia e a circulação se basearem em redes modernas, mesmo que deficientes e rapidamente degradadas.”

eficiente quanto mais restrito à elite é o acesso a esses espaços.

Essa segregação inexiste em termos geográficos, mas é real em termos espaciais. A área apresenta como um mosaico de favelas e condomínios, ambos fechados, para quem não “pertença ao local”. A sociedade fragmentada não reconhece o outro, as classes sociais extremas (o miserável e o rico) que moram no Morumbi aparentemente “não podem conviver”; assim, não existe a necessidade ou a possibilidade do espaço público. O esvaziamento do espaço público é consequência da falência da vida em sociedade. O encontro dos “iguais” só se dá atrás das portarias dos prédios, dos clubes, das escolas e até dos parques “públicos”. A região onde moram “os mais ricos do país”, apresentando mansões com milhares de metros quadrados⁹, edifícios de apartamentos com até 865 m² de área privativa, avaliados em US\$ 2.500.000,00¹⁰, localizados a 500 metros de uma favela com 25.000 habitantes, inventa o parque “público, mas nem tanto”. O Parque Burle Marx é fruto da negociação entre a prefeitura e o grupo Moinho Santista que está implantando na região os empreendimentos articulados pelo plano desenvolvido para o Panamby. Os investidores pretendiam aproveitar os jardins, originalmente projetados por Burle Marx para uma mansão nunca concluída, como um reservado clube de golfe, mas a prefeitura exigiu que a área fosse doada e aberta ao público, e a implantação do parque bancada e gerida pelos próprios investidores. Hoje, tem-se um parque “público” inacessível aos excluídos, vigiado e mantido como um condomínio privado, com uma frequência quase tão elitizada quanto a dos clubes da região.

Pode-se observar essa mesma questão na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, e em Alphaville, em Barueri.

A Barra é o bairro mais segregado do Rio de Janeiro: lá praticamente não existem favelas; ainda assim os espaços livres são em sua maioria privados, apenas a praia é realmente pública. O Parque Arruda Câmara se situa no coração da Barra, afastado de qualquer representante de classes sociais menos favorecidas – ainda que seja acessível pelas linhas de ônibus que transitam pela avenida das Américas. Some-se a isso o fato que a população, certamente, prefere a praia ao parque. Apenas os moradores da Barra se utilizam

(9) Inclusive a maior do país, com 11.000 m², distribuídos em cinco andares e unidos por nove elevadores. Pertencente ao banqueiro Joseph Safra.

(10) A média da área é composta por apartamentos de 265 m² com 2,6 vagas na garagem.

do parque, o que garante a segregação e a boa manutenção desse espaço.

O governo do estado instalou, nos anos 80, um parque junto ao rio Tietê, o Núcleo Tamboré, parte de um conjunto de parques projetados para o Vale do Tietê. Esse parque faz divisa com alguns dos residenciais de Alphaville, mas é freqüentado somente pela população dos municípios de Jandira, Carapicuíba e Barueri, que se utiliza do parque e de suas adjacências nos fins de semana, transformando cada braço do rio em praia ou piscina pública.

O parque é utilizado pela população pobre de Jandira, Carapicuíba e Barueri, mesmo sem dispor de linhas de ônibus ou calçadas que lhe dêem acesso. Já a população de Alphaville não utiliza o parque, o condomínio não abre nenhuma via de acesso a ele. Os espaços livres internos ao condomínio são cuidados pelo próprio condomínio, pelo menos aqueles espaços entendidos como estratégicos para a valorização do conjunto, os canteiros dos acessos e avenidas principais. O Parque Tamboré, praticamente a única alternativa de lazer público da região, é mantido pelo Estado, sendo que sua manutenção é pouco sistemática e, em vários aspectos, deixa a desejar.

É impressionante notar que o espaço público mais significativo, de maior porte de toda a região, o Parque Tamboré, ao contrário do Parque Burle Marx para o Panamby, não é apresentado como um elemento de venda ou como um dos atrativos comerciais para Alphaville, pois “não pertence” aos seus moradores, “não participa” de suas vidas. Para os moradores de Alphaville existem os clubes, os equipamentos condominiais, as praças e as ruas tranquilas dos condomínios e os shoppings, mas o parque, ainda que vizinho, parece não existir.

A alameda Rio Negro, que é o principal acesso de Alphaville, tem seu canteiro central lindamente tratado, cuidadosamente ajardinado e mantido. Esse cuidado vai diminuindo conforme se penetra nos empreendimentos. As demais avenidas apresentam canteiros mais simples e despojados e, em alguns trechos, taludes gramados ou tomados pelo mato. As avenidas são tratadas como rodovias, ladeadas por taludes e jardins, com longos trechos sem calçadas.

Alphaville é a cidade concebida pelo empreendedor, uma consequência do “sonho” da classe média. As “estradas” de circulação entre os residenciais, ladeadas por muros e taludes, são normalmente desertas. Nenhum pedestre e pouquíssimos ciclistas se aventuram



Figuras 1, 2 e 3: A alameda Rio Negro, um espaço público, mas de acesso e utilização controlados, recebe um tratamento primoroso e sofisticado que valoriza o acesso aos condomínios e empreendimentos de Alphaville. Enquanto as lagoas às margens do rio Tietê, públicas e acessíveis às populações de Barueri, são cercadas (Figura 2), ou “abandonadas” pelos investidores ou pelo estado e intensamente utilizadas pela população como perigosa alternativa de lazer nos fins de semana (Figura 3).

Crédito: Autor

a percorrê-las. Desinteressantes e íngremes, essas avenidas seguem por centenas de metros de portaria em portaria sem qual-quer outro elemento além dos muros e taludes.

As vias desertas de Alphaville, do Morumbi e da Barra da Tijuca revelam diferentes manifestações das mesmas estratégias de esvaziamento do significado dos espaços livres públicos, engendradas pelas elites em seus bairros. As ruas centrais de São Paulo ou do Rio de Janeiro, as ruas de bairros como Pinheiros ou Penha apresentam a mesma vitalidade e utilização que marcaram estas áreas ao longo do século 20. Para garantir que as ruas dos bairros destinados às elites permaneçam desertas ou de uso exclusivo de seus moradores, os empreendedores e seus arquitetos têm de recorrer a artifícios cada vez mais eficientes e vulgares.

Vale ressaltar que se essas estratégias funcionam nestes, e em outros bairros elitizados, os espaços livres urbanos, porém, continuam apresentando incrível vitalidade em outros bairros paulistanos e municípios brasileiros. Não estamos dizendo que os espaços livres públicos urbanos estão em decadência, muito menos mortos. Estamos denunciando que nos bairros de elite eles têm sido premeditadamente esvaziados como parte de estratégias segregacionistas engendradas pelo mercado imobiliário.

Acrescenta-se ainda que, pelo fato de algumas classes sociais terem construído modos de socialização que prescindem dos espaços livres públicos urbanos, parte da mídia (especializada ou não) tem veiculado que a idéia e a utilidade do espaço livre público está em xeque. Os jornais e revistas mostram como os espaços estão “invadidos” por camelôs, mendigos e miseráveis e que, portanto, a “população” não os usa mais! Este encaminhamento da discussão é equivocado e perigoso – equivocado por inverter a relação de causa e efeito, pois os espaços espelham as condições da própria sociedade. A melhoria das condições dos espaços urbanos depende de melhorias das condições de distribuição de renda, de acesso à educação e à cidadania pela população e não da exclusão de uma ou outra classe.

Questões Ambientais e Paisagísticas

O sítio sobre o qual se implanta a região do Morumbi é especial e interessante. Sua configuração complexa, recortada por córregos, dramatizada pelas encostas íngremes, com grotões vegetados e vários mirantes naturais, poderia ser aproveitada e incorporada à paisagem urbana, gerando contextos ricos e diversificados.

Contudo se percebe, ao percorrer a área, que os potenciais paisagísticos e ambientais foram desperdiçados e destruídos pela cupidez, falta de visão ou mediocridade dos vários agentes produtores da paisagem.

Quando se penetra no Parque Alfredo Volpi (antigo Bosque do Morumbi) e depara-se com o pequeno lago e a beleza dos bosques que cobrem as encostas, chega-se a acreditar que se está diante de uma situação única na paisagem da região. Engano, pois existiriam outros tantos grotões com características semelhantes que poderiam abrigar vários parques como esse. A devastação da vegetação de porte da região e os grandes movimentos de terra destruíram várias dessas situações, desperdiçando oportunidades paisagísticas.

Três aspectos concorrem para inviabilizar um aproveitamento mais racional e interessante das qualidades naturais ou originais da paisagem:

- a) a legislação e a ocupação pensada e implementada lote a lote;
- b) o desinteresse do mercado e dos moradores pela existência dos espaços livres públicos;
- c) a ausência ou omissão do Estado.

Quanto ao primeiro aspecto, deve-se lembrar que a legislação vigente estabelece normas para a produção da cidade em dois momentos: durante o traçado do loteamento urbano e, depois de loteado, normatizando a edificação dentro dos lotes.

Como já foi dito, a lei municipal que regulamenta o parcelamento do solo é a de n. 9.413, de 1981. Essa lei estabelece as situações nas quais não se pode lotear¹¹, mas não informa o que fazer com as áreas que restariam sem lotear. Em síntese, a questão é a seguinte: admitindo-se que existem situações morfológicas do sítio que não devem ser alvo de loteamento, cabe perguntar: que outra destinação terão essas situações?

A legislação simplesmente estabelece onde não se pode edificar, não obriga o Estado ou o proprietário a cuidar ou dar alguma

(11) A Lei Municipal n. 9.413, de 30 de dezembro de 1981, dispõe sobre o parcelamento do solo no Município de São Paulo, estabelecendo que “não será permitido o parcelamento do solo: a) em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar a drenagem e escoamento das águas; b) em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados; c) em terrenos com declividade igual ou superior a 30%, salvo se atendidas exigências específicas da legislação municipal; d) em terrenos onde as condições geológicas não aconselhem a edificação; e) em áreas de preservação ecológica ou naqueles onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis até sua correção”.

destinação a essas áreas. A lei reserva áreas junto aos córregos, mas não garante a qualidade das águas ou a proteção das suas margens.

Assim, percebe-se, em toda área, que quando a iniciativa privada encontra qualquer elemento perturbador do aproveitamento pleno da área de que dispõe, ela tenta removê-lo. As áreas de declividade maior são desmontadas e terraplenadas; os córregos menores, canalizados e aterrados, e as matas, derrubadas na calada da noite¹².

As áreas que por força de lei permanecem livres e públicas acabam virando “terra de ninguém”, espaços de despejo de entulho e lixo ou ocupados por favelas. Esse abandono dos espaços livres acarreta enormes prejuízos às condições ambientais. Basta perceber que as áreas livres transformadas em área de despejo de lixo e entulho são justamente as que ficam junto aos córregos e nas áreas de maior declividade. Daí pode-se concluir que as leis concebidas para a proteção dos elementos e sistemas naturais acabam por engendrar sua destruição, pela incompetência e omissão do Estado ao fazê-las cumprir efetiva e adequadamente.

Para comprovar essa afirmação, basta lembrar que parte significativa das favelas do município localiza-se justamente nas situações que a lei se propõe a proteger¹³.

Em 1989, durante um período de chuvas, uma encosta que vinha sendo aterrada com material retirado de várias outras obras da

(12) A Lei Municipal n. 10.365, de 22 de setembro de 1987 que disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no Município de São Paulo, e dá outras providências, tenta proteger a vegetação remanescente dentro do município estabelecendo que: “como bem de interesse comum a todos os municípios a vegetação de porte arbóreo existente ou que venha a existir no território do Município, tanto de domínio público como privado... Considera-se de preservação permanente a vegetação de porte arbóreo que, por sua localização, extensão ou composição florística, constitua elemento de proteção ao solo, à água e a outros recursos naturais ou paisagísticos... Consideram-se de preservação permanente, por força do Código Florestal, instituído pela Lei Federal n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, com as alterações e acréscimos da Lei Federal n. 7.511, de 7 de julho de 1986, as florestas e demais formas de vegetação situadas: a) ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d’água, em faixa marginal, b) ao redor das lagoas, dos lagos ou reservatórios d’água, naturais ou artificiais; c) nas nascentes, mesmo nos chamados olhos d’água, seja qual for sua situação topográfica; d) no topo dos morros, montes, montanhas e serras; e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive... Art. 5º. A supressão, total ou parcial, de florestas e demais formas de vegetação consideradas de preservação permanente, de acordo com o artigo 4º desta lei, só será admitida, com prévia autorização do Executivo Municipal, quando for necessária à implantação de obras, planos, atividades ou projetos, mediante parecer favorável de comissão especialmente designada. § 3º Em qualquer caso de supressão irregular da vegetação de porte arbóreo considerada de preservação permanente, a área originalmente revestida pelas formações correlatas permanecerá em regime de preservação permanente, de forma a possibilitar sua recuperação mediante planos de reflorestamento, ou de regeneração natural, de acordo com orientação do Departamento de Parques e Áreas Verdes – DEPAVE, da Secretaria de Serviços e Obras – SSO. Art. 6º. Os projetos de loteamento e desmembramento de terras, em áreas revestidas, total ou parcialmente, por vegetação de porte arbóreo, deverão ser submetidos à apreciação do Departamento de Parques e Áreas Verdes – DEPAVE, da Secretaria de Serviços e Obras – SSO, antes da aprovação final pelo Departamento de Parcelamento do Solo e Intervenções Urbanas – PARSOLO – INTERURB, da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEHAB.”

região acabou deslizando, no fundo do vale, junto a um córrego onde havia uma favela chamada Nova República. Vários barracos foram soterrados, 15 pessoas morreram, sendo que 12 delas eram crianças¹⁴. Acidentes desta natureza não são raros, pois, na região do Morumbi, como em toda a metrópole paulistana, essa convivência entre aterros, córregos e favelas é a consequência freqüente e perversa da legislação e das práticas vigentes.

O Estado proíbe o loteamento das situações mais delicadas e especiais do sítio, mas não lhes dá destinação alguma ou garante qualquer outra qualidade além de simplesmente não serem loteadas. A iniciativa privada também não demonstra qualquer preocupação com a questão e acaba por destruir ou simplesmente abandonar essas áreas.

É importante frisar que a cidade de São Paulo jamais teve um plano para suas áreas livres. O máximo que existiu foram capítulos genéricos dedicados ao meio ambiente ou às áreas verdes dentro dos inócuos planos diretores. O poder público – o único responsável pela implantação, gestão e manutenção de espaços livres públicos como ruas, praças e parques – já realizou vários planos para São Paulo (viários, de abastecimento, de saneamento ou de canalização e drenagem de córregos). Contudo, não foi realizado um único plano ou projeto que tratasse dos espaços livres públicos. Nesse assunto, como em tantos outros, houve uma histórica e imperdoável omissão do Estado.

Por toda a região assiste-se ao desrespeito pelos elementos naturais: os córregos estão sendo canalizados e transformados em esgotos, os morros desmontados e cortados e as matas gradativamente derrubadas. Os elementos e sistemas naturais da região do Morumbi estão seriamente comprometidos.

Questões Sociais

(13) "49,3 % das favelas de São Paulo têm alguma parte localizada em beira de córrego, 32,2% estão sujeitas a enchentes, 29,3% localizam-se em terrenos com declividade acentuada, 24,2% estão em terrenos que apresentam erosão acentuada e 0,9% estão em terrenos de depósitos de lixo ou aterro sanitário. Do total, 65% estão situadas em área pública e 9% em terrenos de propriedade mista, ou seja, pública e privada. Esses dados são de 1987, quando o número de favelas era de aproximadamente 1.600 núcleos, onde moravam cerca de 8% da população. Em 1993 essa proporção sobe para 19,8%". Fonte: São Paulo, Município – SEHAB. Censo de Favelas do Município de São Paulo, 1987. In: MARICATO, Ermínia., 1996, op. cit., p. 58 ou em VÉRAS, Maura, Pardini B. e Suzana Pasternak Taschner. Evolução e mudanças das favelas paulistanas. Espaço & Debates, n. 31, Revista de Estudos Regionais, ano X, 1990, p. 57.

(14) Essa calamidade poderia ter sido evitada, pois no Plano Diretor do Município de São Paulo, desenvolvido em 1985 (na gestão do prefeito Mário Covas), a área era apontada como sujeita à erosão e merecedora de medidas especiais, mencionando a necessidade de um Plano de Ocupação de Fundos de Vale, não-detalhado. Novamente, fica provada a descontinuidade administrativa e a inutilidade dos planos diretores.

Exemplos alemães, ingleses e espanhóis mostram a preocupação dos urbanistas, arquitetos e críticos dessas experiências acerca da dimensão cultural e cívica das obras urbanas.

Quando, entretanto, questionam-se modelos de urbanização, não se pode esquecer o fundamental para a análise da validade de qualquer obra urbanística: a dimensão social.

Existem peculiaridades da estrutura social que acabam por singularizar qualquer fenômeno observado neste país. Pensando-se na questão da saúde pública, da educação ou mesmo do desenvolvimento industrial e tecnológico brasileiro, as condicionantes da nossa sociedade engendram limites e peculiaridades nacionais para a situação dessas questões.

O processo de metropolização brasileiro insere-se em um processo planetário de migração de população para as metrópoles, contudo poucos países no mundo abrigam uma rede urbana com a dimensão e a extensão da brasileira. As metrópoles brasileiras apresentam um quadro de pobreza, violência, congestionamento, desequilíbrio ambiental e social que, se não são únicos no mundo, certamente apresentam peculiaridades e diferenças mesmo quando comparadas com outras metrópoles de países periféricos e subdesenvolvidos como o Brasil.

Por décadas acreditou-se que a realidade de nossas metrópoles não vinha à tona, não aparecia na mídia, por um controle dos meios de comunicação imposto pelo Estado. Hoje, em condições de razoável liberdade e democracia, percebe-se que a mídia está a tal ponto comprometida com a manutenção da ideologia dominante que a cidade real permanece ausente da mídia, das ações do Estado e muito longe de ser conhecida ou reconhecida pela população dita “esclarecida” ou “formadora de opinião”.

Fato é que, quando se observam bairros como Higienópolis, em São Paulo, ou Copacabana, no Rio de Janeiro, causa espanto a urbanidade que encerram. São segmentos urbanos que reúnem modos de vida em comunidade com dimensões culturais e urbanas de países desenvolvidos. Nesses bairros existia, e pode-se dizer que ainda existe, uma “cultura pública”, como definida por Russel Jacoby¹⁵: um modo de vida que se utiliza dos espaços públicos, estabelecendo uma convivência rica, complexa e possível entre pessoas de diferentes grupos sociais.

Higienópolis começou a verticalizar-se na década de 40, quando

Copacabana era o paradigma válido para todo o Brasil. Essa geração de edifícios se relacionava com as ruas de modo direto. Os edifícios ora apresentavam pequenos recuos de frente, ora implantavam-se nos alinhamentos, com suas janelas e portas abrindo-se diretamente para as calçadas. Morar nesses edifícios significava morar nesses bairros, andar por suas ruas, freqüentar seus espaços públicos e conhecer seus moradores. Essa dimensão de vida urbana, essa “cultura pública”, solidária e cotidiana dava-se pelo terri-tório. Existiam razoáveis diferenças sociais entre os moradores do mesmo bairro, existiam casas e famílias mais ricas e menos ricas, existiam moradores tradicionais e moradores recentes.

Conforme essas diferenças vão se radicalizando, no conjunto da sociedade, o vínculo com o local desaparece. O vínculo social já não é capaz de abarcar classes tão diferentes simplesmente pela relação de vizinhança, passa-se, então, a buscar os “iguais” em territórios que garantam essa identidade.

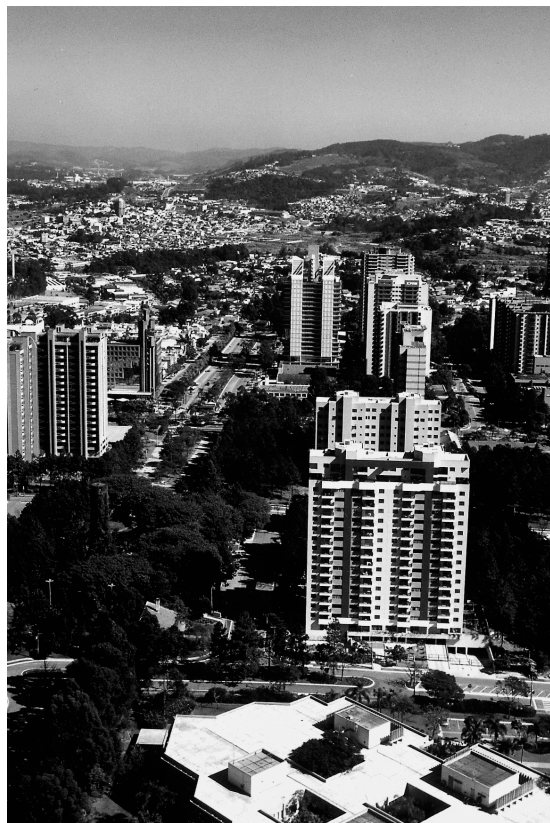
Alphaville, Barra da Tijuca e Panamby são bairros sem pobres, nos quais a segregação social está garantida pelo controle do acesso à terra (pela valorização e propriedade) e pelo controle dos meios de locomoção, circulação e transporte. Grandes distâncias, pequenas e monótonas calçadas, transporte baseado no automóvel, segurança privada, muros e processos intimidatórios logram a exclusão dos “diferentes” e indesejados.

Ainda assim, ou talvez por conseqüência desses mesmos procedimentos, os moradores dessas áreas estão ausentes dos espaços livres públicos ou semipúblicos. A vida desses bairros se dá nos clubes, shoppings, centros empresariais e escolas. Espaços nos quais a segregação se alia a outros fatores de interesse grupal, permitindo aglomerações sem risco de “promiscuidade social”. Essas classes pagam o preço da segregação, altos custos condominiais pela segurança e manutenção das áreas privadas, altos custos das mercadorias dos shoppings que desencorajem (ou impeçam) os representantes das classes menos favorecidas de freqüentar espaços, escolas e clubes mais caros e privados.

As áreas de interesse das elites podem situar-se em qualquer lugar da cidade, podem distar quilômetros das residências, desde que sejam de fácil acesso e ofereçam estacionamento suficientes.

Se na Barra da Tijuca e em Alphaville os espaços livres públicos têm pouco significado, não são fundamentais; na região do Morumbi eles são “indesejáveis”. A relação que os moradores das casas e

(15) JACOBY, Russel. *Os últimos intelectuais*. São Paulo: Edusp/ Trajetória Cultural, 1990.



*Figura 4 – As lógicas comerciais que regem empreendimentos como Alphaville impõem enormes movimentos de terra, com graves prejuízos ambientais, e a concepção de sistemas de espaços livres estéreis, segregados e sem qualquer utilidade para a preservação ou recuperação dos sistemas naturais devastados. Têm-se espaços cênicos sem qualquer utilidade social ou ambiental
Crédito: Autor*

das torres do Morumbi têm com as ruas do bairro é simplesmente pelas janelas de seus carros.

Como pode um planejador fazer qualquer proposta para esse contexto social? Admitindo-se que a sociedade da região é composta desses dois extremos sociais, a questão parece realmente insolúvel.

Qualquer plano que atenda aos interesses dos moradores dos prédios pressupõe a remoção dos favelados. Qualquer proposta de regularização fundiária da Favela do Paraisópolis¹⁶ parece pretender a posterior compra da área e a remoção dos quase 25.000 moradores. Hoje, contam-se na região inúmeras favelas e uma população total estimada em mais de 50.000 favelados. Não é provável que os investidores consigam, mesmo em décadas, resolver todas as questões fundiárias e institucionais, além de reunir o capital necessário para bancar a remoção de toda a população miserável e pobre da região, que nas últimas décadas só faz crescer.

(16) Existe uma polêmica histórica acerca da remoção dessa favela. Em 1972, a área da favela foi classificada como zona 8.029, praticamente congelando a área pelas exigências de recuos superiores aos da Z1, recuos frontais, de fundos e laterais, de ambos os lados de 10 metros, taxa de ocupação de 0,0125% e coeficiente de aproveitamento de 10%. Em 1978, foi aprovada nova Lei n. 8.769, de 31/08/78, ampliando a área de Z8 e propondo uma operação urbana de desapropriação da área abandonada pela gestão seguinte. Desse modo, a área continua apresentando um contraditório quadro institucional e permanece como uma favela com cerca de 1.550.000 m², no “coração” do Morumbi.

As mansões da região entraram em crise no fim dos anos 60 e na década seguinte, período em que o número de assaltos às residências da área passa a alarmar os moradores e a ganhar as páginas dos jornais e revistas. Parece que o modelo estabelecido de ocupação de elite – baseado em condomínios fechados, horizontais e verticais, vigiados como fortalezas urbanas – vem viabilizando, a um altíssimo custo financeiro e social, essa vizinhança sem convivência de classes sociais extremas. Favelas e prédios têm prosperado lado a lado.

A paisagem do Morumbi, de Alphaville ou da Barra da Tijuca é o reflexo da “estética da violência”, como é definida por Teresa Caldeira¹⁷, o confronto entre riqueza e miséria mediado por muros, grades e guaritas.

Sem que o quadro social do país sofra alterações significativas não se pode esperar soluções conciliatórias para a região do Morumbi. Com esse quadro social em que miséria e riqueza extremas convivem agredindo-se reciprocamente, a ocupação da área continuará a espelhar a violência e a estupidez da sociedade brasileira.

O Papel do Estado e do Planejamento

O papel do Estado na sociedade contemporânea brasileira é retratado por Milton Santos, quando explica o significado de “metrópole corporativa”¹⁸. Ele mostra que o poder público alardeia uma crise fiscal, demonstrando matematicamente sua incapacidade de suprir as carências metropolitanas, enquanto prioriza seus investimentos em infra-estruturas que atendem aos oligopólios hegemônicos. O processo é mais perverso quando se verifica que o principal aglutinador do capital destinado a essas obras foi justamente o Banco Nacional de Habitação (BNH), que subtraía compulsoriamente parte dos salários dos trabalhadores para investimentos que facilitavam o lucro das indústrias, “estimulando a instalação de novas indústrias”.

Essa aliança entre Estado e capital privado engendra um processo de urbanização baseado em servir diferentemente às diversas áreas da cidade, permitindo lucros extraordinários aos incorporadores¹⁹.

Contudo, por mais poderosos que sejam os oligopólios, por maior que seja o controle que os grupos dominantes tenham sobre o poder público, a região do Morumbi parece manter-se em desacordo com

(17) CALDEIRA, Teresa P. R. *City of walls: Crime, segregation, and citizenship in São Paulo*. Dissertation for degree of doctor of philosophy in anthropology in the Graduate Division of the University of California at Berkeley, 1992.

(18) SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada: O caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990. p. 95.

seus interesses.

Nos últimos anos assistiu-se à consolidação do projeto mais amplo de deslocamento de parte das atividades centrais, de interesse dos grupos hegemônicos, para o vale do rio Pinheiros. O prolongamento da avenida Faria Lima, a abertura de uma nova ligação a leste pela avenida das Águas Espraiadas e a construção de novos pontos de travessia do rio, com as novas pontes e túneis, consolidaram a vocação da margem oeste como a moradia das elites. As administrações municipais se empenharam em dotar essa região da infra-estrutura necessária para as novas atividades, veiculando o discurso ideológico da “montagem de uma metrópole globalizada”. Grupos de investidores nacionais e internacionais apressaram-se em garantir áreas para seus empreendimentos na região.

Desse modo, tem-se na margem oeste do rio Pinheiros um conflito aberto entre as aspirações das elites em segregar-se em um contexto plenamente controlado e privativo, retrato de sua modernidade, e de sua capacidade real de expulsar, utilizando o poder do capital, populações marginais ao mercado capitalista estabelecido e legal.

Como Milton Santos teoriza – “a força dos fracos é seu tempo lento”²⁰ – a mobilidade das classes não-hegemônicas é menor por suas limitações intrínsecas e porque é necessariamente negociada. Nesse caso específico, os moradores das favelas da região já perceberam seu alto poder de barganha e não estão dispostos a aceitar sua remoção.

O poder público participa desse conflito de modo contraditório. A mesma gestão que articulou a compra dos barracos e a remoção dos moradores, para a passagem da avenida Águas Espraiadas, na margem leste, construiu edifícios do programa Cingapura na outra margem, consolidando a permanência dos seus moradores.

Existe uma saída possível pela negociação das condições de permanência, o que parece ser a tendência do confronto. Os grupos domi-nantes terão que se reconhecer não-hegemônicos, terão que admitir sua incapacidade de impor seu projeto sobre os demais. Desse modo, as partes estabelecerão as condições de

(19) RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ, 1997. “A condição fundamental para a consolidação da incorporação imobiliária já estava dada: a diferenciação social, expressa no espaço da cidade, na dupla dimensão simbólica e material, como base para a geração de sobrelucros de localização.”, p. 299.

(20) SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 81.

convivência entre elas. Esse acordo terá que se dar para que exista a possibilidade de disciplinar a urbanização da área, estabelecendo um sistema de áreas livres com reais significados urbanos.

Analisando-se as tendências contemporâneas do planejamento urbano, percebe-se a ênfase dada ao espaço livre público como o principal elemento estruturador das cidades, pois é nele que se constrói a cidade e a cidadania. Os principais projetos urbanísticos desenvolvidos atualmente na Europa partem da importância e da qualidade dos espaços livres públicos, e assumem como responsabilidades fundamentais e intransferíveis do Estado gerá-los e geri-los.

A base da solução negociada possível para a região do Morumbi está no reconhecimento do direito à cidadania de todos os seus habitantes, na reconstrução da possibilidade de convivência entre eles. Um desafio para o Estado e para todos os que moram na área. Só então se pode imaginar soluções verdadeiras para a qualificação da paisagem urbana.

Soluções como a Barra da Tijuca, Alphaville ou Panamby, por só existirem como paisagem de exclusão, são falsas soluções. São paisagens que sobrevivem enquanto puderem manter-se segregadas da cidade real, criando a falsa noção de coerência ideológica pela omissão da verdade social. Essas áreas abandonam os espaços livres públicos, simplesmente porque sua pobre estrutura social, segregada e artificial, não inclui a vitalidade necessária para a apropriação verdadeiramente democrática da paisagem urbana.

Remover os 50.000 moradores das favelas da região do Morumbi é viabilizar a falsa solução, negando a possibilidade de coexistência das várias classes sociais paulistanas e o próprio direito à cidadania dos favelados. Ao se expulsar essa população, estão-se criando condições artificiais para a existência dos espaços livres "públicos".

O Estado tem, pois, duas alternativas: pode ser o promotor desse acordo, da permanência negociada ou, pelo contrário, mantendo seu papel histórico, pode perpetuar-se como instrumento de dominação, viabilizando a expulsão. Contudo, apenas quando uma dessas duas soluções se completar será possível estabelecer um sistema de áreas livres capaz de proteger e incorporar os elementos e sistemas naturais da paisagem da região. Somente quando o conflito estiver superado é que se poderá ter uma paisagem urbana com um mínimo de qualidade paisagística e ambiental.

Não se pretende invalidar qualquer trabalho de projeto urbano, pois se acredita na necessidade do planejamento para que se

tenha um mínimo de qualidade, eficiência e harmonia no espaço construído. Entretanto, após esses anos de investigação, durante os quais, mais do que respostas, buscava-se a questão fundamental a ser discutida, conclui-se que o papel dos urbanistas atravessa um dilema conseqüente da crise que se impõe às elites dominantes nacionais.

Fundamentalmente percebe-se que as elites dominantes, por não serem mais hegemônicas, são incapazes de incorporar em seus planos a cidade real, a que é habitada por cerca de 70% da população municipal. O Estado, por ser “incapaz” de atender às demandas das demais classes, acaba criando mecanismos ideológicos e institucionais que justifiquem esse desatendimento.

Um dos expedientes ideológicos empregados é “a generalização do particular”. Esse expediente é o artifício de apresentar o interesse de determinado grupo ou classe social como interesse coletivo. Villaça²¹ mostra, por meio de recortes jornalísticos, como, nos principais jornais e revistas da cidade, o que é notícia, o que ganha espaço na mídia, é a cidade que interessa às elites. Tem maior repercussão na mídia o fechamento de alguns escritórios ou lojas na alameda Gabriel Monteiro da Silva do que a remoção de várias favelas na área dos mananciais.

As periferias, os bairros operários ou industriais, mesmo que representem a maior parte da área da cidade ou que abriguem a maioria da população, não são vistos nos noticiários ou nos mapas na mesma proporção que os bairros das elites. Desse modo, o Estado constrói sua autorização para administrar “a cidade que interessa”, para localizar seus principais investimentos e obras “nesta cidade”. Contudo, como ficou demonstrado neste trabalho, mesmo na “cidade que interessa”, a elite e o Estado falham ao fazer valer seus interesses, por não lograrem uma paisagem urbana com qualidades mínimas.

Em contextos previamente controlados e artificialmente mantidos podem-se criar segmentos urbanos que satisfaçam os interesses e anseios do mercado formal. Essas áreas funcionam baseadas na segregação, exclusão e funcionamento esquemático e controlado das atividades urbanas. Tornam-se, pois, caricaturas urbanas empobrecidas de qualquer significado cívico ou social. Os espaços livres, nesses contextos, carecem de vitalidade urbana por não

(21) VILLAÇA, José Magalhães, 1989, op. cit.

serem públicos e muito menos urbanos²².

O grande projeto construído nas últimas décadas pela elite paulistana, que estabelece a região do Morumbi como seu bairro de moradia, esbarra na existência de dezenas de favelas em seu interior e muitas outras em sua vizinhança imediata.

Só existirão as condições necessárias para a reconstrução da noção de espaço livre em bairros de elite quando a sociedade estiver madura e preparada para aceitar que diferenças sociais não devem ser necessariamente resolvidas pela exclusão e segregação.

Isto, hipoteticamente, pode acontecer na região do Morumbi.

Caso isso ocorra, talvez já seja tarde demais para que se possa tirar algum proveito do rico suporte natural sobre o qual essa área se assentou. Estão se desperdiçando, dia a dia, recursos públicos e privados, pois se constrói uma paisagem sem nenhuma qualidade ambiental, funcional ou estética, simplesmente porque hoje não existem as condições necessárias, nem os agentes públicos ou privados, interessados em garantir qualquer dessas qualidades para a região.

Restituir ao conjunto dos espaços públicos a unidade é restituir-lhe a cidade e a cidadania. Segundo Phillippe Panerai²³, “é afirmar uma atenção ou um desvelo igual para todas as partes da aglomeração e recusar-se à dicotomia entre o luxo dos bairros privilegiados e o refinamento dos setores históricos, de um lado, e o abandono dos bairros deserdados. É tornar sensível a todos sua qualidade de habitante ou – no sentido original – de cidadãos”.

Quando a opinião pública alemã se preocupa com os interesses escusos ou ilícitos subjacentes à enorme obra de reconstrução do centro da cidade de Berlim, está no campo do direito e da imprensa. Espera-se que a mídia acompanhe e divulgue de modo isento e crítico o processo de negociação e gerência do capital público e privado mobilizado para aquela obra. Porém, para os urbanistas, cumpre-se o dever de verificar a qualidade da cidade construída.

(22) FRÚGOLI Jr., Heitor. *São Paulo – Espaços públicos e interação social*. São Paulo: Marco Zero, 1995. “O conjunto de empreendimentos dessa ordem, centrados numa série de procedimentos de mercado e agenciados sob a lógica da segregação, ameaça de várias formas o espaço público, ao abandoná-lo à mercê da deterioração, do crime e, em alguns casos, da desertificação, o que, por sua vez, reforça a adoção de medidas mais privatizantes. A cidadania, historicamente fragilizada em muitas dimensões, torna-se ainda mais problemática diante da consolidação desse quadro, pois se reformula de forma dramática a própria noção de cidade”, p. 79.

(23) PANERAI, Phillippe. O retorno à cidade – O espaço público como desafio do projeto urbano. *Revista Projeto*, abr. de 1994.

É papel dos urbanistas observar se os espaços livres e construídos encerram as qualidades necessárias, seja qual for o volume do capital investido, para que a sociedade habite e trabalhe em uma cidade com qualidades suficientes para permanecer viva e útil por várias gerações.

Por fim, é importante reiterar que ao apontar o descaso e o desuso dos espaços livres públicos nos bairros de elite estudados, ao perceber o processo de interiorização e segregação da vida coletiva das elites brasileiras e ao salientar que a falta de cuidado com os espaços livres públicos não tem impedido o sucesso comercial dos empreendimentos realizados nos bairros em questão, acredita-se que é fundamental e urgente reelaborar o modo de gerenciamento e produção dos espaços urbanos a partir dos espaços livres públicos.

O desuso gera o lixo, a criminalidade e a privatização desses espaços, que, por sua vez, agrava o abandono, em um processo perverso que, se não é engendrado por agentes sociais específicos, pode-se dizer que atende aos interesses de alguns desses. Quando a sociedade brasileira alcançar novos patamares de desenvolvimento social e cultural, reconciliando-se consigo mesma, talvez se possam ver os espaços livres reassumindo sua função histórica de palco da vida social, em uma reversão desse processo.

Bibliografia

CALDEIRA, Teresa P. R. *City of walls: Crime, segregation, and citizenship in São Paulo*. Berkeley, 1992. Dissertation doctor of philosophy in anthropology in the Graduate Division of the University of California at Berkeley.

DOLLFUSS, Olivier. *O espaço geográfico*. Rio de Janeiro: DIFEL/Difusão Editorial S. A., 1978.

FRÚGOLI Jr., Heitor. *São Paulo – Espaços públicos e interação social*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

GONÇALVES, Fábio Mariz. *O desenho da paisagem – A relação entre os padrões de urbanização e o suporte físico*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

JACOBY, Russel. *Os últimos intelectuais*. São Paulo: Edusp/ Trajetória Cultural, 1990.

LEITE, Maria Angela F. Pereira. *A natureza e a cidade: Rediscutindo suas relações*. In: *Natureza e sociedade de hoje: Uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: Legalidade, desigualdade e violência*. São Paulo, Hucitec, 1996.

- PANERAI, Phillippe. O retorno à cidade – O espaço público como desafio do projeto urbano. *Revista Projeto*, abr. 1994.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR,UFRJ, 1997.
- SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada: O caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.
- _____. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 81.
- VÉRAS, Maura, PARDINI, B., TASCHNER, Suzana Pasternak. Evolução e mudanças das favelas paulistanas. *Espaços & Debates*, n. 31, Revista de Estudos Regionais, ano X, 1990.
- VILLAÇA, José Magalhães. *Sistematização crítica da obra escrita sobre espaço urbano*. São Paulo, 1989. Concurso Professor livre-docente. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

LOTEAMENTOS, EXPANSÃO E ESTRUTURA URBANA

Décio Rigatti

*Professor doutor do Programa de Pós-Graduação em
Planejamento Urbano e Regional – PROPUR/UFRGS*

Colaboração: aluna de arquitetura Daniela Reckziegel



RESUMO

O rápido processo de urbanização que as cidades brasileiras apresentam, principalmente, a partir do final da década de 40, gera um crescimento acelerado da população urbana e produz nas cidades uma enorme demanda por terra urbanizada.

O presente trabalho tem como objetivos centrais: analisar o parcelamento do solo urbano como modalidade de expansão de áreas urbanas; avaliar de que modo a incorporação de novas áreas, como urbanas, insere-se no tecido preexistente; examinar como os diversos parcelamentos do solo urbano estruturam o conjunto do tecido urbano, gerando diferentes níveis de acessibilidade geral; indicar medidas que o poder público municipal pode inserir como formas de controle e superação dos problemas apresentados presentemente.

Como estudo de caso, discutiremos a formação e estruturação da cidade de Alvorada, localizada no limite leste de Porto Alegre, cidade que se originou da implantação de sucessivos loteamentos, ao invés da expansão de um núcleo urbano preexistente.

O trabalho consiste, essencialmente, na reconstituição do processo de formação da estrutura urbana de Alvorada, a partir da inclusão sistemática de parcelamentos do solo ao longo do tempo e na avaliação da estrutura urbana resultante e suas relações com os potenciais de práticas sociais no espaço.

ABSTRACT

Mainly from the 40's on Brazilian cities has presented a significant process of urbanization with implications in the increase of the urban population and the need of urban land for dwelling as well.

This paper aims: to analyze the design of parcels of urban land as a form of urban expansion; to evaluate how the aggregation of different parcels in different locations structure the urban fabric; to indicate possible actions that can be taken by local governments in order to avoid negative outcomes presented in current procedures.

As a case study the formation of the urban structure of Alvorada city, located in the Porto Alegre metropolitan area, is analyzed due to the fact that it started its development from successive and independent designs. The paper reconstructs the formation of the urban structure of Alvorada over time and its implications in terms of the potential social use of the urban space.

LOTEAMENTOS, EXPANSÃO E ESTRUTURA URBANA

Introdução

O rápido processo de urbanização que as cidades brasileiras apresentam, principalmente, a partir do final da década de 40, quando uma crescente industrialização modificou o sistema produtivo nacional, reforçando, nesse momento, a indústria e o comércio, tem como conseqüência a alteração do quadro da distribuição da população brasileira. O crescimento acelerado da população urbana produz nas cidades uma enorme demanda por terra urbanizada, seja para sediar as atividades econômicas, seja para, e principalmente, atender às necessidades de moradia.

Na experiência brasileira que se consolida a partir, principalmente, da década de 60, surgem as regiões metropolitanas como espaços nos quais tendem a se concentrar populações e atividades econômicas, freqüentemente gerando determinadas especializações funcionais.

Em se tratando das formas como o espaço urbano foi sendo organizado para atender às demandas novas e crescentes por, principalmente, moradia, o processo de crescimento das cidades por extensão (Panerai, P. et al., 1983) é, de longe, o mais utilizado. O crescimento urbano por extensão caracteriza-se pela incorporação de áreas de uso ainda não-urbano para o de uso urbano, diferentemente do crescimento por densificação, no qual se aumenta a intensidade de utilização – por verticalização, por exemplo – de áreas já disponíveis como urbanas, sem a incorporação de novas. Quando esses processos ocorrem em núcleos urbanos preexistentes, é comum observarmos a ocorrência dos dois processos simultaneamente, isto é, em geral o centro urbano se transforma pela densificação, enquanto que na periferia sempre em expansão vai ocorrendo a incorporação de novas áreas, por meio do crescimento por extensão. Se, no primeiro processo, grande parte da base física, principalmente dos espaços públicos, permanece quase inalterada, no segundo tipo de processo tudo é criado, tudo é novo: espaços públicos e espaços privados.

reas urbanizadas é a do parcelamento do solo urbano, seja na forma de loteamentos, desmembramentos, condomínios por unidades autônomas ou sítios de recreio. Os municípios tendem a ter um comportamento extremamente passivo em relação a determinados aspectos do parcelamento do solo. Se, por um lado, costumam impor uma série de requisitos e normas no que diz respeito aos aspectos internos dos parcelamentos, muito pouco ou quase nada é tratado quando se analisa o impacto do surgimento de novas áreas urbanizadas, seja para o funcionamento da cidade, seja do ponto de vista dos aspectos ambientais, econômicos e das relações sociais envolvidas. Implantação dos parcelamentos em desacordo com os projetos aprovados; não-implantação de uma série de itens exigidos, principalmente no que tange à infra-estrutura urbana; desconsideração das áreas públicas necessárias; custos de infra-estrutura; implantação de parcelamentos em áreas inadequadas; localização dos parcelamentos de forma descontínua ou com pouca relação com o tecido urbano existente geram, na maior parte das vezes, uma reação por parte dos adquirentes de lotes que passam a reivindicar melhorias diretamente ao poder público. Deste modo, a responsabilidade do município é muito grande, porque diz respeito às localizações e relações espaciais e sociais no interior da cidade, bem como às condições de vida a que os moradores estão submetidos, principalmente no que se refere aos aspectos ambientais, de infra-estrutura, equipamentos urbanos, de estruturação de grupos sociais e acessibilidade ao conjunto da cidade.

Os objetivos deste trabalho, tendo em vista o exposto, são:

- a) analisar o parcelamento do solo urbano como modalidade de expansão de áreas urbanas e de que modo a incorporação de novas áreas como urbanas insere-se no tecido preexistente;
- b) examinar como os diversos parcelamentos do solo urbano estruturam o conjunto do tecido urbano, gerando diferentes níveis de acessibilidade geral;
- c) indicar medidas que o poder público municipal pode inserir como formas de controle e superação das dificuldades apresentadas presentemente.

Como estudo de caso, discutiremos uma situação exemplar, que é a da formação e estruturação da cidade de Alvorada, localizada no limite leste de Porto Alegre, fazendo parte da Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA. O caso de Alvorada é peculiar, na medida

em que a cidade se originou não da transformação e crescimento de um núcleo urbano preexistente, como o geral das cidades, mas pela im-plantação sucessiva de loteamentos, a partir de 1948. Deste modo, a análise desse processo de parcelamento do solo urbano em Alvorada permite examinar o que possui de peculiar e como a questão do parcelamento do solo urbano em quaisquer de suas modalidades comparece como elemento decisivo para a definição das estruturas urbanas.

Alvorada era denominada de Passo do Feijó e passou a denominar-se Alvorada em 1965, quando se emancipou de Viamão. Até o final da década de 40, consistia em fazendas e era importante área produtora de leite para o abastecimento de Porto Alegre. A ligação de Porto Alegre com o Passo do Feijó se dá pela ponte sobre o Arroio Feijó, o qual define a divisa entre os dois municípios. A partir da ponte, a estrada se bifurca em duas, ambas dando acesso a Viamão. Uma delas, a estrada Getúlio Vargas, corta o núcleo no sentido leste-oeste e a outra, estrada Frederico Dohl, vai a Viamão direção sul. Estas estradas são importantes preexistências, pois se constituem em percursos matrizes (Caniggia, G.; Maffei, G., 1981) a partir dos quais são implantados os diversos loteamentos.

Estrutura Urbana e Sintaxe Espacial

Dadas as limitações do trabalho, descreveremos brevemente os principais conceitos adotados aqui, os quais nortearão as discussões que se seguem¹.

Por estrutura urbana entendemos o complexo processo segundo o qual são dispostos os elementos de composição urbana e o conjunto das relações estabelecidas entre eles. Deste modo, não apenas se consideram os elementos físicos em si e sua distribuição no espaço, mas os diversos sistemas de relações e práticas que se criam e se sedimentam. De particular interesse nesta acepção é a inclusão dos padrões de uso, do movimento e de práticas sociais envolvidas e articuladas com a organização espacial, considerando-se esses fenômenos de modo indissociável.

O conceito-chave para a compreensão da morfologia urbana é a descrição da maneira pela qual cada espaço é acessado a partir de todos os outros espaços do sistema. Esta descrição é dada pelo

(1) Para maiores informações, consultar especialmente: HILLIER, B., HANSON, J. (1984), HILLIER, B. (1996), RIGATTI, D. (1997), PEONIS et al (1989), HILLIER et al (1993).

número de mudanças de direção necessárias para se alcançar determinado espaço. Este conceito diz respeito aos padrões de acessibilidade, ou permeabilidade do sistema, ou seja, à maneira pela qual o arranjo das barreiras e entradas controla o acesso e o movimento.

A técnica da sintaxe espacial tem por base os seguintes postulados, conforme proposto por Hillier, B.; Hanson, J. (1984: 95): a) todo assentamento é formado por um sistema contínuo de espaços abertos, cuja forma resulta do arranjo/agrupamento de células primárias (edifícios) e limites secundários (quintais, jardins, etc.) que intervêm e superpõem-se entre edifícios e o espaço não-limitado do assentamento; b) todo assentamento, visto como uma seqüência de espaços abertos, células primárias e limites secundários, suporta a interface de dois tipos de pessoas que se utilizam dos mesmos: os estranhos (ou visitantes) e os habitantes, bem como é palco das relações que se estabelecem entre estas duas categorias – relação entre habitantes do sistema e relação entre habitantes e visitantes.

Calcado nesse referencial, o objetivo da análise sintática é o de descrever o assentamento com base no padrão “medido” destas relações por meio de suas propriedades sintáticas – propriedades que são de natureza topológica e não geométrica. Em outras palavras, o objetivo é descrever de que maneira o sistema como um todo se relaciona a cada uma de suas partes constituintes, e como a multiplicidade destas relações produz uma estrutura subjacente (Peponis, J., 1992). Para efeitos de análise, o sistema espacial é representado pelo *mapa axial*, que é a representação da configuração dos espaços abertos e contínuos da malha urbana por meio de suas linhas de acessibilidade – as linhas axiais – e de suas conexões. A representação axial da malha urbana traduz, desta forma, a representação do movimento potencial para e pelo sistema.

Em função dos objetivos do trabalho, lidaremos apenas com a principal medida sintática, que é a integração. O conceito de integração está relacionado à noção de profundidade. Na representação axial do sistema urbano, cada linha está ligada a todas as demais tanto diretamente quanto por meio de um certo número de linhas intervenientes, ou “passos” que intermedeiam a passagem de um espaço a outro. Além da integração poder ser examinada pela avaliação da distribuição da integração global de um sistema, identificando a posição relativa de cada espaço em relação a todos os demais em um sistema espacial, podemos, também, observar como se comporta a integração mais local, ou seja, até uma profundidade

limitada. Esta limitação de profundidade permite que se observe a estruturação mais local do sistema espacial e, neste particular, pode-se observar a estruturação de centros de bairros pela identificação dos espaços que são localmente importantes.

A condição de integração espacial está relacionada à noção de simetria/assimetria de uma dada morfologia, que trata da relação de dois espaços com um terceiro. Em um sistema com maior grau de simetria, a integração espacial é maior, uma vez que um maior grau de anelaridade garante um nível maior de acessibilidade relativa entre os diversos espaços do sistema considerado. Em um sistema com maior grau de assimetria, ocorre o inverso.

De particular interesse, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico, são as propriedades do núcleo de integração, que compreende os espaços mais facilmente acessíveis ou melhor integrados no leiaute urbano como um todo. As linhas do núcleo têm o papel de estabelecer a ligação de espaços situados na periferia com espaços centrais. Desta forma, uma vez que os espaços mais integrados são aqueles em que há uma maior probabilidade de movimento e de encontro entre habitantes em movimento e visitantes, as atividades dependentes de movimento e de relações espaciais estariam ali localizadas, enquanto as áreas mais segregadas seriam primariamente residenciais.

As representações gráficas da integração espacial, quando em esquemas de cores, são apresentadas na forma de distribuição da integração, de modo que a cada valor de integração é atribuída uma cor, variando do vermelho, a qual representa as maiores integrações, até o roxo, que representa as maiores segregações. Quando essas representações são ilustradas em preto-e-branco, usualmente utilizam-se linhas mais grossas para as mais integradas – geralmente os 10% das linhas de maior integração do sistema, linhas pontilhadas para representar as linhas mais segregadas – geralmente utilizando-se os 50% das linhas de maior segregação; e linhas finas contínuas para representar os espaços que não se encontram no núcleo de integração nem entre as mais segregadas.

Preenchendo Vazios: Estrutura Urbana e Sintaxe Espacial – Algumas Simulações

Na incorporação de áreas novas a áreas previamente urbanizadas, o sistema dos novos espaços públicos articulados permite que a cidade existente possa se relacionar de algum modo com a área nova. As relações espaciais dependem tanto da posição relativa do novo em-

preendimento no conjunto do sistema espacial considerado quanto das condições internas do mesmo.

A posição relativa do empreendimento na cidade informa sobre a facilidade maior ou menor com que, de qualquer ponto do conjunto urbano, podemos acessar a fração urbana acrescida. Isto dependerá da profundidade topológica apresentada pelo novo empreendimento, relativamente à cidade como um todo: quanto mais próximo dos espaços de maior integração, mais acessível tenderá a ser e vice-versa. Esta propriedade será confirmada ou não, dependendo da solução adotada para a configuração espacial da nova área, isto é, das relações interior/exterior examinadas, fundamentalmente, pelo tipo de traçado mais ou menos regular e pelo tipo e extensão das conexões que mantêm com a área exterior do projeto. Assim, traçados internos muito labirínticos tendem a reforçar a diminuição da acessibilidade relativa, uma vez que aumenta a profundidade topológica no/do empreendimento em relação à cidade preexistente. De outro lado, traçados mais regulares tendem a reduzir a profundidade do sistema espacial em questão e, portanto, podem ampliar o nível de acessibilidade relativa entre o empreendimento e a cidade. Se tomarmos, por exemplo, situações em que uma área nova, localizada próxima a eixos de alta integração espacial e que apresente um traçado interno mais regular, mas com uma fraca conexão com seu exterior, isto não torna o assentamento como um todo mais acessível, visto que os espaços internos tendem a constituir-se em acréscimo de profundidade em relação aos espaços de entrada. O mesmo caso se aplicaria para os condomínios fechados, isto é, do ponto de vista da cidade, independentemente se a entrada do condomínio estiver localizada no/ou próxima a espaços de maior integração, o interior será sempre segregado, sendo que esta é a propriedade básica explorada por este tipo de assentamento.

Outro aspecto que possui relevância para a definição da acessibilidade relativa da nova área é o tamanho do empreendimento, uma vez que isto define o peso que esta nova área representa para o conjunto da cidade. Empreendimentos novos de pequenas dimensões, localizados em interstícios de tecidos urbanos mais estáveis, entendidos como aqueles em que pequenas modificações introduzidas não afetam significativamente a estrutura geral do assentamento, possuem um impacto diferente de um grande empreendimento sobre a estrutura do conjunto.

Para ilustrarmos estas considerações, tomemos alguns modelos teóricos de malhas urbanas, e examinemos como se comporta a distri-buição da integração espacial.

Simulação 1 – Situação inicial, na qual um vazio urbano se encontra no interior de uma área urbanizada, considerando o exterior como uma malha regular (Figura 1a). Neste caso, o entorno apresenta apenas dois tipos de espaços, segundo sua integração

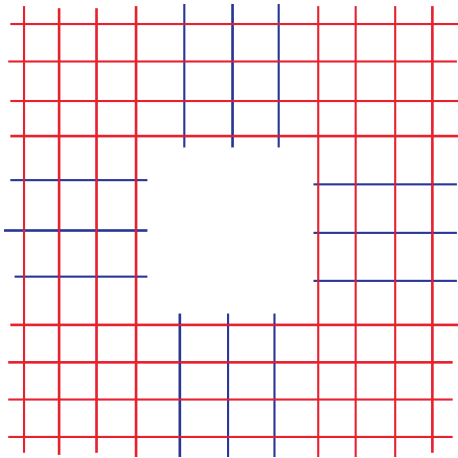


Figura 1a

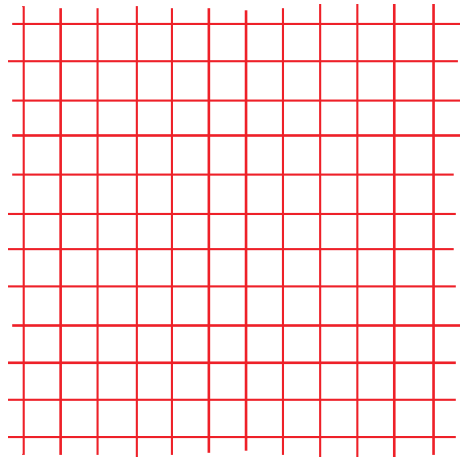


Figura 1b

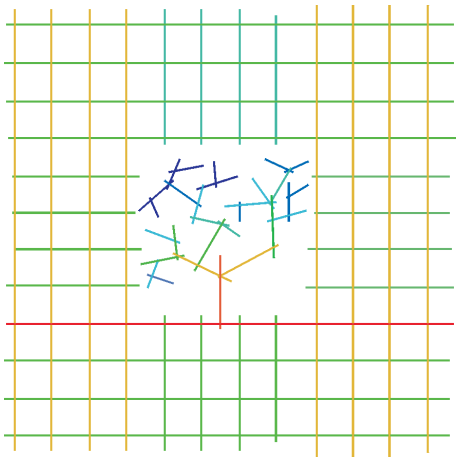


Figura 1c

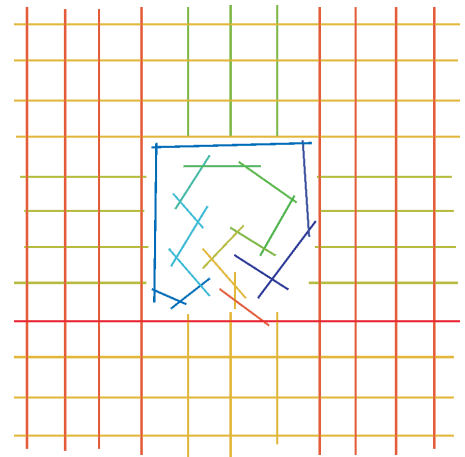


Figura 1d

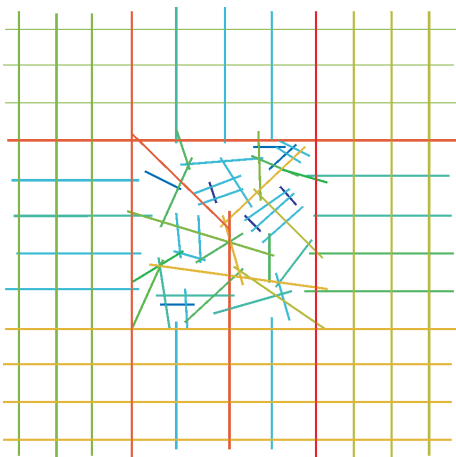


Figura 1e

Figura 1 – Simulações de preenchimento de vazios urbanos por meio de tecidos urbanos diversos
Fonte: Autor

espacial: um, que percorre todo o sistema, seja horizontal, seja verticalmente e que apresenta o maior valor de integração; e outro, correspondente às linhas que são interrompidas pelo vazio central e que, por isto, apresentam um nível de integração menor. Adotou-se uma malha regular para representar a área urbanizada exterior ao vazio, pois se constitui em um sistema mais raso ou mais integrado e que, para o geral dos tipos de tecidos urbanos, tende a “puxar” para si a maior integração. Deste modo, o preenchimento do vazio fica condicionado a um exterior sintaticamente forte, facilitando a compreensão do seu comportamento diante das condições configuracionais novas.

Simulação 2 – Uma malha regular xadrez ocupa o vazio. A malha regular xadrez possui igual nível de acessibilidade entre os espaços, produzindo uma indiferenciação espacial entre as partes componentes (Figura 1b). Constitui-se em um sistema de máxima integração, uma vez que é nesta malha que encontramos as menores profundidades médias possíveis de espaços entre si: cada linha é cruzada por metade de todas as linhas do sistema e possui, no máximo, mais um espaço intermediário para acessar a outra metade dos espaços. Do mesmo modo, neste tipo de malha, pelas suas características, o controle espacial é igualmente distribuído por todo o sistema. Nesta simulação, o vazio urbano ocupado, segundo a extensão e a continuidade da malha externa, faz com que a padronização espacial iguale interior e exterior.

Simulação 3 – A área nova é ocupada com um sistema espacial em árvore, isto é, utiliza-se o princípio de máxima profundidade: cada espaço acrescido em relação ao espaço anterior e ao conectado com o exterior representa acréscimo de profundidade no conjunto (Figura 1c). A existência de seqüências espaciais sem anelaridade significa que não existem alternativas de percursos, ou seja, o caminho de entrada ao sistema é sempre o mesmo de saída, fazendo com que ocorra um controle espacial unitário e concentrado em poucos espaços. Externamente, há a tendência de ampliar a importância do espaço de acesso ao novo sistema, sendo que este vai se diferenciar dos demais.

Simulação 4 – O vazio é preenchido por um sistema labiríntico. Esta simulação se constitui em um limite do sistema anterior, com a diferença que o controle espacial é ainda mais unitário. Neste caso, a integração espacial fica praticamente toda situada nos espaços externos (Figura 1d). Como resultado, tem-se uma máxima segregação interna e uma máxima integração externa. Também

neste caso, o espaço exterior responsável pela conexão da área nova assume valor de integração diferenciado dos demais exteriores.

Simulação 5 – É introduzida uma malha irregular na área vazia. Observa-se que este tipo de malha introduz uma diversidade nos níveis de acessibilidade e, portanto, dá origem à diferenciação espacial (Figura 1e). Isto é verificado pela variabilidade nos níveis de integração espacial, tanto interna quanto externamente à área nova, significando que alguns espaços são mais importantes que outros na estruturação do sistema. Deste modo, o controle espacial fica distribuído segundo uma certa hierarquia espacial, diferentemente do que ocorre nos demais sistemas examinados.

Estudo de Caso

O estudo de caso, conforme justificado na introdução deste trabalho, será feito na cidade de Alvorada/RS, que se limita com Porto Alegre, à oeste, e com Viamão, ao sul (Figura 2). Do ponto de vista da análise do processo de estruturação da sua área urbana, a partir da implantação de parcelamentos do solo urbano iniciada no final da década de 40, será feita uma avaliação interna nos diversos períodos considerados e, no último período, será incluída uma parte do limite leste de Porto Alegre e parte do limite norte de Viamão, no intuito de se verificar o resultado da aplicação dos procedimentos analíticos, quando se incluem outros territórios, relativizando, deste modo, os resultados obtidos internamente na área urbana. Para cada período investigado far-se-á uma caracterização dos loteamentos, da sua localização na malha da cidade e do resultado da análise sintática.

A base para a nossa investigação é um trabalho realizado com levantamentos detalhados até o ano de 1980², o qual foi complementado com informações mais recentes. No presente trabalho, apresentamos alguns períodos mais significativos para ilustrar a avaliação. Desde o início do processo do parcelamento do solo em Alvorada para fins urbanos, em 1948 até 2000, chega a 62 o número de loteamentos que deram entrada na prefeitura. Os dados destes loteamentos, considerados globalmente, mostram que a área urbana submetida a parcelamento, de 1948 a 2000, atinge

(2) RIGATTI, D. *Formação de áreas urbanas com função de habitação na região metropolitana de Porto Alegre: O caso de Alvorada – 1948/1980*. Dissertação (Mestrado) submetida ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR/UFRGS.

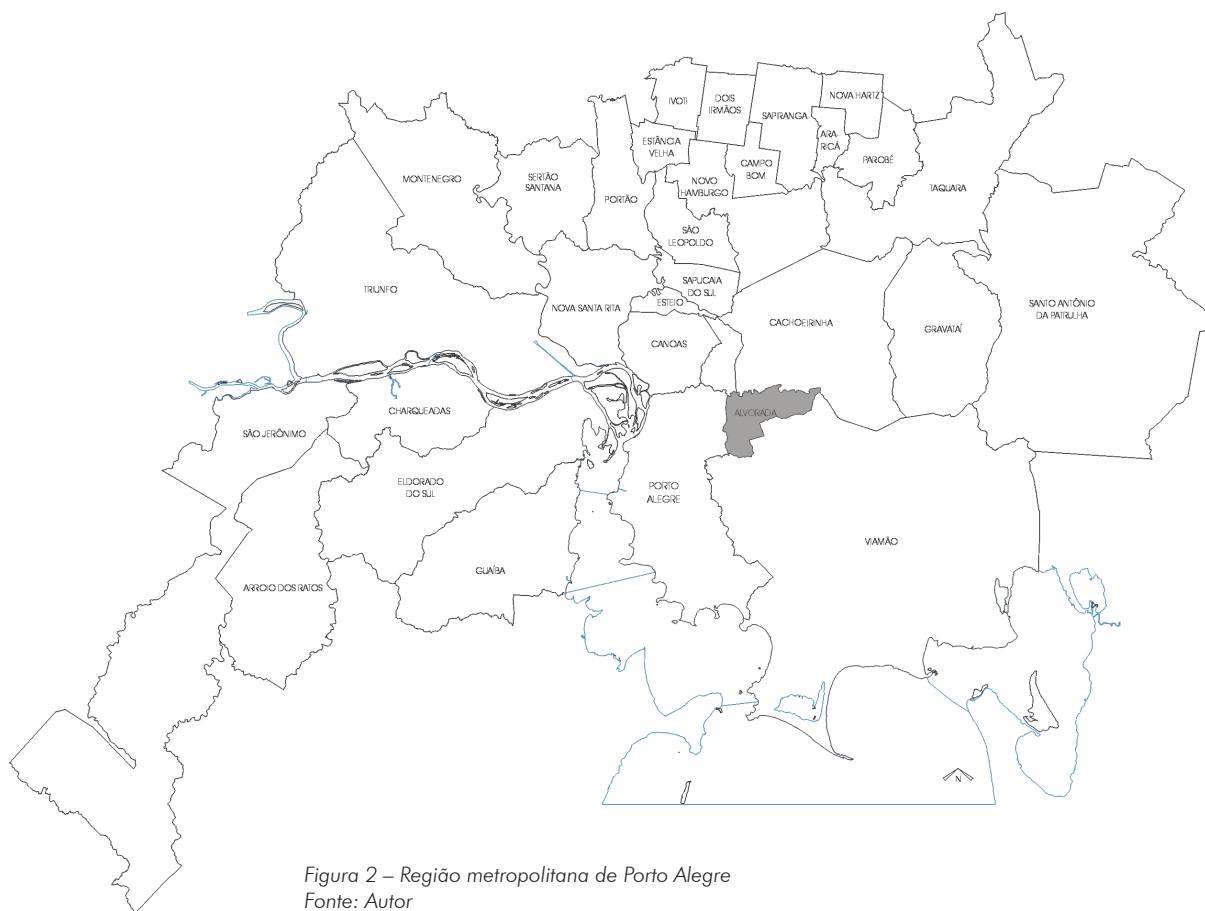


Figura 2 – Região metropolitana de Porto Alegre
Fonte: Autor

3346,15 ha e o número de lotes chega a 52.732 unidades.

Primeiro Período – 1948-1955

Nesse período foram postos no mercado 14.180 lotes em quase 1.100 ha de área loteada, de 29 loteamentos, três deles com características rurais.

Localização dos Loteamentos

Dois são os eixos principais que guiam a localização dos loteamentos de Alvorada: as estradas Getúlio Vargas e Frederico Dohl, as quais se encontram em um ponto próximo à divisa com Porto Alegre, que é o Arroio Passo do Feijó. Estas duas estradas são preexistentes ao núcleo urbano, fazendo a ligação de Porto Alegre a Viamão, via Passo do Feijó, dando continuidade à avenida Baltazar de Oliveira Garcia, de Porto Alegre, a qual, a partir da sua ligação com a avenida Assis Brasil, liga o eixo leste de Porto Alegre à sua área central. É ao longo dessas duas estradas que os loteamentos surgem, sendo

que a estrada Getúlio Vargas apresenta uma importância maior que a Frederico Dühl, e é hoje a via principal da cidade, tendo sido via de ligação da maior parte dos loteamentos, principalmente nos primeiros períodos. Estes percursos matrizes se constituem nas preexistências a partir das quais se estruturará Alvorada.

Neste período há uma grande expansão da área loteada e a estrada Getúlio Vargas se consolida como o eixo do desenvolvimento principal da cidade. Dos 23 loteamentos surgidos no período, 17 estão ao longo dessa via (Figura 3). Quanto ao outro eixo orientador da localização dos loteamentos, que é a estrada Frederico Dühl, surgem, nesse período, seis loteamentos cujos acessos são feitos por esta estrada.

Alguns loteamentos se situam completamente isolados dos demais, como é o caso dos Vila Isabel, Vila Aparecida e Vila Caxambu. A Vila Torotama se situa ao longo da avenida Protásio Alves e sua maior vinculação se dá diretamente com Porto Alegre, e não com o restante da área ocupada de Alvorada no período considerado.

A maior parte dos loteamentos constitui-se em estreitas faixas de

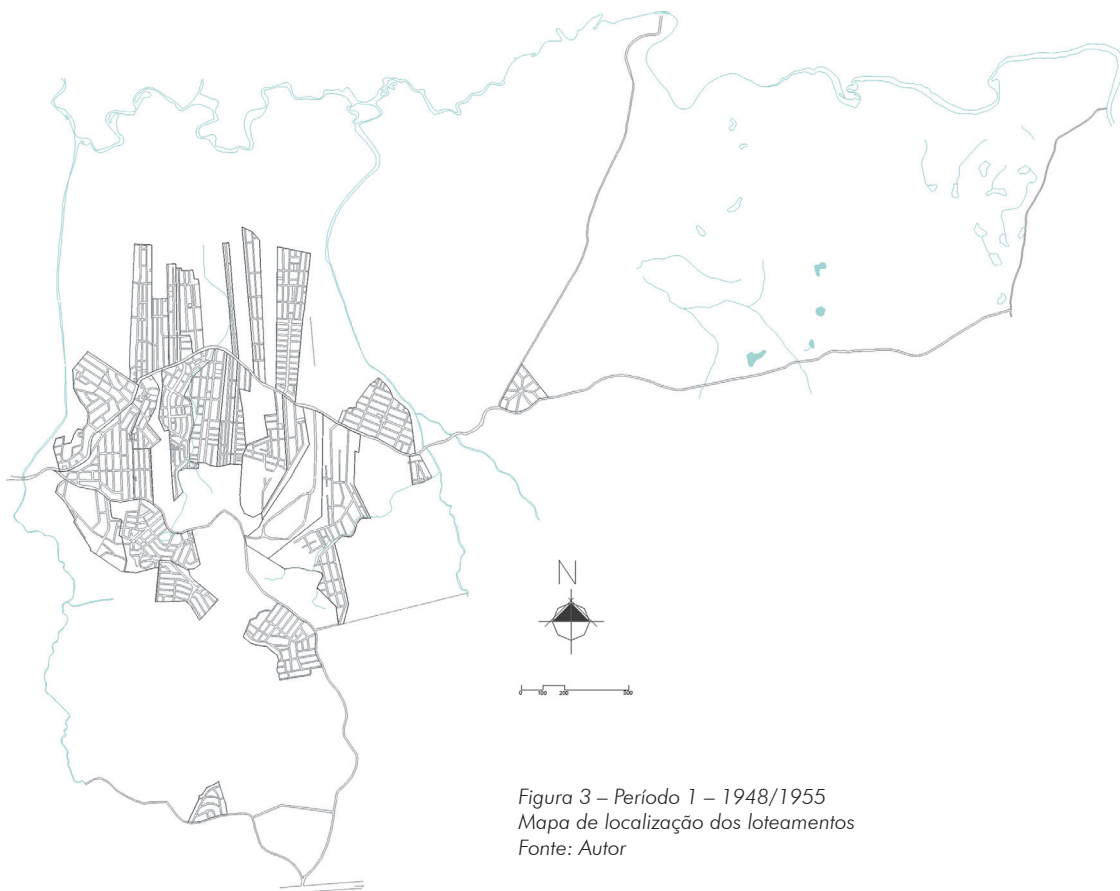
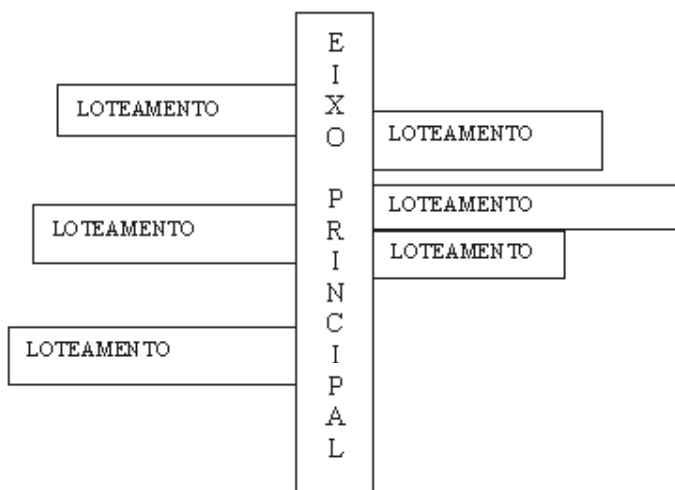


Figura 3 – Período 1 – 1948/1955
Mapa de localização dos loteamentos
Fonte: Autor

terra ligando-se perpendicularmente, por seu lado menor, a um eixo principal – estradas Getúlio Vargas e Frederico Dohl – por onde se processam as ligações com o mundo exterior e que dispõe de maior acessibilidade, conforme a Figura 4:

Vários são os loteamentos formados apenas por uma via perpendicular à estrada de acesso e por diversas ruas paralelas. Isso não constituiria problema se, no caso em estudo, para cada projeto fossem levados em conta os projetos para os loteamentos efetuados nas glebas vizinhas. Temos que, de um lado, por uma questão de aproveitamento da terra, as divisas dos loteamentos não são constituídos



de vias, e sim de lotes; por outro lado, como se pode perceber em diversos casos, o sistema viário tem conexão precária com o sistema viário dos loteamentos vizinhos, criando obstáculos ao acesso entre os loteamentos e mesmo dificultando a formação de um sistema viário secundário que possibilite as ligações entre os loteamentos, sem ter de passar obrigatoriamente pela estrada Getúlio Vargas.

Além do aspecto da descontinuidade da malha urbana, podemos observar que há uma tendência de formação nos limites dos loteamentos de quarteirões muito grandes, que também dificultam o relacionamento entre as áreas próximas a eles.

Estrutura Urbana no Período

Por meio da planta de integração global (Figura 5) percebe-se que, em função das peculiaridades de implantação dos loteamentos, dependentes da estrada Getúlio Vargas, esta permanece como elo principal de integração de todo o sistema. O trecho mais

integrado da estrada Getúlio Vargas encontra-se mais próximo à divisa com Porto Alegre. O tipo de implantação dos loteamentos produz uma distribuição da integração do tipo espinha-de-peixe: um eixo principal – a estrada Getúlio Vargas – com uma série de vias a ele conectadas e que correspondem aos acessos principais dos parcelamentos do solo. Isto define, por um lado, uma maior distribuição da integração espacial e, de outro lado, confirma a situação de desarticulação espacial vigente para grande parte do sistema. O loteamento Bela Vista, implantado próximo à divisa com Porto Alegre, e o conjunto formado pelos loteamentos Vila Maringá, Vila Formosa, Vila Central e Vila Primavera, praticamente no centro do assentamento, diferenciam-se dos demais, produzindo uma distribuição da integração em superfície, fugindo ao esquema da espinha-de-peixe, fazendo com que outros espaços além da estrada Getúlio Vargas assumam papel de relevância sintática no conjunto.

Do ponto de vista local do sistema espacial no período, pela limitação de profundidade à R4 (Figura 6) percebe-se que há uma superposição entre espaços localmente importantes e espaços globalmente relevantes. Destacam-se um trecho da estrada Getúlio Vargas e a rua Artur Garcia, via central do loteamento Bela Vista. Assim, mesmo de forma ainda incipiente, os espaços localmente importantes formam um sistema relativamente articulado, podendo-se transitar de centro local para centro local em espaços sintaticamente relevantes.

Segundo Período: 1956 a 1965

Comparativamente ao período anterior, o número de loteamentos é reduzido, sendo 18 seu total, compreendendo 9.645 lotes de cerca de 676 ha de área loteada. Outra característica desse período é que surge uma série de loteamentos que são expansões de preexistentes e ocorrem os primeiros loteamentos irregulares, sem registros na prefeitura.

Localização dos Loteamentos

Observando-se a planta (Figura 7), percebe-se que o processo de compactação da área urbana loteada continua, embora de forma mais lenta. Na sua maior parte são pequenos loteamentos que ocupam algumas das áreas ainda vazias dentro da malha urbana. No tocante ao desenho dos projetos de loteamento, pode-se verificar que permanece o problema dos acessos e da continuidade entre eles.

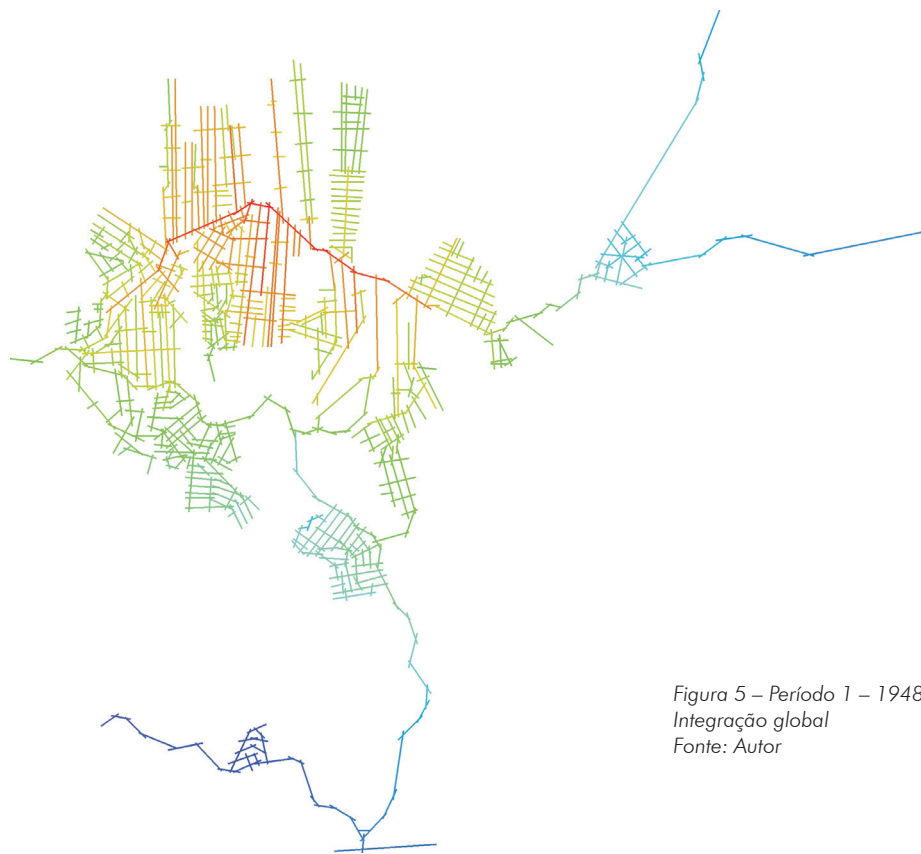


Figura 5 – Período 1 – 1948/1955
Integração global
Fonte: Autor

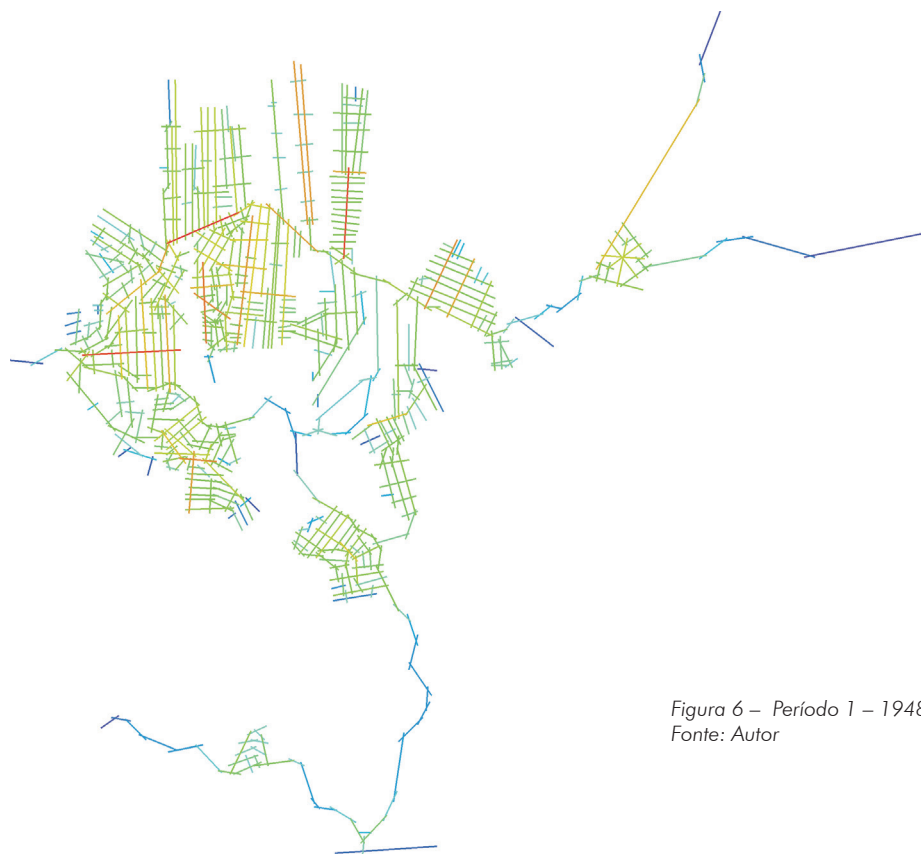


Figura 6 – Período 1 – 1948/1955 R4
Fonte: Autor

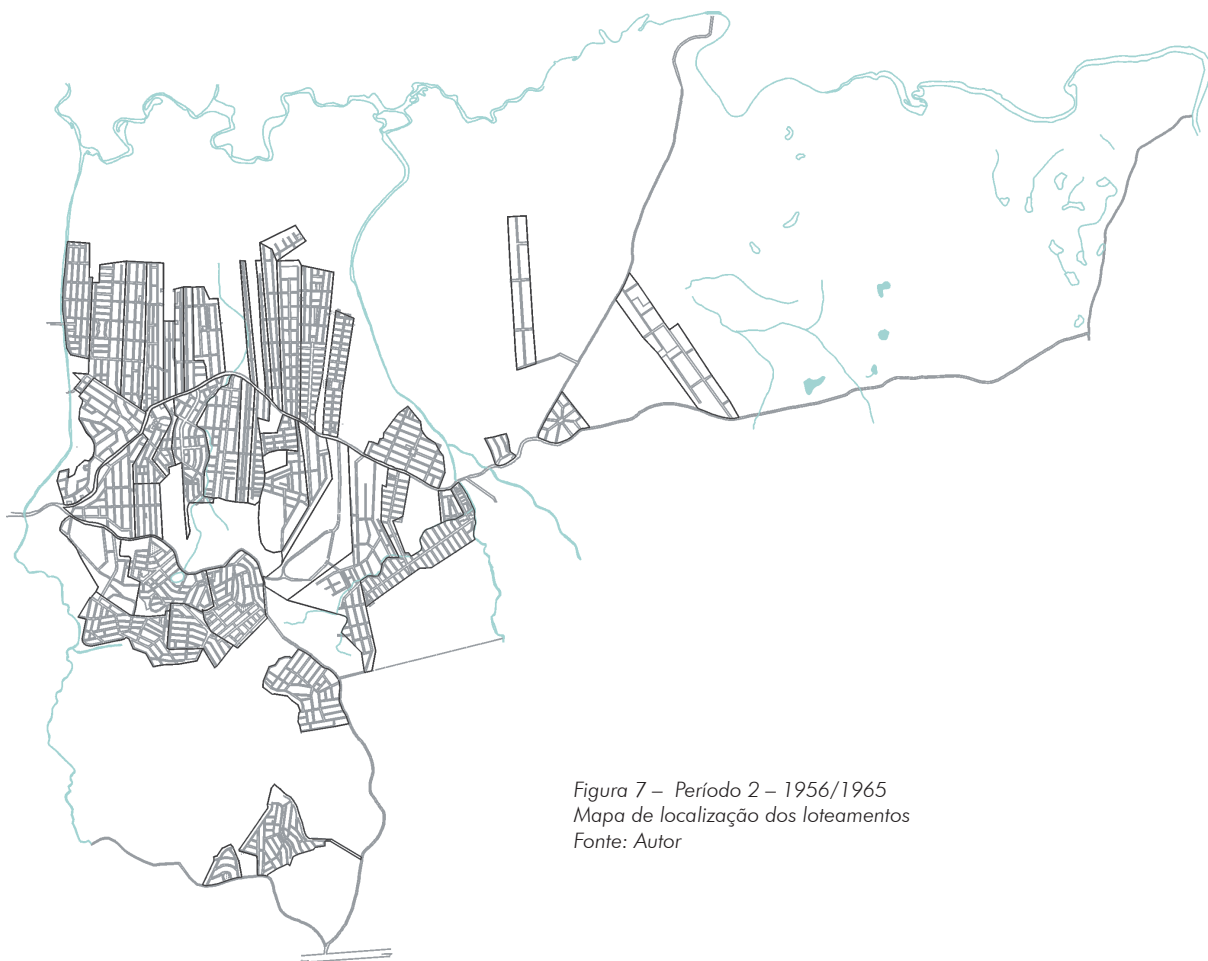


Figura 7 – Período 2 – 1956/1965
Mapa de localização dos loteamentos
Fonte: Autor

Estrutura Urbana no Período

O núcleo de integração verificado nesse período (Figura 8) comporta-se como um sistema instável, isto é, as modificações na morfologia do assentamento, introduzidas pela implantação dos novos loteamentos do período, produzem uma modificação de aspectos do núcleo de integração. O núcleo de integração é mais homogêneo em termos dos valores de integração que no período anterior, a área mais integrada desloca-se para uma área mais central do conjunto e a estrada Getúlio Vargas torna-se novamente o eixo mais diferenciado e a estrutura predominante reforça a da forma de espinha-de-peixe, com um grande número de vias perpendiculares à estrada Getúlio Vargas, mantendo valores de integração significativos.

De qualquer modo, é necessário destacar a manutenção quase integral da integração espacial do núcleo de loteamentos localizados ao sul da estrada Frederico Dühl, bem como a do setor mais próximo à divisa com Porto Alegre, tal como examinado no período anterior.

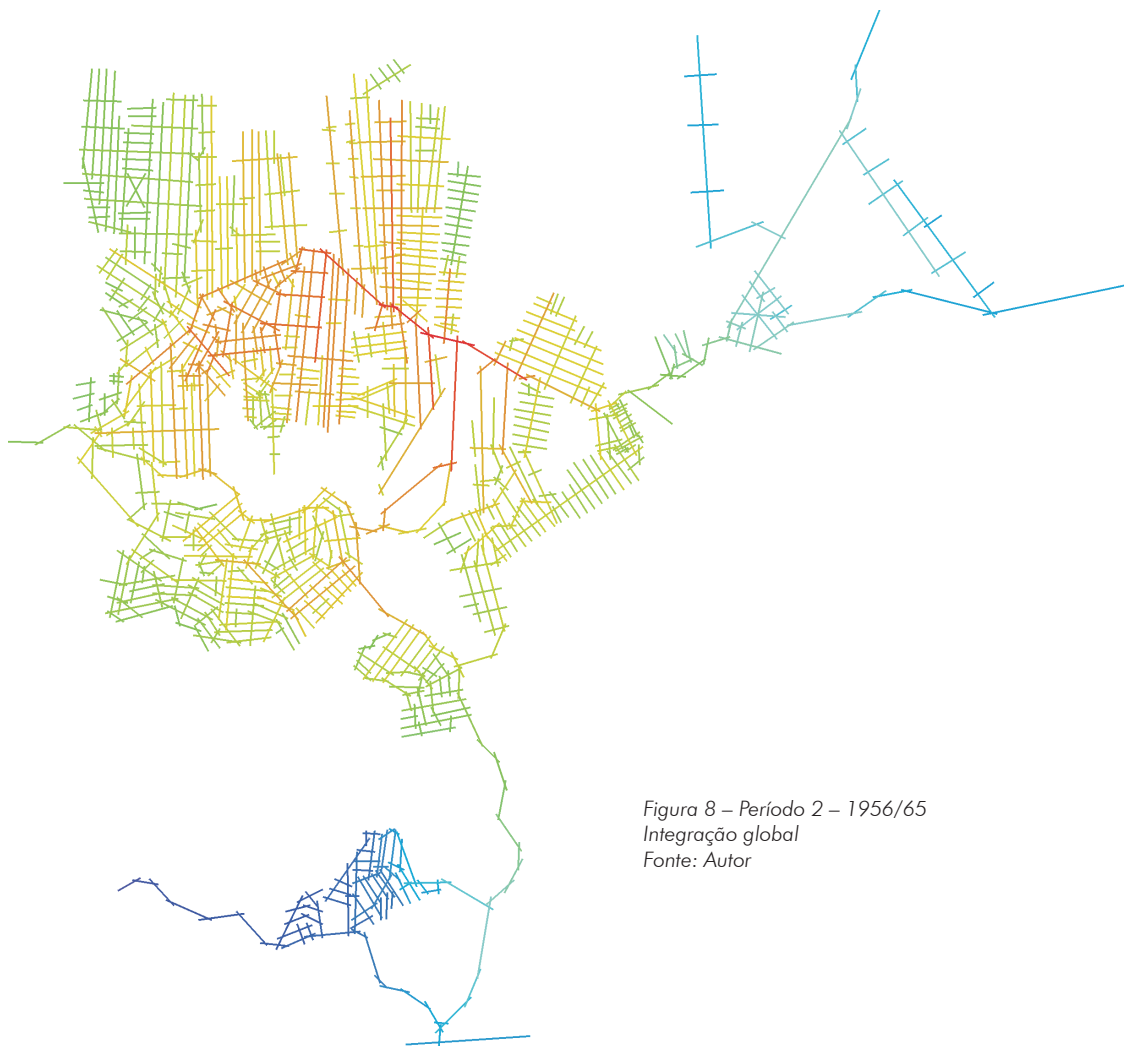


Figura 8 – Período 2 – 1956/65
 Integração global
 Fonte: Autor

Outra situação de alteração importante é verificada no conjunto formado pelos loteamentos Morumbi, Jundiaí e Maria Regina, pela inclusão do loteamento Vila Cedro, fechando um vazio ainda existente e definindo algumas articulações entre eles que produzem uma maior anelaridade no sistema, reduzindo as profundidades relativas. Isto pode ser observado pela forma como o eixo central do loteamento Vila Cedro – rua Rio Grande – atrai uma maior integração espacial do que eixos semelhantes de outros loteamentos que se implantaram segundo princípios semelhantes.

O que se evidencia é a consolidação da estrada Getúlio Vargas e do setor entre a Vila Bela Vista, próxima à divisa com Porto Alegre e a Vila Primavera, como a área de maior relevância sintática e de maior acessibilidade do conjunto, iniciando-se a consolidação de um centro urbano, tão dificultado pelas características do sistema

espacial formado até então. O núcleo de integração agora formado expande-se em relação aos períodos anteriores e abrange áreas mais internas, não se concentrando exclusivamente na estrada Getúlio Vargas, embora com valores de integração menores.

Localmente, o exame da integração R6, até seis passos de profundidade (Figura 9), permite avaliar que a área urbanizada de Alvorada mantém essencialmente as mesmas características locais examinadas para o período anterior, embora com uma profundidade maior. Uma diferença significativa diz respeito à formação de um outro núcleo local ao longo da estrada Getúlio Vargas, exatamente pela implantação da Vila Cedro, conforme comentado anteriormente. Este núcleo também se constitui de espaços tanto local quanto globalmente significativos, servindo como campo de interfaces potenciais entre moradores e estranhos,

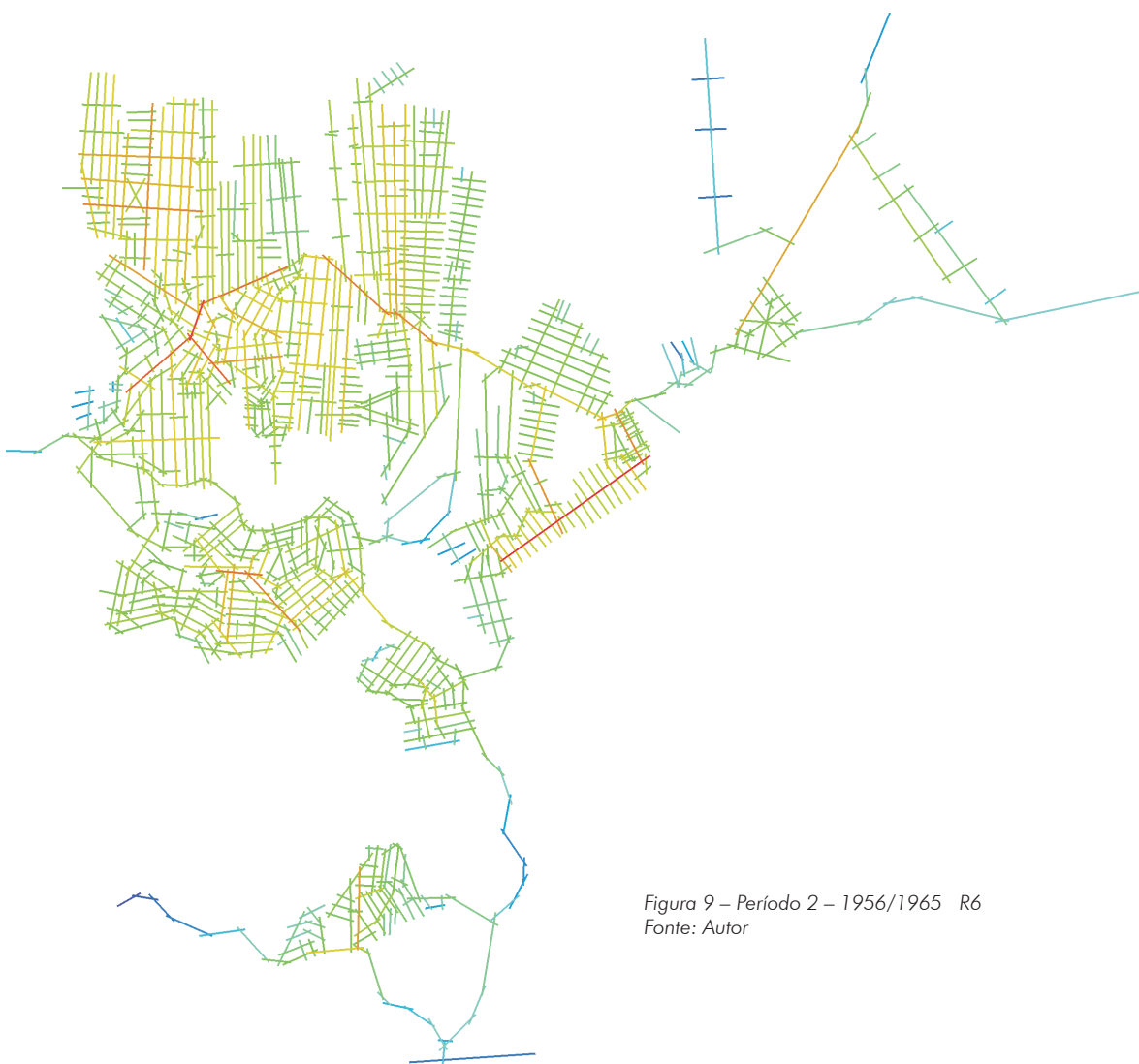


Figura 9 – Período 2 – 1956/1965 R6
Fonte: Autor

simultaneamente. A implantação do loteamento Stella Maris ao longo da avenida Protásio Alves e próximo da Vila Torotama traduz-se pela maior importância local de alguns dos espaços, incluindo-se um trecho da avenida Protásio Alves. O mesmo processo pode ser observado na área de implantação dos loteamentos rurais, com o aumento da importância local de uma das vias de acesso – estrada Diogo Inácio de Barcellos.

Terceiro Período: 1966 a 1978

Esse período é marcado pela cessação completa de novos loteamentos em Alvorada, após uma fase de grandes irregularidades nos loteamentos, fenômeno este que se estende a toda a região metropolitana de Porto Alegre. Isto pode se dever tanto a questões internas, excesso de oferta de lotes, quanto a questões mais estruturais, como as mudanças profundas que o surgimento do BNH trouxe para o mercado de terras. Como o Sistema Financeiro de Habitação não financia a compra de terrenos, inicia-se um processo de investimento em que se produz a terra para a habitação, repassando-se, com isso, o investimento efetuado para o BNH (o Estado, em última instância). Este talvez seja um dos motivos pelos quais, posteriormente, somente grandes empresas construtoras se dedicam aos loteamentos com habitação em Alvorada (como também no restante da região metropolitana). Dessa forma, o único investimento antecipado da empresa será a terra a ser loteada. Com a posse da terra, são realizados grandes projetos de loteamento, cujas obras são financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação e, além disso, o financiamento para o comprador também é efetuado diretamente com o SFH. Pelo tamanho dos projetos que são realizados, depreende-se que estes financiamentos envolvem quantias de vulto que o Estado antecipa às empresas. Estas, então, ficam com um capital de giro considerável e o empreendimento é respaldado pela intervenção do Estado.

Comparando-se os dados populacionais com a capacidade dos loteamentos implantados até então, podemos verificar que há uma ociosidade muito elevada na ocupação de Alvorada. Um levantamento do índice de vacância dos lotes por loteamento observa que pouquíssimos loteamentos possuíam uma ocupação superior a 50% dos lotes, sendo que a maioria tinha elevados índices de lotes vagos. *“Em relação ao total, 28,70% dos lotes são ocupados e 71,30% são vagos, podendo-se constatar que a grande oferta de terra para habitação, até 1972, não tem correspondência com a população que, de fato, ocupa os lotes”* (Rigatti, D., 1983, p.169).

Quarto Período: 1979 a 1980

Após um período em que inexistiram projetos de loteamento, esse período representa uma alteração bastante profunda nos padrões de produção de lotes urbanos em Alvorada. Esta mudança ocorre em vários sentidos: seja em relação ao produto final oferecido ao consumidor, ao tipo de investimento realizado e ao tipo de agente loteador.

Nesse período não é produzido apenas o lote, mas também a habitação, diferenciando-se, por isso, dos períodos anteriores. A terra, nesses loteamentos, representa apenas uma parcela, e a menor, do valor do produto final. Em relação aos loteamentos do período, os projetos que dão entrada na prefeitura são em número de sete. Dois loteamentos em fase de aprovação, o Vila Umbu e o Jardim Algarve, têm, respectivamente, 8.000 e 15.000 lotes com casa. Isto representa, em relação ao total de lotes postos no mercado, desde 1948, quase 50%, o que implica um impacto muito grande no mercado de terra e de habitação em Alvorada e na região metropolitana de Porto Alegre como um todo. Depois de 15 anos em que não se realizam loteamentos (1965 a 1979), nesse período são previstos 25.930 lotes, em uma área de 1.240,15 ha. Isso significa que, nos dois anos, 1979 e 1980, é parcelada uma área correspondente a aproximadamente 41% da área total loteada em todos os períodos analisados e que o número de lotes representa mais de 52% do número total de lotes produzidos desde 1948.

Localização dos Loteamentos

Percebe-se que a área urbana de Alvorada está chegando quase à saturação, com os novos loteamentos ocupando os espaços vazios ainda existentes (Figura 10). O que mais vai caracterizar tais loteamentos é a distância em relação ao "centro urbano", isto é, em relação aos equipamentos, serviço e comércio, localizados basicamente nos loteamentos mais próximos a Porto Alegre.

Estrutura Urbana no Período

A análise da integração global para o período (Figura 11) permite a discussão do tratamento individualizado tradicionalmente dado no exame e aprovação de projetos de parcelamento do solo urbano, especialmente os que, em função de seu tamanho, relações propostas e localização, possuem um potencial muito elevado de produzir impactos sobre estruturas urbanas preexistentes.

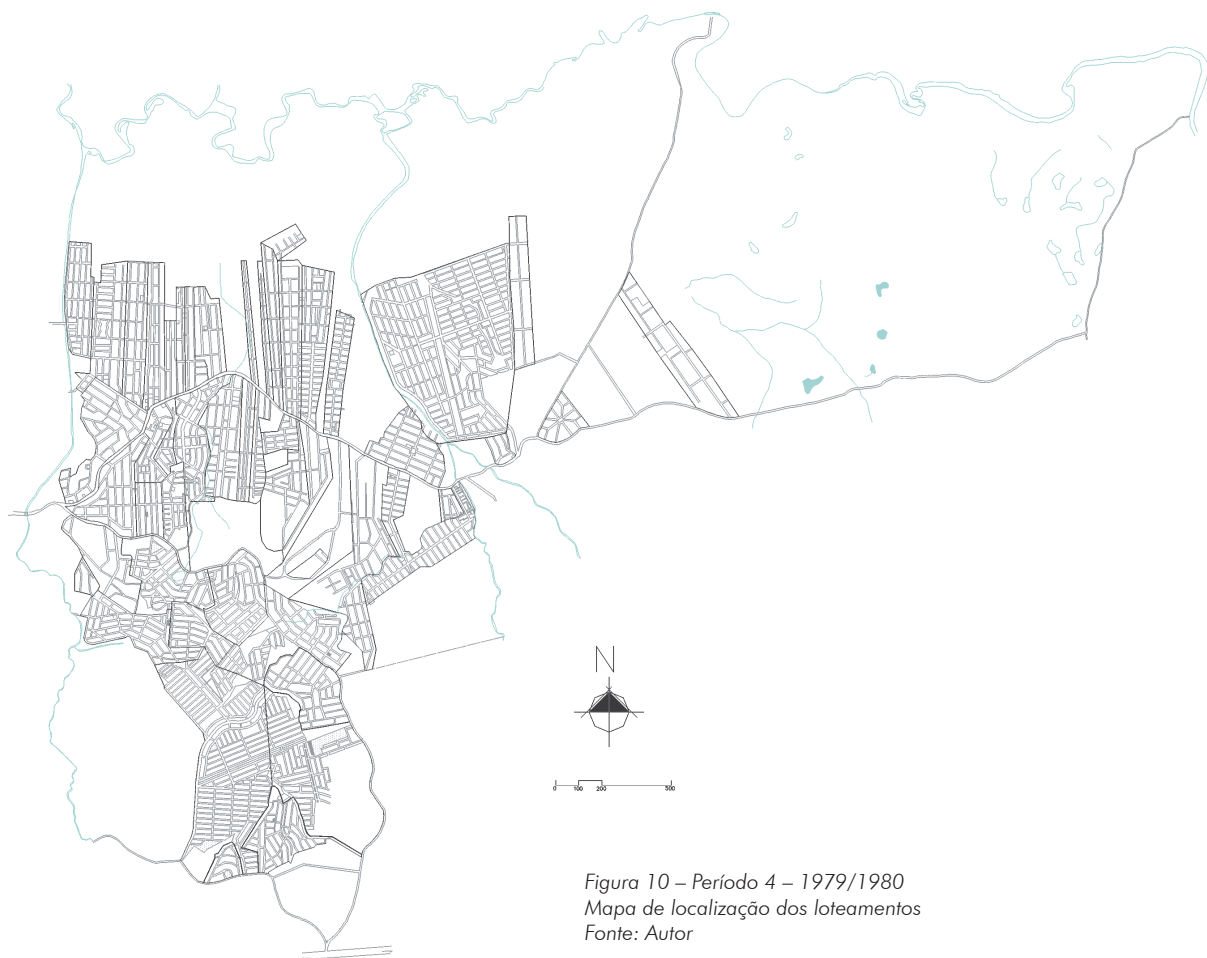


Figura 10 – Período 4 – 1979/1980
 Mapa de localização dos loteamentos
 Fonte: Autor

A implantação dos loteamentos do período produz um impacto grande e contraditório na consolidação de uma estrutura urbana que vinha tentando se organizar em aspectos como a redução da sua excessiva linearidade, em favor da formação de um centro urbano melhor relacionado com o conjunto da área urbana, em que os níveis de integração global e local fossem suficientemente articulados no sentido de possibilitar um sistema de co-presença no espaço público, o qual viabilizasse a formação de um centro urbano que desse suporte a um grau maior de complexidade das funções urbanas, apoiado em um espaço também morfologicamente mais complexo. O que se verifica nesse período, no entanto, é um rompimento do processo de consolidação de um núcleo de integração que até então se verificava e a fragmentação do núcleo de integração.

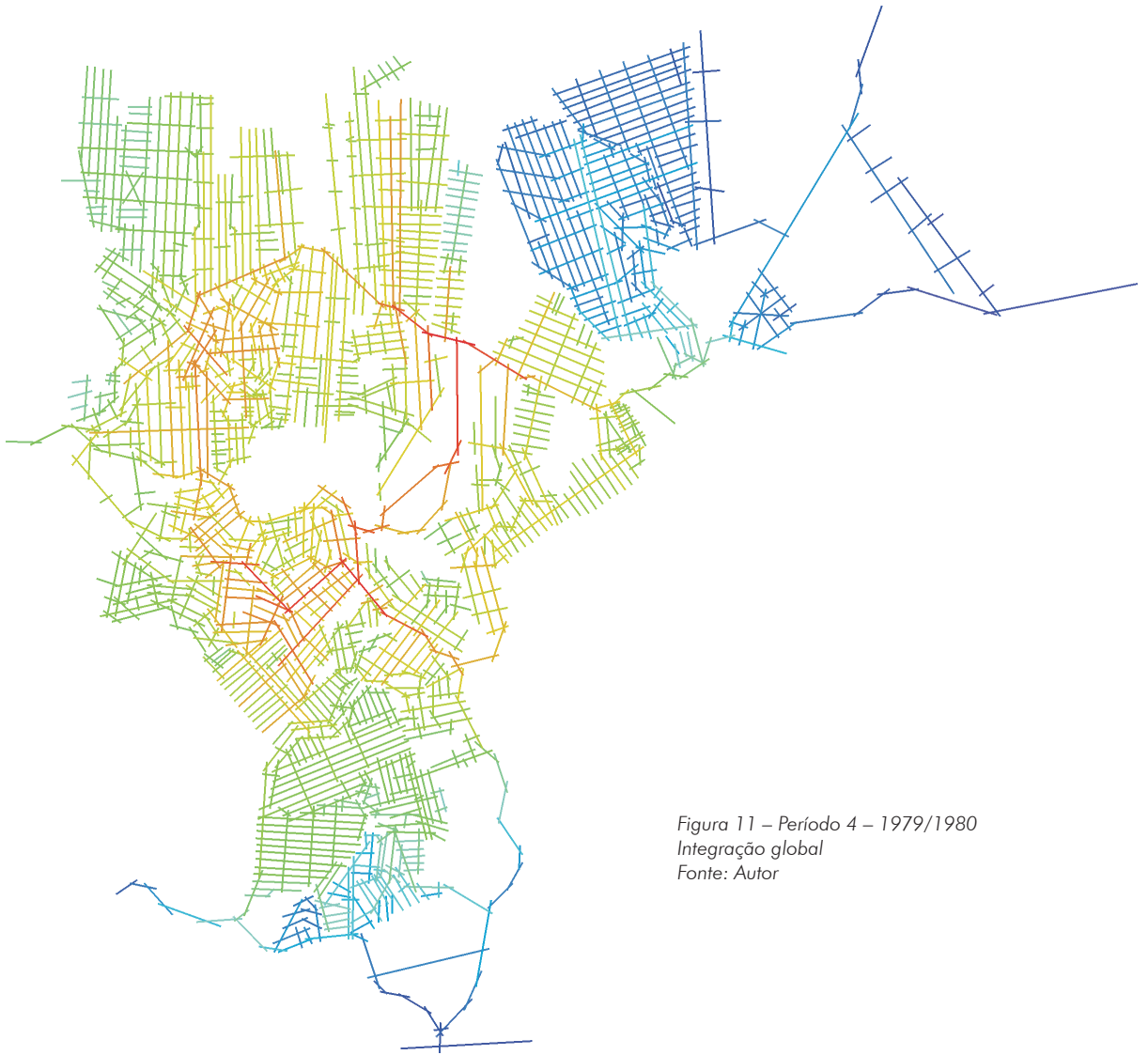


Figura 11 – Período 4 – 1979/1980
Integração global
Fonte: Autor

A implantação de conjuntos residenciais de grandes proporções em áreas periféricas à área urbana até então existente, mais a agravante de contarem com pouquíssimos vínculos com o tecido urbano pre-existente, produz uma elevação da profundidade geral do sistema e a produção de regiões inteiras consideravelmente segregadas em relação ao conjunto. Este é o caso do conjunto Vila Umbu, a nordeste da área urbana, com os seus quase 600 ha de área loteada, ligado ao tecido existente apenas em dois pontos. Outro exemplo, embora não tão problemático quanto o Parque Residencial Umbu, é o grande empreendimento Jardim Algarve, com seus quase 500 ha, melhor articulado com o tecido existente quando comparado com o anterior. No entanto, dadas suas dimensões e relações espaciais

propostas, desloca a integração global, até então se organizando ao longo da estrada Frederico Dohl, para parte da referida estrada e para parte do interior, nos loteamentos Santa Bárbara e Intersul, este último também importante para o período. Este fato representa o resultado do impacto do empreendimento que, melhor conectado ao tecido preexistente, atrai integração.

Como resultado, temos um núcleo de integração global fragmentado basicamente em três partes principais: o núcleo de integração principal, que vinha se estruturando próximo à divisa com Porto Alegre, perde boa parte do seu significado sintático e é reduzido em tamanho e abrangência; um outro núcleo se concentra em trecho da estrada Getúlio Vargas e acesso ao loteamento rural Chácara do Tordilho; por fim, a parte do núcleo que se desloca da estrada Frederico Dohl para o interior, em direção ao conjunto Jardim Algarve. Essa fragmentação, potencialmente, produz um efeito desagregador da estrutura urbana preexistente, na medida em que parte das qualidades locacionais que se apresentavam até então são ou perdidas ou diminuídas, refletindo-se em condições ambíguas da morfologia urbana como suporte à localização das atividades urbanas e para a geração de padrões de movimento natural, ou seja, a parcela do movimento que pode ser explicada pela configuração espacial.

Do ponto de vista da organização local, a implantação dos novos empreendimentos, do modo como foi feita, produz um tal aumento da profundidade média do sistema, que foi necessário utilizar os dados de integração local R14, portanto, com mais do que o dobro da limitação de profundidade que foi utilizada para os períodos anteriores (Figura 12). Este fato reforça a observação feita de que o impacto dos novos loteamentos na estrutura urbana de Alvorada é de tal monta, que o espaço urbano se comporta como uma estrutura instável, isto é, o acréscimo de área urbana altera de forma profunda a estrutura urbana anterior. Em estruturas estáveis, pequenas alterações tendem a não afetar de forma muito evidente os resultados obtidos quanto ao nível de acessibilidade relativa dos espaços.

Em relação ao período anterior, a organização local se altera significativamente. Das áreas de concentração de espaços de maior integração local verificadas no período anterior, apenas uma permanece, aquela próxima à divisa de Porto Alegre que, tal como no período anterior, sobrepõe importância global e local, comportando-se de modo mais estável que as demais, o

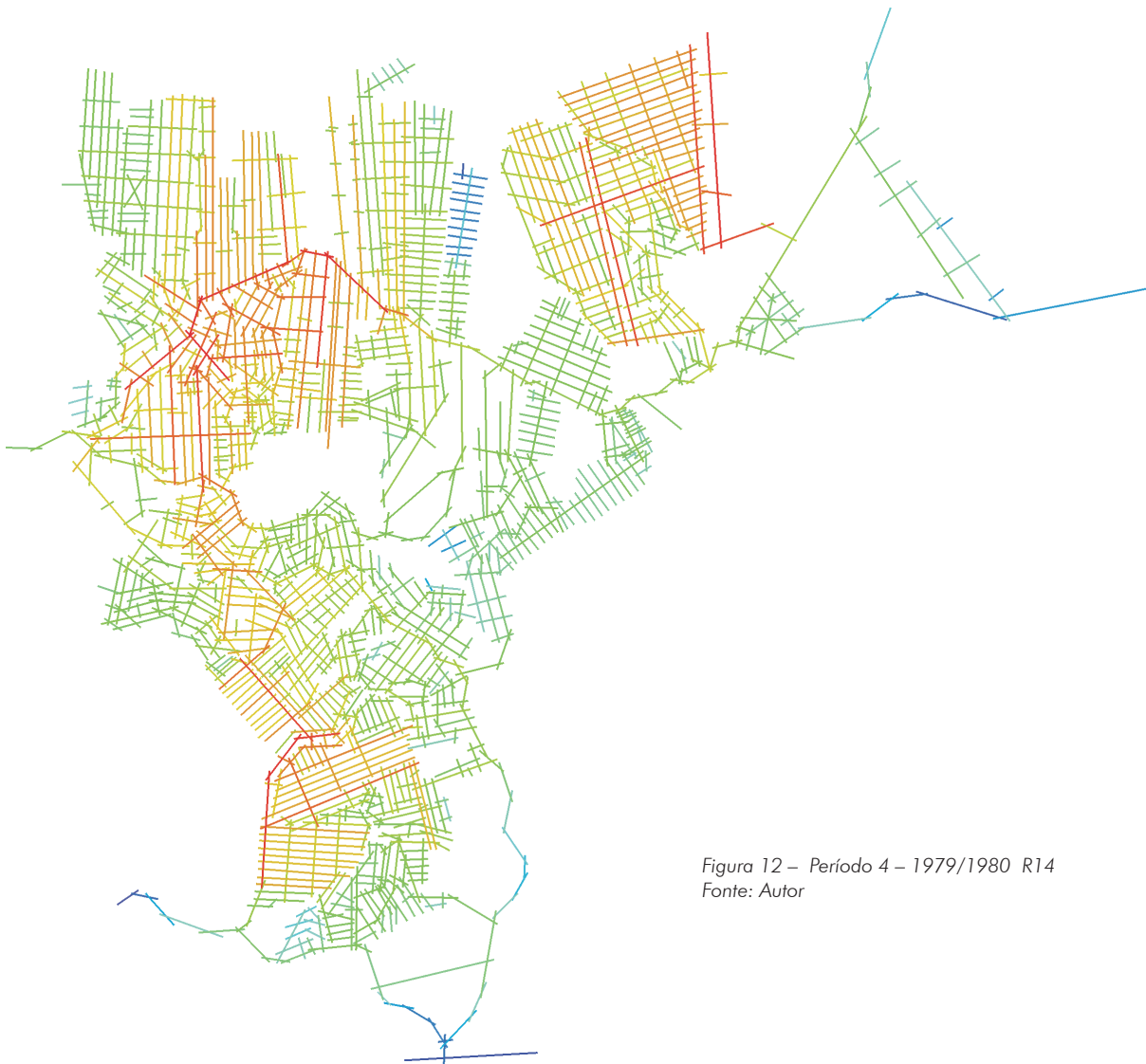


Figura 12 – Período 4 – 1979/1980 R14
Fonte: Autor

que reforça sua importância na área urbana. O peso dos novos empreendimentos atrai para si as duas outras áreas onde se concentram espaços com maiores integrações locais: uma no Vila Umbu, que globalmente é extremamente segregado e a outra, no Jardim Algarve, mais acessível também globalmente. Deste modo, pode-se verificar que o tamanho do empreendimento é muito importante para a reestruturação urbana, mas o que fornece melhores informações sobre o impacto que vão impor à organização da cidade como um todo é dada, fundamentalmente, pela sua localização relativa e pelos níveis de articulação desses empreendimentos com o tecido urbano preexistente.

Quinto Período: 1981 A 2000

Nesse último período de análise, a área urbana de Alvorada recebe alguns novos grandes empreendimentos, os maiores deles sendo extensões ou novas fases de outros já existentes e de mesmo empreendedor. À área urbana já parcelada são acrescentados mais 122,47 ha para habitação e 207,77 ha relativos aos loteamentos industriais. Em termos de número de lotes, são 2.871 novos lotes residenciais e 106 lotes industriais.

Dos loteamentos residenciais, este período apresenta dois que são regularizações de áreas invadidas. Uma novidade importante no período é a implantação de loteamentos industriais em uma região que tinha se especializado na função de habitação para o conjunto da região metropolitana de Porto Alegre. Essa maior complexidade funcional acontece em um momento em que a cidade, mais do que em outros períodos, passa a sedimentar as profundas inconstâncias na formação da sua estrutura, conforme examinado até aqui.

Localização dos Loteamentos

Os loteamentos que se constituem em extensões de outros existentes ocupam áreas limítrofes às parcelas já implantadas. Loteamentos menores ocupam os interstícios de outros loteamentos. É o caso do Água Viva, que passa a ser o mais próximo do acesso a Porto Alegre.

No caso dos loteamentos industriais, estes vão se localizar a leste da área urbana ocupada. O Distrito Industrial CEDIC é o mais próximo do centro da cidade, ao lado do Vila Isabel e possui parcela de área que avança sobre o território de Viamão. Já o Distrito Industrial da Solidão se situa bem mais a nordeste da área urbana, tendo acesso pela RS-118, importante eixo regional, responsável pela conexão da parcela da região metropolitana formada pelos municípios de Viamão, Alvorada, Gravataí, Cachoeirinha e Sapucaia do Sul com a BR-116, e a FreeWay, conectando-se à área urbana de Alvorada pela estrada Diogo Inácio de Barcelos (Figura 13).

Além dos loteamentos, nesse período surgem algumas ligações até então inexistentes e que vão definir um nível maior de permeabilidade interna para o conjunto da cidade. De especial interesse é a continuidade da rua Oscar Shik, que vai unir em linha reta a estrada Getúlio Vargas e a estrada Frederico Dohl, os dois principais percursos matrizes da formação da cidade. Importante também são as novas relações entre o Vila Umbu e os loteamentos circundantes, aumentando a permeabilidade geral do sistema.

Estrutura Urbana no Período

Loteamentos, Expansão e Estrutura Urbana

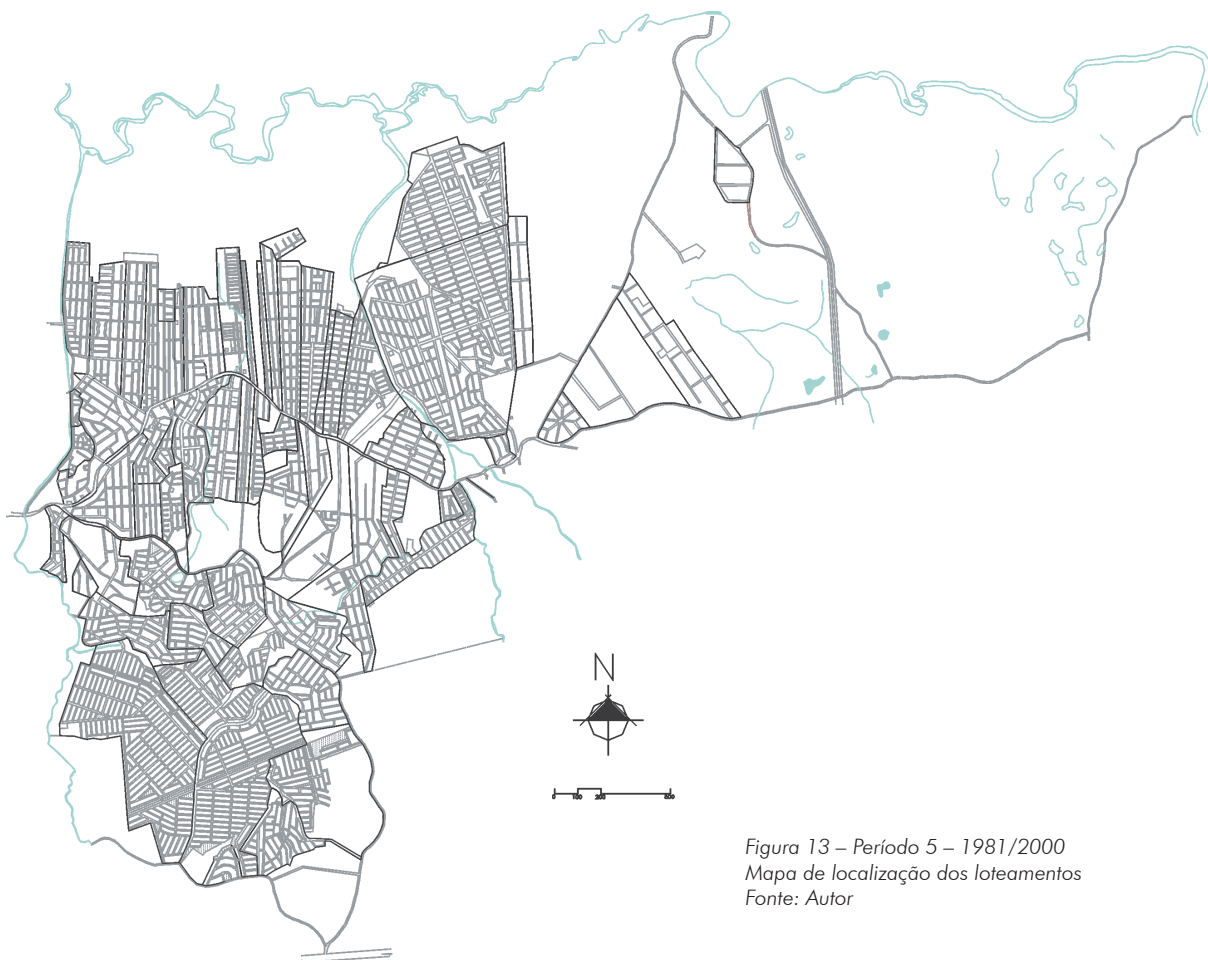


Figura 13 – Período 5 – 1981/2000
Mapa de localização dos loteamentos
Fonte: Autor

A análise da distribuição da integração global, nesse período (Figura 14), permite observarmos alterações importantes na estrutura interna de Alvorada. A ligação entre as estradas Getúlio Vargas e Frederico Dihl organiza a acessibilidade geral do sistema por outro padrão, que consiste no fortalecimento de um claro núcleo de integração formado por este eixo – rua Oscar Shik – e eixos mais próximos deste tanto da estrada Frederico Dihl quanto da Getúlio Vargas. Desta forma, ao contrário de boa parte dos períodos anteriores, os espaços de maior acessibilidade localizam-se não apenas nos dois percursos matrizes da formação da cidade, mas se articulam de forma clara por um eixo de ligação entre eles.

Assim, a linearidade do sistema de acessibilidade relativa, tão importante e presente em toda a história de Alvorada, perde força para uma estrutura mais nucleada. Por outro lado, o núcleo se torna mais forte sintaticamente do que nos períodos anteriores, uma vez que

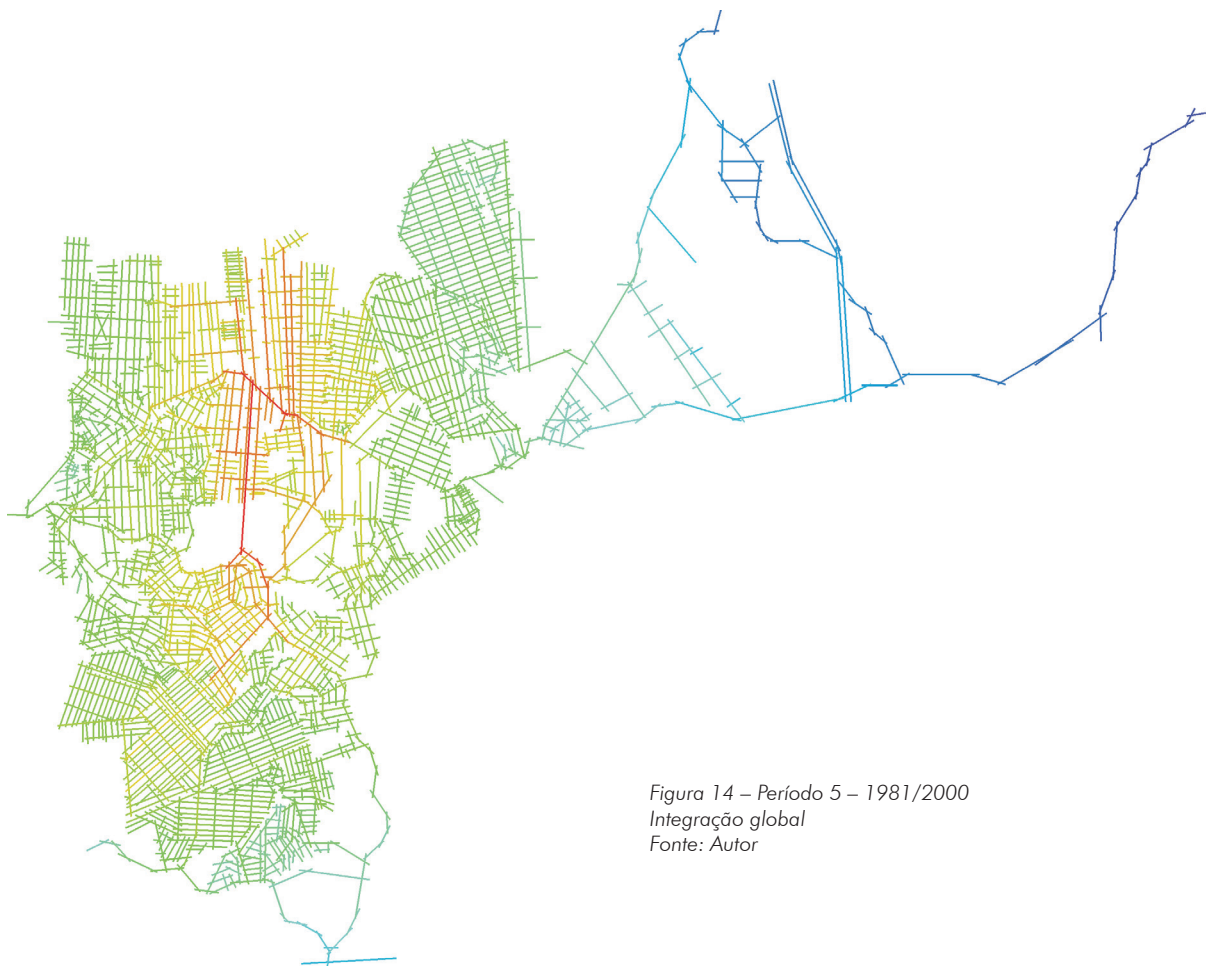


Figura 14 – Período 5 – 1981/2000
 Integração global
 Fonte: Autor

existe uma maior diferenciação geral no sistema entre espaços mais e menos integrados. Com isto, a morfologia do sistema espacial viabiliza a formação de um centro urbano o qual, por ser sintaticamente forte, possibilita muito a localização de atividades que requerem um grau de acessibilidade maior que potencializa a estruturação de um centro urbano onde as propriedades sintáticas favorecem a diferenciação funcional e a localização de atividades mais dependentes, tanto de maior acessibilidade geral quanto de movimento de pessoas para a sua sustentação. Assim, neste último período, mesmo que potencialmente, estão colocadas as condições gerais da estruturação urbana de Alvorada, diferentes das anteriores.

Interessante observarmos na mesma Figura 13, como a inclusão de alguns eixos novos altera a distribuição da integração. É o caso da continuidade da mencionada rua Oscar Shik e das novas conexões propostas por loteamentos vizinhos ao Jardim Umbu. Este é um exemplo claro de como loteamentos diferentes, tanto no tempo

quanto em origem, podem resultar em um processo de articulação maior dos espaços, por meio de medidas simples e eficientes com um cuidado mínimo na articulação de loteamentos novos com os preexistentes.

Se observarmos a distribuição espacial da integração local (Figura 15), com raio de limitação de R7, podemos observar que a consolidação de subcentros de integração local se dá novamente a uma profundidade bem menor do que no período anterior. Isto representa um avanço enorme na aproximação sintática entre os diversos espaços do sistema e, portanto, nas condições de relações espaciais e sociais. Por outro lado, comparativamente ao período anterior, há uma semelhança do ponto de vista da localização das subáreas que concentram maior integração local.

Estrutura Urbana com parte de Porto Alegre

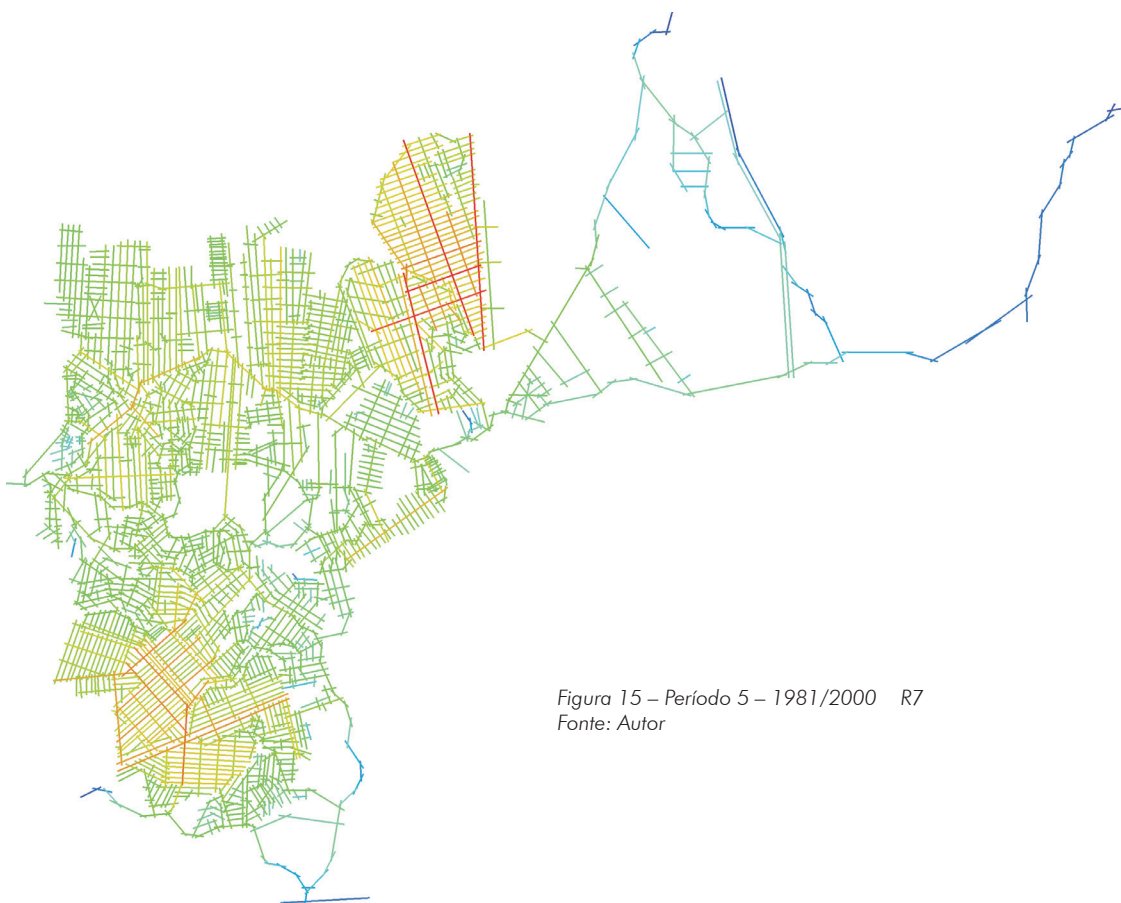


Figura 15 – Período 5 – 1981/2000 R7

Fonte: Autor

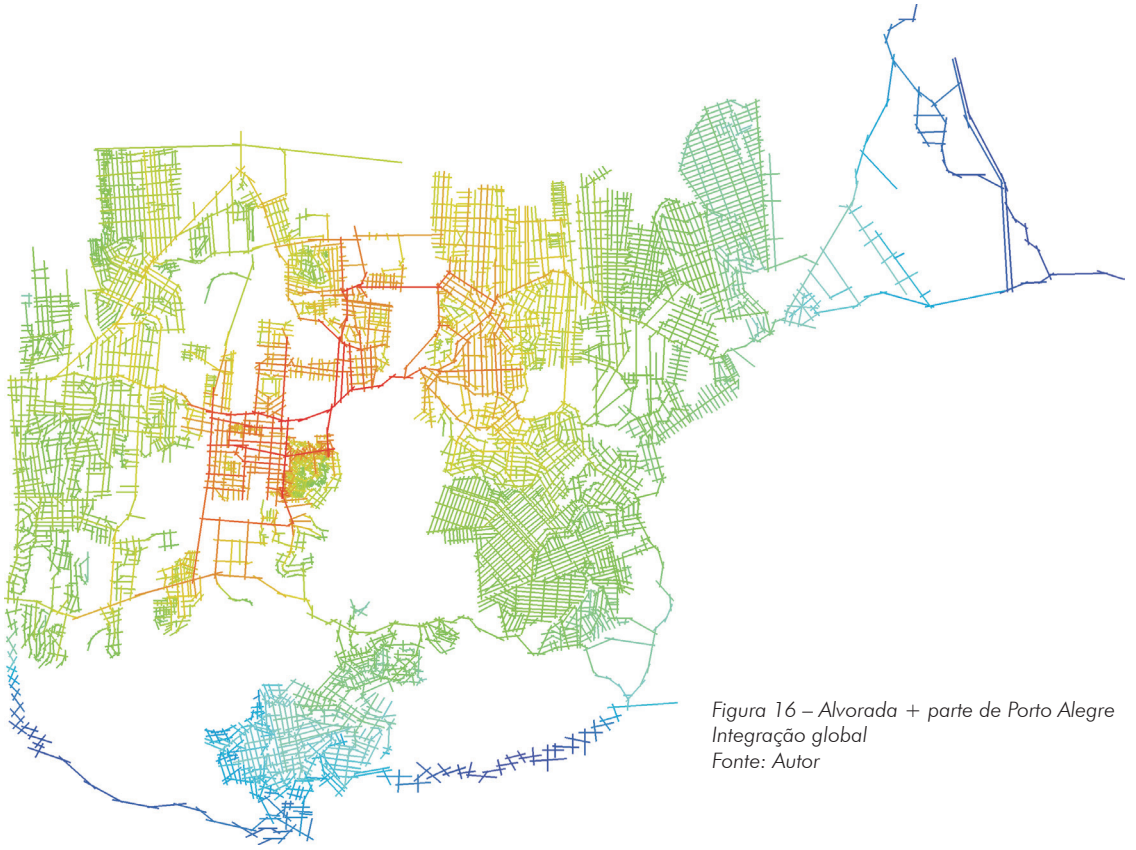


Figura 16 – Alvorada + parte de Porto Alegre
Integração global
Fonte: Autor

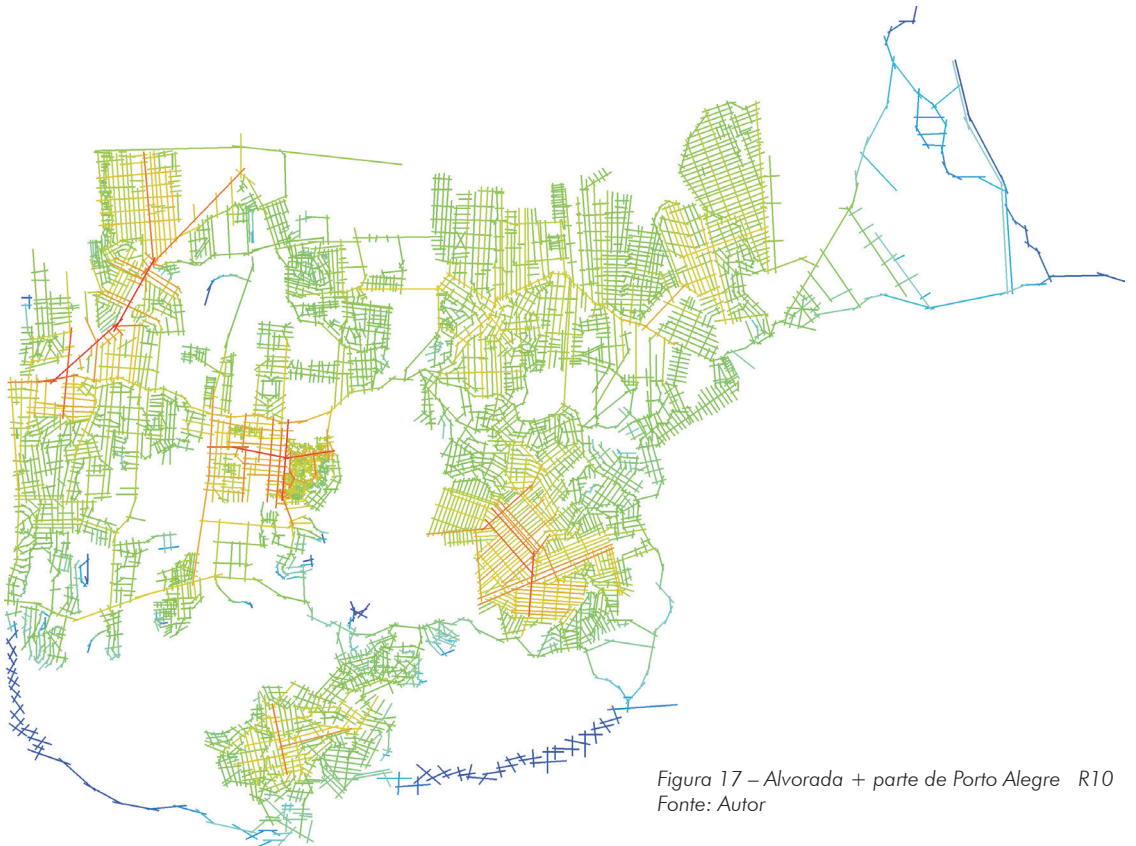


Figura 17 – Alvorada + parte de Porto Alegre R10
Fonte: Autor

Quando acrescentamos ao sistema urbano de Alvorada outras áreas, podemos examinar, a partir de uma outra perspectiva, sua estrutura urbana. No nosso caso, foram acrescentadas duas áreas: uma, de Porto Alegre, no limite com Alvorada, com um diâmetro de cerca de 6 quilômetros; outra, de Viamão, também na divisa com Alvorada, sendo incorporada uma área menor, em função da disponibilidade de cartografia.

Na ilustração da distribuição da integração global desse sistema (Figura 16), percebe-se que, com a inclusão da zona leste de Porto Alegre e parte de Viamão, o núcleo de integração se desloca para a área compreendida no território de Porto Alegre. Esta ilustração permite observar ainda que, com a ampliação de área, a parte de Alvorada mais próxima à divisa com Porto Alegre assume importância maior no sistema da cidade. A importância desta área é atestada pela ocupação mais intensa deste território, desde períodos anteriores. Foto aérea recente mostra para esta região de Alvorada uma densidade de ocupação elevada e pouca disponibilidade de lotes vagos. Contribui também para esta característica a abertura de novas vias no território de Porto Alegre, que cruzam o Arroio Feijó e entram em Alvorada, aumentando, desta forma, a anelaridade do sistema, reduzindo a profundidade média e, conseqüentemente, aumentando a integração do conjunto.

Localmente (Figura 17), embora com diferenças em termos de intensidade, as áreas de Alvorada que possuem importância em termos da sua organização local não diferem muito em relação ao último período considerado.

Conclusões

A avaliação da formação da área urbana de Alvorada e da sua estruturação enquanto espaço urbano peculiar e autônomo, embora muito recente, compreendendo um período de apenas 52 anos, devido às suas particularidades, permite que se proceda a um exame mais detido de alguns aspectos deste processo. Por um lado, a própria finalidade e origem dos loteamentos define o território de Alvorada como local de moradia de população de baixa renda que trabalha essencialmente fora da cidade e principalmente na cidade pólo – Porto Alegre (Rigatti, D., 1983) – pode ser pensada como parte do problema de estruturação de um núcleo urbano como tradicionalmente tendemos considerar, uma vez que o que é privilegiado é a oferta em si de terra urbana e não propriamente a geração de uma cidade. Em linhas gerais, podemos identificar alguns aspectos como de importância a serem considerados, pela

análise do processo de parcelamento urbano, em Alvorada.

a) A legislação que trata especificamente das questões relacionadas com a transformação de terra em lotes urbanos – as leis de parcelamento do solo urbano – preocupa-se fundamentalmente com determinados aspectos, examinando os parcelamentos individualmente. Com isto, deixa-se de considerar uma questão fundamental: a forma como cada parcela do território que vai se agregando a outras já parceladas contribui, a seu modo, para a geração de uma área urbana, cuja estrutura seja consolidada a partir do fortalecimento de determinados espaços que possam orientar a formação de um núcleo que possa se desenvolver não apenas morfológica, mas funcionalmente, por abrigar as funções mais importantes para o conjunto da cidade e, também, simbolicamente, por permitir a construção de uma identidade enquanto cidade. No caso particular de Alvorada, verifica-se que o processo de parcelamento do solo parece ocorrer de forma quase autônoma em relação à lei. Assim, como principal consequência, ao invés de definir uma norma social, a legislação passa a se transformar em uma mera formalidade administrativa. Desta maneira, principalmente nos períodos iniciais de formação, loteamentos que aprovam um projeto e implantam outro, aqueles que prevêm uma infra-estrutura urbana e implantam outra, quando implantam, tornam-se comuns na história da cidade.

b) A inexistência de indicativos mais claros e eficientes, voltados à consideração das relações mínimas dos loteamentos entre si, e o processo altamente especulativo que orientou a produção da terra urbana em Alvorada foram os principais responsáveis pelas dificuldades apresentadas na sua estruturação. Isto é observável pela forma instável como o núcleo de integração se comporta ao longo do tempo. Por outro lado, observa-se que, presentemente, não apenas por iniciativa dos empreendedores, mas por intervenções isoladas, o núcleo de integração de Alvorada tende a uma maior estabilidade, permitindo uma maior inter-relação entre aspectos morfológicos, funcionais e de uso social do espaço.

Algumas medidas simples poderiam ser observadas nos processos de exame e aprovação de projetos de parcelamento do solo, as quais poderiam ser consolidadas em dispositivos na própria legislação urbanística, para facilitar o processo de crescimento urbano, tais como: controle maior quanto às extensões máximas de quarteirões, evitando a criação de barreiras físicas de vulto que potencialmente podem dificultar a relação entre os diversos espaços do próprio loteamento em questão e da cidade como um todo; um

cuidado na continuidade viária entre loteamentos distintos, coibindo uma excessiva descontinuidade entre as ruas de loteamentos novos para loteamentos preexistentes e medidas possíveis e necessárias. Com isto, limitam-se as profundidades gerais do assentamento bem como é favorecida a integração espacial, pelo aumento da anelaridade geral do sistema.

c) A presença de diretrizes gerais para a cidade no que se refere ao traçado de um sistema viário principal e que incidam sobre o desenho das vias dos parcelamentos do solo urbano, também é uma medida de extrema importância. Como parte integrante de planos diretores ou de projetos viários com força de lei, as diretrizes relativas ao sistema viário podem definir as principais conexões que deverão ser mantidas na cidade como um todo. Desta forma, à medida que as áreas vazias vão sendo incorporadas à área urbanizada, existem condições de garantir padrões mínimos de acessibilidade, não só internamente ao parcelamento do solo, mas também do ponto de vista das relações mais amplas possibilitadas pelo parcelamento em questão.

No caso da formação de Alvorada, pode-se perceber que há uma conjunção entre uma ocupação extremamente especulativa do solo, com normas relativas ao parcelamento ou ao uso e ocupação do solo urbano que não são cumpridas na sua integralidade. Ao mesmo tempo em que carecem de precisão e de preocupação nos aspectos que interferem mais de perto na estruturação do conjunto da cidade, estas normas, em última instância, definem a posição relativa não apenas dos espaços no conjunto da cidade, mas, e principalmente, das pessoas e das funções urbanas.

A consideração do parcelamento do solo urbano, mesmo de grandes dimensões, como em alguns casos exemplificados em Alvorada, de forma isolada, cujos critérios de desenho limitam-se ao interior do parcelamento, sem o exame das implicações e das relações para com o conjunto da cidade, está na raiz de problemas de estruturação urbana, como vimos, fazendo necessárias intervenções extraloteamentos, visando sua solução.

d) Mesmo que ainda não faça parte da realidade de Alvorada, é importante destinarmos algumas observações quanto a uma modalidade de parcelamento do solo urbano que está se tornando cada vez mais comum em um grande número de cidades – condomínio por unidades autônomas. Por suas características físicas, seu enclausuramento e fracas relações que propõe com o restante da cidade, esta modalidade de parcelamento tem sido cada vez mais utilizada como uma forma tanto de segregação espacial quanto de segregação

social. Independentemente das razões que motivam a valorização deste tipo de morfologia e de prática social, o que interessa mais de perto, aqui, é a consideração do seu impacto na cidade. Mesmo que a legislação urbana, principalmente a de parcelamento do solo, regule tanto a área como as extensões máximas dos condomínios, medidas estas que são importantes para evitar o surgimento de grandes áreas bloqueadas no tecido urbano, resta ainda considerar o aspecto ligado ao próprio conceito do condomínio, espaços que tendem a constituírem-se em ilhas socioespaciais, com poucas contri-buições para a dinâmica das cidades.

e) Outra questão que não foi explorada neste trabalho, mas se constitui em peça de extrema relevância para esta discussão é o carácter metropolitano das intervenções efetuadas em municípios como Alvorada. Neste caso, os empreendimentos passam por um processo de exame do órgão metropolitano que avalia uma série de aspectos relacionados com o projeto. O exame é tanto mais apurado quanto mais integrado e quanto maiores sejam as diretrizes existentes no âmbito regional, o que para as nossas regiões metropolitanas esbarra em uma falta de clareza das atribuições e competências da instância regional.

f) Outro capítulo interessante, mas que foge ao escopo deste trabalho, seria o que tratasse do fenómeno do parcelamento do solo urbano dentro do quadro de crescimento das cidades, seu desenvolvimento e seu vínculo com a sustentabilidade urbana. Sustentabilidade, aqui, referida não apenas a um conceito mais restrito aos seus aspectos ambientais, mas de ordem mais geral (Magnaghi, 1998), a partir dos quais são tratados os três componentes constitutivos e inter-relacionados do território: o ambiente natural, o ambiente construído e o ambiente antrópico.

Esta abordagem mais ampla justifica-se, principalmente em um âmbito regional como o abordado aqui, no qual a transformação do território pode ser vista em toda a sua complexidade (por exemplo: ocupação urbana de áreas de várzea; ocupação e saneamento; qualidade ambiental e urbanística dos assentamentos produzidos, sustentabilidade social do território, entre outros), possibilitando uma contextualização dos projetos de loteamento e seu exame mais global.

g) Finalmente, é necessário, mesmo que brevemente, registrar que as questões comentadas aqui tendem a se referir de modo mais consolidado aos processos de construção e crescimento da cidade formal, ou seja, aquela que passa por determinadas formas de controle da produção espacial. No entanto, parcelas significativas das

nossas cidades, especialmente em áreas metropolitanas, possuem na informalidade uma alternativa de resolução dos entraves ao acesso aos benefícios urbanos, fora do mercado formal. Do ponto de vista dos resultados deste tipo de ocupação na estruturação urbana, como examinados neste trabalho, são de difícil avaliação – mesmo que se possa fazer uma série de considerações de caráter mais teórico e geral, exatamente pela sua natureza informal, o que dificulta a obtenção de informações necessárias. Por outro lado, há uma tendência ao não-reconhecimento desta realidade nos próprios registros formais como a cartografia, os quais, grande parte das vezes, não reproduzem uma realidade que é tanto social quanto espacialmente complexa.

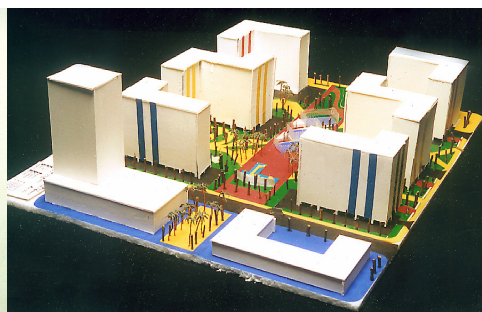
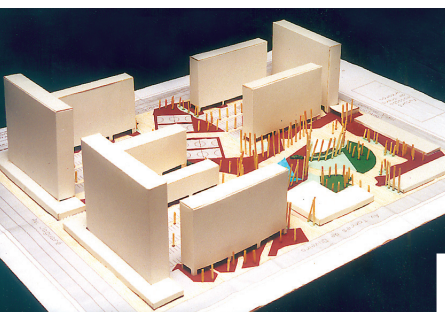
Bibliografia

- CANIGGIA, G., MAFFEI, G. L. *Composizione architettonica e tipologia edilizia: Lettura dell'edilizia di base*. Veneza: Marsilio Editori, 1981.
- HILLIER, B., HANSON, J. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- HILLIER, B. et al. Natural movement: Or configuration and attraction in urban pedestrian movement. *Environment and planning B: Planning and design*, v. 20, p. 29-66, 1993.
- HILLIER, B. *Space is the machine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MAGNAGHI, A. (Org.) *Il territorio degli abitanti*. Milão: Dunod, 1998.
- PANERAI, P. et al. *Elementos de analisis urbano*. Madri: Instituto de Estudios de Administración Local, 1983.
- PEPONIS, J. et al. The spatial core of the urban culture. *Ekistiks*, n. 334/335, v. 56, p. 43-55, jan./fev./mar./abr., 1989.
- PEPONIS, P. Espaço, cultura e desenho urbano. *Arquitetura e Urbanismo*, n. 41, p. 78-83, abr./maio 1992.
- RIGATTI, D. *Formação de áreas urbanas com função de habitação na região metropolitana de Porto Alegre, o caso de Alvorada – 1948-1980*. Porto Alegre, 1983. Dissertação (Mestrado) submetida ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR/UFRGS.
- _____. *Do espaço projetado ao espaço vivido: Modelos de morfologia urbana no Conjunto Rubem Berta*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

RETROSPECTIVA E MÉTODO DE CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA O ENSINO DE PAISAGISMO

Jonathas Magalhães Pereira da Silva

Arquiteto, mestre, professor do Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura Anhembi Morumbi, diretor da Semiotic Systems Ltda.



ENSINO

RESUMO

Estamos em uma época em que a velocidade do desenvolvimento tecnológico impõe e gera novos modos de comunicação e de trabalho. A incorporação dessas novas tecnologias no ensino poderá não apenas facilitar e agilizar o ato de aprender como também discutir novos programas e conteúdos.

O papel das novas tecnologias na educação deve estar delimitado e com objetivos definidos antes do início do desenvolvimento dos novos instrumentos de ensino. É necessária a adoção de uma estratégia em que esses pressupostos sejam definidos pelos educadores, que não necessitam de um conhecimento técnico, mas devem enxergar onde e como podemos usar os avanços tecnológicos.

No ensino do paisagismo temos constantes desafios em sala de aula, como por exemplo: a dificuldade no domínio das várias escalas de projeto, a falta de repertório de espaços livres, o desenvolvimento de uma visão tridimensional, a estruturação e articulação entre os espaços de um projeto.

O objetivo deste trabalho é discutir os métodos utilizados para desenvolver os instrumentos acima descritos, assim como apresentar os usos e as novas metas de desenvolvimento.

ABSTRACT

The speed of present day technological development demands and inspires new ways of communication and work. The incorporation of these new technologies in the educational agenda may not only ease and speed up learning but also contribute to the discussion of new academic programs and contents.

The role of new technologies in education should be clearly established and their goals well defined before the development of new teaching tools begins. It is necessary to adopt strategies that allow educators to establish these preconditions; they do not need any technical knowledge, but must see where and how we can use these technological improvements.

In landscape teaching there are permanent challenges inside the classroom, as for instance: the dealing with many project scales, a lack of open-space repertoire and three-dimensional vision, the structuring and articulation of the different spaces of a project.

The objective of this paper is to discuss the methods used to develop the tools described above, as well as to present its actual uses and future development.

RETROSPECTIVA E MÉTODO DE CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA O ENSINO DE PAISAGISMO

Necessidades das Novas Ferramentas Para o Ensino em Ateliê

O ensino de concepção espacial tradicionalmente é focado em uma atividade de projeto, que é realizada por meio de exercícios práticos em ateliê. Essa prática é dependente de uma relação muito próxima entre aluno e professor.

Com o surgimento de um grande número de faculdades de arquitetura e o aumento desproporcional de alunos em relação a professores em sala de aula, observamos um rompimento das premissas que levaram à concepção dessa forma de ensinar a projetar. Os trabalhos passam a ser executados em grupos. O atendimento aos grupos diminui devido à grande quantidade de equipes.

Não existe mais a possibilidade de entender as dificuldades e habilidades de cada aluno, mesmo reconhecendo que essa compreensão seja necessária para uma aprendizagem de concepção, no caso, a criação de espaços livres.

Quando essa proximidade entre aluno e professor não é mais possível, faz-se necessária uma revisão das práticas tradicionais. O estudo dos procedimentos didáticos tradicionais é essencial para a revisão e a incorporação das novas tecnologias de informação.

O uso dessas novas tecnologias muda comportamentos e valores, provocando transformações nas relações humanas e alterando o cotidiano.

As ciências especializadas vêm se aprimorando, os conhecimentos vão se acumulando, tornando necessária uma nova abordagem do ensino, com pesquisas por recursos que possibilitem uma autonomia na aprendizagem. Seguindo esse raciocínio, as escolas de ensino fundamental e médio já estão caminhando nessa direção, experimentando o uso de *softwares*.

Cabe à universidade identificar oportunidades de uso desse novo

recurso na especificidade de cada curso, enriquecendo o processo sociocultural brasileiro no que se refere à autonomia da aprendizagem e, no caso da formação de arquitetos, na compreensão da paisagem brasileira.

O Ensino da Concepção de Espaços Livres de Edificação

Como estimular o questionamento de posturas perante os projetos, levando em conta as várias escalas, o contexto, a linguagem, enfim, os vários aspectos da paisagem?

O estudo da paisagem é desenvolvido, no Brasil, pelas faculdades de arquitetura e urbanismo, principalmente nas disciplinas de paisagismo. Esse ensino, em sua maioria, é feito em ateliê: por meio de trabalhos práticos, os alunos vão desenvolvendo seus conhecimentos. O professor transmite os conceitos e posturas espaciais adequadas, considerando situação, escala, cultura, população e demais itens do objeto de estudo.

É no ateliê que se tem a possibilidade de experimentar e de desenvolver posturas projetuais. Porém os atendimentos em ateliês são poucos e os trabalhos, algumas vezes em equipes, levantam questões gerais sem dar atenção às dificuldades de cada um.

Como se apropriar das novas tecnologias de modo a utilizá-las como uma ferramenta de transmissão desse conhecimento de forma mais autônoma, atingindo, dessa forma, o “ensino de massa”?

Não se trata aqui de uma substituição do professor, pelo contrário, o objetivo é conseguir assimilar com mais agilidade as primeiras etapas para elevar o nível de discussão dos exercícios de projetos.

Utilizando-se da informática, por sua capacidade de análise e simulação espacial, podemos pesquisar métodos alternativos às realidades encontradas atualmente dentro de nossas faculdades de arquitetura.

Pré-requisitos Para o Desenvolvimento das Novas Ferramentas

Considerando que as novas abordagens do ensino em ateliê se apoiarão não somente em procedimentos didáticos, mas também em ferramentas, temos aparentemente duas perguntas, de diferentes áreas para responder.

- Quais são os novos procedimentos didáticos?
- Quais são as ferramentas e técnicas necessárias para esses novos procedimentos?

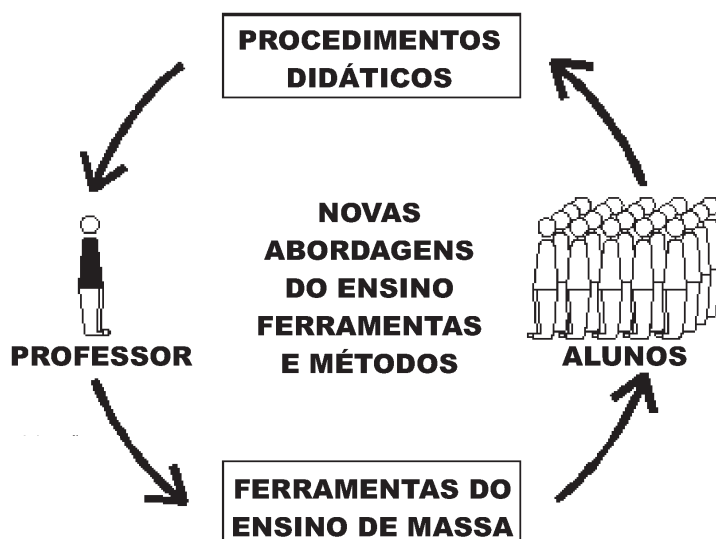
Porém existe uma questão anterior a essas duas, que trata do entendimento do mecanismo do ensino. Isto é, como devemos incorporar as novas tecnologias ao ensino? Como são geradas as solicitações? Quais são as dificuldades? Como avaliaremos seus resultados?

Por fim, entender o “sistema de ensino de concepção espacial”.

Se não respondermos essa questão antes das demais, poderemos estar desenvolvendo ferramentas (*softwares*) rígidas e obsoletas.

Teremos de considerar um ciclo de solicitação em que uma dificuldade ou necessidade dos alunos gera novos procedimentos didáticos que, por sua vez, solicitam uma revisão e atualização do professor. Cabe a ele definir novas ferramentas que serão utilizadas em ateliê e estimularão novas necessidades, iniciando o ciclo novamente.

A percepção desse sistema insere o professor no desenvolvimento das novas ferramentas, pois a informatização do ensino só poderá



evoluir por meio de sua percepção e atuação.

Se analisarmos o desenvolvimento e a evolução de *softwares*

consagrados do mercado (Auto-CAD, 3Dstudio, Corel Draw, MSWord e outros) eles também têm um ciclo muito parecido: inicia-se com uma necessidade passando para uma resposta, um procedimento ou uma rotina capaz de permitir a construção de um *software* que, por sua vez, solicita cada vez mais um equipamento o qual, uma vez criado, gera novas possibilidades de uso, iniciando novamente o ciclo.

Podemos ficar com a impressão de que essas novas tecnologias são muito frágeis e necessitam de mudanças a todo instante. Mas se olharmos para os últimos 20 anos, muitos *softwares* resistiram às transformações tecnológicas e evoluíram. O AutoCAD, por exemplo, é o mesmo há mais de 20 anos. Mudou a sua forma de interação com o surgimento do *mouse* e com sua nova versão em ambiente gráfico, porém sua estrutura é a mesma.

Por isso, é importante que esse investimento na informatização do ensino aconteça a partir das necessidades, contando com a participação do professor. Desta maneira estaremos garantindo que a ferramenta a ser desenvolvida sobreviva e evolua apesar das mudanças tecnológicas.

O que temos de ver claramente é que a criação de um *software* é, antes de mais nada, uma definição conceitual que vem atender a um “querer” prático. Para o seu desenvolvimento temos de identificar as necessidades e estar calcados nas soluções conceituais.

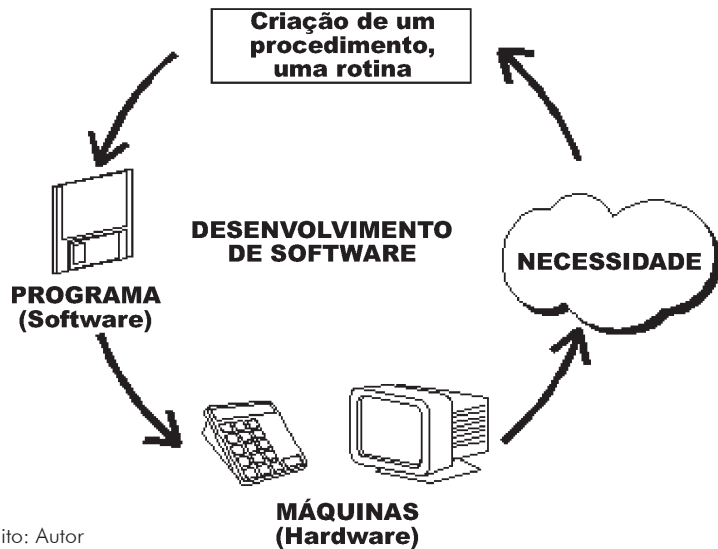
Uma Proposta de Continuidade

Formas de ler e simular a realidade ajudam a compreender a construção da paisagem, isto é, entender o impacto de um projeto em seu entorno e os reflexos de valores estéticos e socioculturais contidos no desenho do espaço urbano.

Metodologias de leitura espacial são amplamente estudadas e ajudam a diagnosticar e entender o espaço e seu contexto, porém são geralmente utilizadas em momentos específicos de um projeto. É muito comum o uso de metodologias de análises para descrever o antes ou o depois de uma intervenção ou projeto.

No processo de concepção de um espaço, cada “risco” do projeto resulta em uma situação com novas relações estabelecidas com o entorno, sensações espaciais criadas e valores socioculturais ressaltados.

No exemplo abaixo temos três situações, para um mesmo desenho



Crédito: Autor

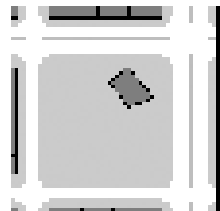
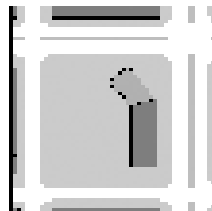
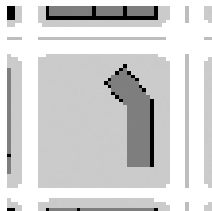
de planta, que alteram completamente as relações espaciais. O entendimento dessas mudanças, no momento do projeto, é fundamental para a tomada de posturas projetuais.

A continuidade de pesquisas de desenvolvimento de novas ferramentas caminha para a criação de uma proposta de ateliê para o ensino de projetos de espaços livres de edificação. Caminha-se para a criação de um ambiente que aumente a eficiência dos ateliês, isto é, que dê subsídios ao entendimento dos espaços urbanos, promovendo, para quem o utiliza, um desenvolvimento pessoal

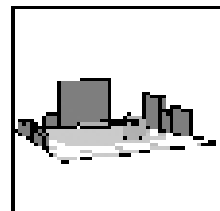
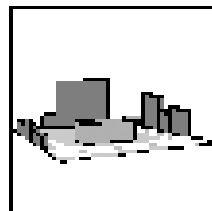
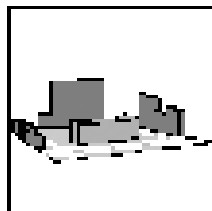
ANALISAR



PROJETAR



SIMULAR



Crédito: Autor

de projeto. Busca-se, assim, despertar a criatividade e desenvolver uma postura crítica do aluno em relação aos espaços urbanos por meio da interatividade entre projeto, simulação e leitura espacial.

Devemos ter como objetivo o desenvolvimento de um novo ambiente que facilite o entendimento do contexto, das escalas, das estruturas espaciais, das articulações entre seus espaços e do uso dos componentes da paisagem urbana.

Bibliografia

- COTTINGER, Hans, WEIMANN, Hans P. *Artificial intelligence – A tool for industry and managements*. Nova York: Ellis Horwood limited, 1990.
- DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano*. São Paulo: Pini, 1990.
- DOLLFUS, Oliver. *L'analyse géographique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971.
- ECKBO, G. *The landscape we see*. Nova York: McGraw Hill, 1969.
- FARRET, GONZALES, HOLANDA, KOHLSDORF. *O espaço da cidade*. São Paulo: Projeto, 1985.
- GRUPO DE DISCIPLINAS PAISAGEM E AMBIENTE. *Paisagem e ambiente – Ensaio, n. 4, 6 e 7*, São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- HACKETT, Brian. *Planting design*. Nova York: McGraw Hill, 1979.
- HALPRING, Lawrence. *The RSVP cycles: Creative process in human environment*. Nova York: George Braziller Inc., 1973.
- JACOBS, Jane. *The death and life of great american cities*. Penguin: Middlesex, 1974.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa, 1992. Tese (Doutorado) – Fundação Calouste Gulbenkian.
- LAURIE, Michael. *An introduction to landscape architecture*. Nova York: Elsevier, 1976.
- LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. *Destruição ou desconstrução?* São Paulo: Hucitec, 1992.
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência, o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34, 1997.
- LYNCH, Kavin. *La imagen de la ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1980.
- MACEDO, Silvio Soares. *Higienópolis e arredores*. São Paulo: Pini, 1987.
- _____. Os espaços livres de edificação e o desenho urbano. In: TURCKIEWICZ, B., MALTA (Org.). *Anais*. São Paulo: Pini, 1986.

- _____. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: Semiotis Systems, 1999.
- MAGNOLI, Miranda. *Experiência de ensino de paisagem para arquitetos na FAUUSP*. São Paulo: FAUUSP, 1981.
- MARX, Murilo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Edusp/Melhoramentos, 1980.
- MCHARG, Ian. *Design with nature*. Nova York: The natural history Press, 1969.
- NISHIKAWA, Ayako. *Espaços livres junto à habitação*. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- PEIRCE, Charles S. *Semiótica – Estudos*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- RAPOPORT, Amos. *Aspectos humanos de la forma humana*. Barcelona: Milwaukee, Gustavo Gilli, 1975.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SHLAER, Sally, MELLOR, Stephen J. *Object lifecycles – Modeling the world in states*. New Jersey: Yourdon Press, 1992.
- TOBEY Jr., George B. *A history of landscape architecture: The relationship of people to environment*. Nova York: Elsevier, 1973.
- WESTER, Lari M. *Design communication for landscape architects*. Nova York: Van Nostrand Reinhold, 1990.
- YI-FU, Tuan. *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

Agradecimento

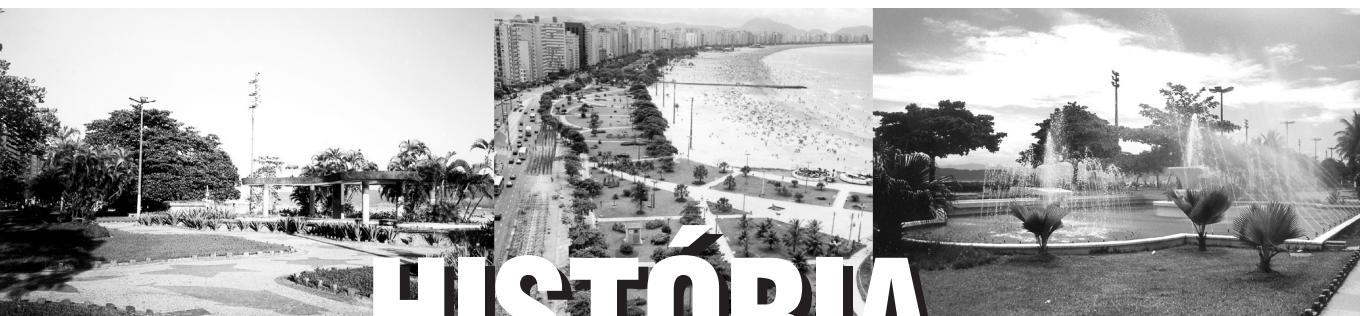
SANTOS, JARDINS DA ORLA – REFERÊNCIA URBANA PARA A COMUNIDADE

Ana Kalassa El Banat

*Mestre em artes pela Unicamp, professora de Estética e História da Arte e
Arquitetura da FAUUSP – Universidade Santa Cecília – Santos/SP*

Luiz Antonio de Paula Nunes

*Arquiteto, mestrando em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAUUSP, professor
de História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo da FAU – Universidade
Santa Cecília – Santos/SP*



HISTÓRIA

RESUMO

Este trabalho faz parte do Projeto Portocidade, da Universidade Santa Cecília, uma reflexão sobre a história do desenvolvimento de Santos e uma análise sobre suas perspectivas futuras. A área correspondente aos jardins da orla de Santos, um arco com cerca de 6 km de extensão e uma largura de algumas dezenas de metros, foi objeto de disputas entre os proprietários dos terrenos fronteiriços à praia e o poder público, durante as primeiras décadas do século 20, até que, a partir dos anos 30, teve início a construção de gramados sobre a areia. Na década de 50 a relação que se estabeleceu entre a praia e as edificações que surgiram ao longo da orla, e o aumento da ocupação dessa parte da cidade promoveram mudanças importantes, incorporando definitivamente o jardim à paisagem santista.

A partir dos anos 60, a forma de ocupação do jardim e sua caracterização passaram a ser dominantes no debate da comunidade, transformando os jardins da orla na mais marcante referência urbana de Santos. A alteração dos programas de necessidades, das funções e da própria concepção de paisagem, associada a uma crescente importância dada ao transporte individual, geraram conflitos que vêm definindo a maneira como a comunidade vê esse equipamento.

ABSTRACT

This work is part of the Santa Cecília University's Project Portocidade, a reflection about the history of the Santos development and an analysis of your future perspective. The area corresponding to the gardens of Santos border, an arch with about 6 Km of extension and a width of some dozens meters, was object of disputes among the proprietors of the frontier lands to the beach and the public power, during the first decades of the century 20, until that, starting from the thirties, had beginning the construction of lawns on the sand. In 50's the relationship that became established among the beach and the constructions that appeared along the border, and the increase of the occupation of that part of the city, defined the current plan, incorporating the garden definitively to the landscape from Santos.

Starting from the sixties the form of occupation of the garden, and your characterization, became dominant in the community's debate, transforming the border's gardens in the most outstanding urban reference of Santos. The alteration of the programs of needs, functions, and the landscape conception, associated to a growing importance given to the individual transport, generated conflicts defining the way as the

SANTOS, JARDINS DA ORLA – REFERÊNCIA URBANA PARA A COMUNIDADE

O Plano de Saturnino Brito e a Disputa Pelo Domínio da Área

A ocupação da cidade de Santos remonta à primeira metade do século 16, com a tentativa de se implantar na região a cultura açucareira associada ao potencial de entreposto comercial. O insucesso dessa empreitada deixou Santos à margem dos ciclos econômicos pelos quais o Brasil atravessou até o final do século 18 e a cidade manteve suas características coloniais até o século 19, ocupando apenas a área onde hoje se localiza o centro. A praia era o porto, formado por pontes precárias de madeira que permitiam o acesso de cargas e descargas aos trapiches. Uma vez que o navio não podia chegar à cidade, então a cidade chegava ao navio, sem delimitar territórios, em simbiose.

O panorama econômico nacional se modificou com o ciclo agroexportador do café, que propiciou a implantação em Santos da ferrovia e do porto organizado que, por sua vez, em parceria com a cidade, vincularam o desenvolvimento da região à cultura cafeeira. Santos passou a se destacar no cenário nacional e internacional por ser a porta de saída dessa produção e a porta de entrada da imigração, que alterou o perfil populacional do estado, e exigiu que a cidade se preparasse para novos tempos.

A ocupação da região da orla, ou praia da Barra, no final do século 19, era rarefeita, mas mesmo assim, em 1896, um grande número de requerimentos de particulares, solicitando o aforamento dos terrenos fronteiros às suas propriedades, foi encaminhado pelo governo federal para apreciação da Câmara Municipal de Santos. A Câmara rejeitou a cessão dessas áreas, com a concordância do governo do estado, visando a execução de obras de saneamento. A esfera federal se reservou o direito sobre os terrenos fronteiros ao canal do porto para construção desse importante equipamento, mas a disputa prosseguiu em relação aos terrenos da praia da Barra.

Em 1896 a Câmara Municipal elaborou uma planta da cidade. O Plano Geral e Ruas Novas, proposto pela Lei n. 94 de 15/03/1897, era uma malha ortogonal intercalando praças com exatamente as mesmas dimensões das quadras, em desenho monótono e sem preocupação com o sistema viário ou os pequenos córregos que cortavam a cidade ou ainda com o desenho arqueado da praia da Barra.

Santos passou por transformações radicais no quadro urbano geral, destacando-se o Plano de Saneamento do engenheiro Saturnino de Brito, de 1905, que fez uma revisão na proposta da Câmara estabelecendo um novo desenho inspirado nos preceitos sanitários e nas qualidades estéticas defendidas por Camillo Sitte. Santos se preparava para ser uma cidade saneada.

Seu plano possuía, no dizer de Monteiro de Andrade, uma “modernidade européia”, pois, enquanto saneava, realizava também o em-belezamento da cidade em um mesmo conjunto de reformas espaciais, marcando de modo decisivo sua estrutura urbana até os dias atuais. Aproximou a “cidade” da então distante “Barra”, a praia aberta para o mar, baía de Santos, com a construção dos canais de drenagem, cruzados por pontes, ladeados por avenidas arborizadas articuladas com praças, cortando o esquema ortogonal das vias. Santos, que então possuía um pequeno passeio público, na atual praça dos Andradas, hoje desaparecido, deveria ter também uma “avenida-parque” da Barra, com jardins, equipamentos para atividades sociais e campos esportivos.

A área correspondente aos jardins da praia de Santos foi objeto de uma longa disputa entre os particulares, que pretendiam seu aforamento, e o poder público municipal, que a considerava de há muito como logradouro público. *“A questão não é nova, toda a gente o sabe, o que, porém, se sabe menos, é que já há diversos anos vem a municipalidade cuidando ativamente de lhe dar uma solução definitiva e de conformidade com os interesses gerais de nossa terra. As praias, as nossas belas e encantadoras praias, são incontestável e evidentemente, logradouros públicos desde há muito tempo, e nunca houve a respeito, a menor dúvida.”* (Joaquim Montenegro)¹

Nessa época os “troles” ligavam Santos a São Vicente com seu trajeto passando pela orla e o Hotel Internacional, localizado na

(1) O aforamento de terrenos de marinha na praia da Barra. *A Tribuna*, 08 mar. 1921, p. 3.

areia da praia do bairro do José Menino, prenunciava o turismo e a recreação como uma importante alternativa ao desenvolvimento da cidade.

Em 1913 já era possível perceber a rápida valorização por que passariam os terrenos próximos do mar, acarretando novas solicitações de aforamentos de trechos da praia por particulares. *“Ainda há bem pouco tempo a Câmara Municipal viu que, dentre o aluvião de pretendentes a tais terrenos nenhum só se propunha a criar estabelecimentos que fossem úteis à indústria e mesmo ao comércio. Era somente a especulação que preponderava.”*² A resposta da municipalidade foi a solicitação de aforamento de toda a faixa litorânea à praia da Barra ao município, por meio de requerimento ao Ministério da Fazenda, datado de 6 de julho de 1918, instruído por plantas e memoriais justificativos.

Não obstante todo esse trabalho, nova batalha entre o poder público e os particulares ocorreu durante o ano de 1921. Essa disputa se deu, principalmente, pelo fato de não existirem os melhoramentos que caracterizassem a efetiva urbanização da área. A polêmica gerada pelo desejo de loteadores teve suas primeiras conseqüências na sociedade santista, que protestou contra a intenção de criar lotes entre a avenida já existente, ainda que de areia, e a faixa da praia, onde o rasteiro jundu era a planta que dominava o local.

A questão mobilizou também intelectuais, como o poeta Vicente de Carvalho que, com o prefeito Joaquim Montenegro, organizou um abaixo-assinado para ser enviado a Eptácio Pessoa, presidente àquela época, solicitando que coubesse à prefeitura determinar a forma de urbanização do local. A prefeitura fez um protesto judicial e o prefeito foi pessoalmente ao Rio de Janeiro para se entender sobre o assunto com o diretor do Patrimônio Nacional e o ministro da Fazenda.

A edição do jornal *A Tribuna*, de 5 de janeiro de 1922, trouxe em sua primeira página a manchete: *“Uma vitória da cidade – Resolve-se em favor da prefeitura local a velha questão dos terrenos da Marinha”*. O ministro da Fazenda havia concedido o aforamento dos terrenos na área urbana, com condições de estabelecimento de servidões e logradouros públicos nas áreas que já não estivessem cedidas à Companhia Docas de Santos. A essa decisão coube recurso e somente em 1934, com a condição de que não fosse explorada comercialmente, é que a causa foi definitivamente ganha.

(2) *A Tribuna*, p. 4, 18 mar. 1921.



Foto 1 – Jardins da Orla
Crédito: Ana de Castro

Os primeiros melhoramentos

“Saneada grande zona da cidade, o progresso começou logo de manifestar-se nela; e não mais se deteve. Para os lados da praia da Barra, desde o Boqueirão até o José Menino, zona beneficiada pelo saneamento, a população começou a estender-se, os homens abastados aí construíram edificações de luxo, estabeleceram grandes hotéis, multiplicaram-se as pensões familiares, fundaram-se cassinos. Mas a extensa avenida aberta entre as residências e a praia, era, na época das chuvas, um horrível atoleiro que dificultava o trânsito e as comunicações com a cidade.”³

Na década de 20 tiveram início as primeiras obras, tímidos calçamentos em paralelepípedos e calçadas em mosaico português que delimitaram os primeiros trechos de um jardim que nascia de forma quase improvisada, especialmente nas áreas fronteiriças aos hotéis que se instalavam, como o Atlântico, o Internacional e o Parque Bal-neário. Esse momento é particularmente importante para a cidade, na medida em que outros serviços públicos foram

(3) Os progressos de Santos – Obras nas praias. *A Tribuna*, 5 out. 1923.

implantados, como a instalação da rede de águas pluviais e a iluminação pública⁴, além das cabines para banho, um coreto, que não mais existe, no Canal 2, e o plantio dos primeiros “chapéus-de-sol” (*Terminalia catappa*)⁵.

No princípio da década de 30, antes mesmo da decisão final sobre as questões de aforamento, a prefeitura iniciou a urbanização da área entre a avenida e a praia, optando por um extenso gramado, em função do baixo custo de implantação, cujos primeiros desenhos, para o trecho entre os canais 2 e 3, onde existiam os hotéis mais importantes, são atribuídos ao engenheiro Paulo Veiga⁶.

Essa década foi marcada por uma sucessão de prefeitos nomeados, principalmente funcionários municipais. Na construção dos jardins destacou-se a gestão do engenheiro Aristides Bastos Machado. Partici-param dessa primeira fase de construção dos jardins da orla, que terminou em 1939 na gestão de Cyro de Athayde Carneiro, Carlos Lang⁷, que era o chefe da Divisão de Plano e Cadastro, a qual se ocupava de melhoramentos em geral (arruamentos, nivelamentos, calçamentos, jardins, galerias de águas pluviais), os engenheiros Adalberto Moura Ribeiro e Hugo Benedito de Oliveira, além do jardineiro responsável, Carlos Colaris, do Horto Florestal de São Paulo⁸.

Esses jardins apresentavam desenhos simétricos na distribuição das árvores, caminhos retilíneos que levavam à praia, além de esparsos bancos, luminárias e alguns postos salva-vidas. Ainda assim, essa iniciativa teve tanta repercussão que Cyro de Athayde Carneiro afirmava em sua propaganda política, quando candidato a deputado estadual pelo Partido Republicano⁹, ter realizado “notável obra no setor dos melhoramentos públicos... ajardinamento da praia entre o Boqueirão e a Ponta da Praia...”

Os jardins, aparentemente, sofriam com seu uso desordenado, o que motivou a municipalidade a intervir, executando obras como o calçamento ao lado dos trilhos do bonde nos anos 40, e a construção de fontes e do Aquário Municipal, último empreendimento turístico executado pela prefeitura de Santos. “Jogos de futebol e piqueniques

(4) Os progressos de Santos. *A Tribuna*, 17 out. 1923, p. 2.

(5) Chapéus-de-sol, a imagem símbolo. *A Tribuna*, 27 ago. 1988.

(6) Todo cuidado é pouco para cuidar dos jardins. *A Tribuna*, 26 jan. 1996, p. 17.

(7) Paulistano nascido a 02/03/1909, engenheiro-arquiteto pela Politécnica em 1935. (Ficher, 1989).

(8) Todo cuidado é pouco para cuidar dos jardins. *A Tribuna*, 26 jan. 1996, p. 17.

(9) Nas eleições de janeiro de 1951.

nos extensos gramados dos jardins eram comuns no início dos anos 40. Com o projeto paisagístico ainda indeterminado, muitas áreas já estavam seriamente deterioradas... A transformação da praia como área de grande concentração urbana começou nos anos 40, e na década seguinte teria início a especulação imobiliária, os jardins sobreviveram a tudo isso.”¹⁰

O panorama das edificações existentes na orla, constituídas por chácaras de propriedade de comerciantes ligados ao café, alterou-se com a democratização do lazer que passou a ocorrer em meados do século 20. A via Anchieta, nova “superestrada” inaugurada em 1947, estimulava o desejo de se obter na praia um “refúgio”. O mar, que era visto apenas por suas propriedades terapêuticas, era agora também parte desse lazer. A economia se movimentava e vários prédios de apartamentos foram lançados, tendo como “mote” o descanso, que era usado nas propagandas: “Graças à Via Anchieta que encurtou a distância entre o litoral e São Paulo, os paulistanos podem gozar os encantos da vida a beira-mar... A praia do Gonzaga, principalmente, está se tornando uma nova Copacabana...”¹¹.

Menotti del Picchia descreveu a Santos da década de 50 de uma maneira toda peculiar: “Minha última estada na praia mostrou-me uma Santos em plena reação. O paulista já compreendeu o alcance da oxigenização do seu organismo após o desgaste da semana. O sol marinho, o vento do largo, o exercício nas ondas e nas areias valem tanto para um corpo como para um automóvel a sua lavagem e lubrificação. O camarada volta novo tal qual o cristal lascado depois de reimerso na água-mãe.

O que há de pitoresco na Santos de hoje é que a vida balneária não é mais apenas granfina: o pequeno burguês e o proletário já compreenderam que a vida pertence igualmente a todos, assim como a beleza, a saúde, o descanso e o sol. Certas zonas dão negro e mulato que parece estarmos em Tanganika ou no Sudão. Outras faz brotar sírios da areia como se estivéssemos no Marrocos. Italiano, isso reponta em toda parte. Português é nativo da terra de Brás Cubas. Pelo que se vê, a praia santista é um colorido museu de raças onde, como em todo o agrupamento urbano, acaba dominando o judeu.

(10) Chapéus-de-sol, a imagem símbolo. *A Tribuna*, 27 ago. 1988.

(11) *Jornal A Tribuna*, 24 mar. 47, p. 5.

Judeus de carne branca como requeijão e pêlos loiros – os polacos e os romenos – arrastando as gordas esposas pela mão e rumando para as ondas falando ‘yedich’ ou recitando um fragmento da Torá. Santos, atração máxima das populações paulistas, amanhã será pequena para abrigar o mundaréu de turistas que ali irão gozar o ‘week-end’...¹²”

Prestes Maia propôs, entre 1947 e 1950, o Plano Regional de Santos, centrado na questão portuária e no sistema viário. Esse plano serviu de base para o Plano Regulador da Cidade de Santos, de 1951, um dos primeiros documentos do planejamento urbano local. Em seu plano, quanto aos aspectos de lazer, Prestes Maia previa a implantação de equipamentos esportivos e sociais, para crianças e adultos “proletários” nos bairros, e balneários com piscinas cobertas nas praias do Boqueirão, Gonzaga e Ponta da Praia, com a utilização



Foto 2 – Jardins da Orla
Crédito: Ana de Castro

(12) Extraído de “Santos e Prestes Maia”, publicado por A Gazeta de São Paulo, 16 fev. 1949.



Foto 3 – Calçadão de Santos
Crédito: Silvio S. Macedo

de parte dos jardins.

As ilhas da orla

Nos anos 40 e 50, um aspecto interessante a ressaltar é a polêmica sobre a ocupação da Ilha Urubuqueçaba¹³. Havia uma proposta do escritório de Plínio de Queirós para sua ocupação que, dada sua interferência na paisagem, dividia a cidade entre favoráveis e contrários. Santos não possuía Câmara Municipal e o assunto vinha sendo tratado na esfera estadual que, por sua vez, preferiu deixar o tema para ser tratado pela futura Câmara a ser instalada no final daquela década.

No relatório de Prestes Maia o assunto foi tratado da seguinte forma: *“O conjunto Urubuqueçaba-Internacional, não podendo ser conservado em estado quase natural, poderá receber construção sujeita a aprovação especial. A língua de areia submersível, que a*

(13) Pequena ilha marítima próxima à praia, na divisa entre Santos e São Vicente; sua ocupação e do entorno sempre foi objeto de interesse particular até os dias de hoje, mas ela ainda se mantém intacta.

liga, não deve receber construção de modo algum...” Já no relatório de Carlos Lang: “O plano de urbanização da Ilha Urubuqueçaba, indicado pelo Engenheiro Prestes Maia, já foi por nós estudado, de comum acordo com os proprietários da referida ilha e terrenos adjacentes, estando o referido plano na sua fase final de aprovação.”

A cidade participou ativamente dessa discussão, por meio de jornais e de reuniões na Associação dos Engenheiros, no Rotary Club e na Comissão do Plano da Cidade¹⁴, que refletia esse debate. O engenheiro Hernani Botto de Barros, visando a preservação do ambiente, afirmava que o projeto se tratava de *“uma mutilação criminoso de paisagem magnífica”*, mas outros eram favoráveis, como o presidente da comissão, o vereador Antonio Alves Arantes, para quem os primeiros eram *“poetas, sentimentais e românticos”*, e outros ainda, como Aníbal Martins Clemente¹⁵, que buscavam uma conciliação¹⁶, propondo que a ocupação observasse *“os princípios da Carta de Atenas”*.

Em contraponto, na mesma época, foi aprovado um empreendimento na Ilha Porchat¹⁷, que apresentava qualidades inegavelmente superiores ao da Ilha Urubuqueçaba. O empreendimento estava sob a direção técnica de Oswaldo Arthur Bratke e deveria ser, de acordo com o texto do decreto que o aprovou, *“subordinado às características de cidade-jardim, destinando-se os terrenos à construção de casas residenciais e de prédios de apartamento”*¹⁸. *“... A Ilha Porchat se transformará no centro de atração mais procurado pelos turistas de todas as partes do mundo. As suas belezas naturais empolgam o mais displicente observador, e essas belezas naturais realçadas por trabalhos de engenharia de envergadura apresentarão um conjunto harmonioso que fará as delícias de todos que aqui venham para repousar ou recrear o espírito”*. (Oswaldo Bratke)¹⁹

A Ilha Porchat de hoje não é o previsto por Bratke, pois sua paisagem foi descaracterizada por edifícios que superaram em muito o gabarito máximo permitido no projeto original, mas ainda

(14) Essa comissão, instituída em 1948, tornou-se marco na discussão da questão urbanística.

(15) Português radicado no Brasil, engenheiro-arquiteto pela Escola Politécnica da USP em 1940.

(16) Parte do debate foi publicado na edição de 4 jun. 1950 de *A Tribuna*.

(17) Ilha marítima em São Vicente, voltada para a baía de Santos, cuja ligação com a cidade foi assoreada, alterando o regime de deposição de areia nas demais praias do município.

(18) Decreto Municipal n. 24/47.

(19) *Jornal A Tribuna*. Santos, 16 fev. 1950, p. 3.

é atraente, com edifícios isolados lembrando elementos soltos na proposta do urbanismo modernista. Já a Ilha Urubuqueçaba não se concretizou como obra, o que certamente sacrificaria a natureza pelo maciço de prédios ocultando seu relevo, e manteve seu perfil e sua composição na orla marítima de Santos, compondo com os



Foto 4 – Calçadão de Santos
Crédito: Francine Gramacho Sakata

A conformação dos jardins

Antonio Feliciano foi o prefeito (1953/1957) que se destacou especialmente pelas obras de embelezamento na avenida da Praia. Sua proposta de duplicação da avenida da Praia gerou polêmica, surgindo três hipóteses para sua realização: 1. demolição de um pedaço do jardim ao lado da linha do bonde para construção da nova pista, separada por um canteiro central; 2. construção da segunda pista na praia, deixando o jardim como um grande canteiro central; 3. re-tirada das linhas de bonde. A cidade discutiu o assunto pela imprensa, e apesar das controvérsias foi realizada sacrificando parte dos jardins. A partir dessa obra os jardins se estenderam para a Ponta da Praia, mesmo vetor de crescimento da cidade, e passaram definitivamente, com os canais, a caracterizar seu desenho urbano.

A década de 60 foi o marco para a definição do traçado característico dos jardins da orla, que passaram, então, a caracterizar-se como um parque urbano. Em 1957, o ex-vereador e engenheiro Silvio Fernandes Lopes transformou-se no mais jovem prefeito de Santos (1957/1961 e 1964/1968). *“... Priorizando a necessidade de concluir as obras da gestão anterior, como na avenida da praia, por exemplo, que havia sido alargada, nós reformamos os jardins para que a cidade pudesse ter uma orla bonita e agradável aos santistas e a recomposição da avenida Conselheiro Nébias, ligando a praia ao centro. ... Através de uma luta política muito grande, ... conseguimos a área necessária para implantarmos o horto de Santos, na Zona Noroeste, que permitiu o plantio de várias espécies na cidade. Para isso foi fundamental o papel do agrônomo Armando Martins Clemente...”*²⁰

Armando Martins Clemente teria baseado seu projeto em estudos que levaram em consideração três aspectos da praia de Santos: o clima agressivo, o vento dominante sul, e ser depositária de areia, o que permitiria a formação de pequenas dunas. É interessante observar que as espécies escolhidas para comporem o jardim, segundo os aspectos climáticos e o efeito estético pretendido, deveriam evitar a obstrução visual da praia, ao mesmo tempo em que propiciassem um movimento vertical, criando uma verdadeira moldura vegetal para o horizonte marítimo²¹.

Esse engenheiro agrônomo foi o responsável pela conformação paisagística dos jardins como se apresentam até os dias de hoje. A partir de seu projeto, não ocorreram grandes transformações, apesar das tentativas que se seguiram nas décadas posteriores, e a manutenção dos jardins passou a ser a atividade principal do poder público. Ocorreram alterações pontuais e inclusão de outros vegetais substituindo, devido a problemas com roedores, algumas espécies anteriormente implantadas com o objetivo de disciplinar o uso dos jardins. A construção de monumentos e a implantação de bustos passou a ser também outra forma de intervenção constante nos jardins.

“... Num encontro de dois de seus passeios de cimento, o busto de um poeta. E depois, numa quina de canteiro, o bronze... a estátua de Saturnino de Brito... um almirante – Tamandaré... um educador – João

(20) Entrevista oferecida por Silvio Fernandes Lopes a Luiz Antonio de Paula Nunes em setembro de 1997.

(21) Chapéus-de-sol, a imagem símbolo. *A Tribuna*, 27 ago. 1988.

Otávio... A estátua com Vicente de Carvalho – e as ondas de seu mar – também emprestou uma particularidade ao gramado, às copas dos chapéus-de-sol, às flores dos primitivos jardins. Cada uma dessas lembranças enfeita a praia que o santista gosta de ver ajardinada... o jardim do Boqueirão com a pérgula e o lago... no Gonzaga há a fonte luminosa,... em Aparecida há a fonte dos Sapos... o Aquário... o Leão de concreto... o relógio de sol...”²². Esses monumentos e outras instalações que foram sendo acrescentadas aos jardins, ainda que discutíveis no seu aspecto estético e na quantidade, também passaram a se fixar na memória coletiva, conformando sua identidade.

Em Discussão os Jardins das Praias

“... O santista, que já se ufanava de seu quilométrico jardim praiano passou a admirá-lo ainda mais... ele passou a defender o que considerava o mais belo de Santos, os jardins de sua praia. Verdadeiro cartão de visita da cidade...” (Lydia Federici)²³.

Em tempos de intervenção federal teve início, em 1973, por meio da empresa de economia mista municipal Progresso e Desenvolvimento de Santos S. A. – Prodesan, uma alteração no trecho entre a divisa de São Vicente e o Canal 1, com o alargamento da via, e a implantação de faixas para estacionamento de veículos. As obras prosseguiram, anos mais tarde, no trecho entre os canais 5 e 6, mas a conclusão em toda a extensão da praia sempre dependeu de verbas vinculadas à Empresa Brasileira de Transportes Urbanos – EBTU, subordinada ao Ministério dos Transportes.

Tais obras geraram, desde 1973, uma mobilização encabeçada pelo



(22) O jardim João Moreira Salles. *A Tribuna*, 24 jul. 1982.

(23) A praia de Santos. *A Tribuna*, 5 set. 1989, p. 24.

autodenominado Movimento de Arregimentação Feminina – MAF. Este elaborou um abaixo-assinado, conseguindo a interferência do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Arquitetônico e Turístico do Estado de São Paulo – Condephaat. A ação deste órgão, que pediu o detalhamento do projeto, motivou a paralisação da obra, que também incluía a construção de plataformas sobre os canais na faixa dos jardins.

Em seu documento, o MAF afirmava entre outras coisas: *“assim como a Torre Eiffel identifica Paris, a Estátua da Liberdade caracteriza Nova York e a ‘calçada de mosaico’ lembra Copacabana, uma larga e ajardinada praia bem pode ser o símbolo de Santos, porque, praias, pelo mundo, há muitas. Jardins, muito mais. Mas praias, com 6 km de jardins e ainda, com extensa faixa de areia para ser por todos usufruída, só as de Santos.”*²⁴ Exageros à parte, fica caracterizada aqui a crescente importância que os jardins ganharam a ponto de poder identificar a cidade.

Apesar disso, na Câmara Municipal, prosseguiu o debate visando a redução dos jardins para ampliação das faixas de rolamento da avenida da Orla. Fernando Oliva, na época vereador e líder da bancada da Arena, chamava a atenção para a inauguração da rodovia dos Imigrantes, e suas consequências sobre o aumento do fluxo de veículos na orla, para justificar sua posição: *“Se eu sou o prefeito, abro as pistas nos jardins.”*²⁵

Entre as reações às colocações do vereador destaca-se o artigo *“A cidade é dos homens”*: *“... E como não é pecado, mesmo porque não ganho nada do povo para dizer besteiras, também vou fazer a minha sugestão; rebentar as avenidas da praia e construir jardins em seus lugares. Os carros que descerem a serra que se danem, pois as cidades e praias foram feitas para as pessoas e não para os veículos. Toda cidade tem seu limite para ceder ao progresso, mesmo que os jardins fossem totalmente destruídos e transformados em pistas e estacionamento, num futuro bem próximo, o espaço ainda seria insuficiente para acomodar todos os automóveis que demandarão às praias.”*²⁶

No início dos anos 80, a obra de alargamento da avenida, então no trecho compreendido entre os canais 4 e 5, prosseguiu com maiores cuidados: *“De todo modo, o tradicional jardim da praia não*

(24) Praias de Santos. *A Tribuna*, 23 maio 1973.

(25) Lava-rápido e jardins. Em discussão na Câmara. *A Tribuna*, 3 ago. 1976.

(26) Max de Sancti. *A Tribuna*, 8 ago. 1976.

(27) Obras na avenida da praia. *A Tribuna*, 18 ago. 1981.

permanecerá intacto. A Prefeitura promete, porém, que o arvoredo existente junto à avenida será inteiramente transplantado a exemplo do trecho concluído entre os canais 5 e 6 e o jardim totalmente recuperado.”²⁷

No entanto, a polêmica retornou quando o mesmo vereador Fernando Oliva apresentou requerimento pedindo estudos sobre a possibilidade de alargamento da avenida da Praia sobre os jardins. A imprensa participou ativamente desse episódio com a publicação de uma série de artigos e manifestos em defesa dos jardins, que che-garam a contar com o selo “Diga não à destruição”.

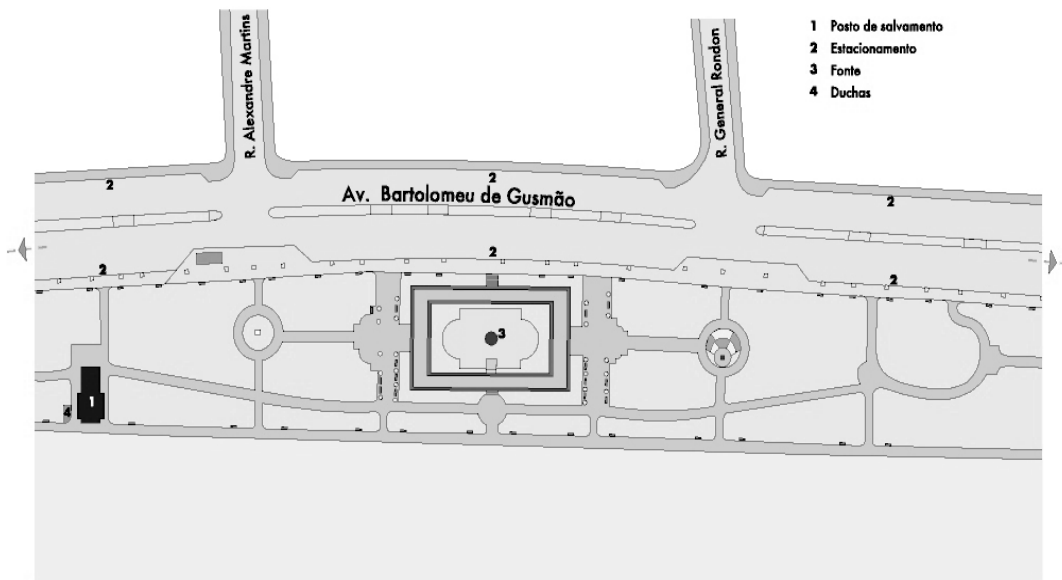
Em defesa dos jardins manifestaram-se vereadores como Mantovani Calejon, Manoel Constantino, Noé de Carvalho e Telma de Souza, ecologistas como Ernesto Zwarg, paisagistas como Oswaldo Casasco, e representantes de movimentos populares como Carlos Alberto Mourão, do Movimento de Defesa da Vida, José Carneiro de Oliveira, do Sindicato de Vigias Portuários, além de outras pessoas ouvidas pelo jornal, que promoveu o debate realizado em 25/03/1987, envolvendo setores públicos e privados da comunidade santista²⁸. Esta ação resultou no não-alargamento da avenida.

A década de 90 principiou com a discussão sobre a ampliação do antigo Aquário Municipal, prosseguiu com a implantação de pequenas edificações, quiosques para abrigar lanchonetes, em substituição aos *trailers* de lanches adaptados e permanentemente estacionados na orla da praia usados até então, continuou com posições divergentes sobre o plantio de palmeiras e coqueiros, realizado sem um amplo estudo paisagístico, e terminou com a polêmica sobre a construção de um grande equipamento comercial próximo à Ilha Urubuqueçaba e a implantação da ciclovia entre os jardins e a praia.

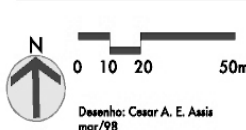
O projeto do novo aquário, de autoria de Paulo Mendes da Rocha, foi engavetado devido à forte oposição de movimentos como o MAF, todos os precários *trailers* foram retirados, e os quiosques implantados de forma concentrada em determinados pontos, a fim de não prejudicar a paisagem, as palmeiras foram plantadas em apenas um pequeno setor dos jardins, a construção do equipamento

(28) Artigos publicados por *A Tribuna* durante todo o mês de março de 1987, inclusive a íntegra do debate.

(29) MP vai acompanhar projeto de ciclovia na orla da praia. *A Tribuna*, 4 jan. 1997.



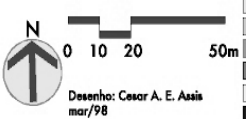
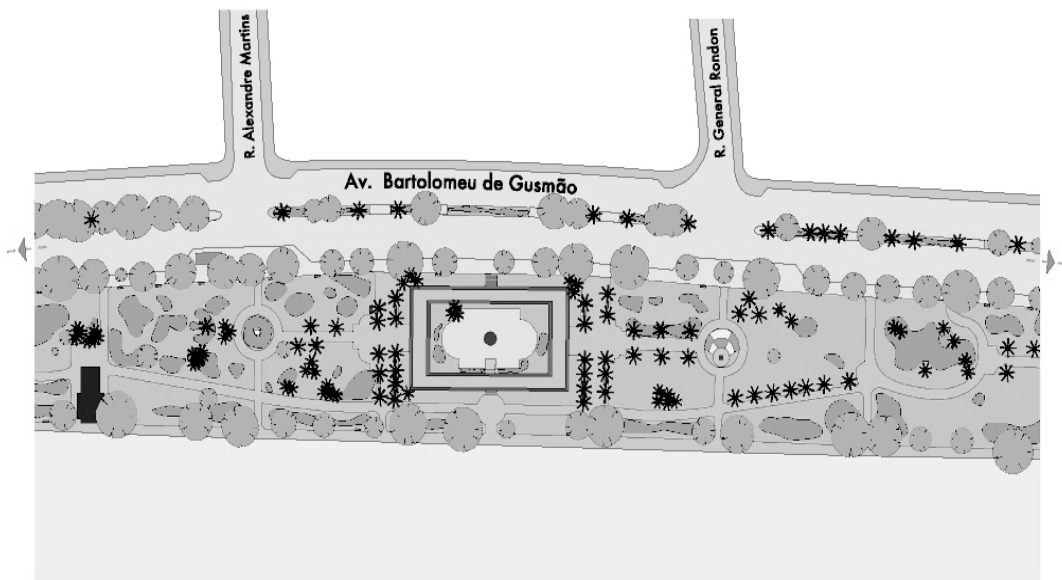
- 1 Posto de salvamento
- 2 Estacionamento
- 3 Fonte
- 4 Duchas



Desenho: Cesar A. E. Assis
mar/98

- Legenda**
- Asfalto
 - Cimentado
 - Paralelepípedo
 - Banco
 - Areia
 - Espeelho d'água
 - Mosaico branco
 - Mosaico vermelho
 - Mosaico preto e branco
 - Mosaico vermelho e branco
 - Cimentado pintado
 - Floreira
 - Ponto de ônibus
 - Canteiro
 - Edifício
 - Fonte/estátua

Planta de Piso
Calçadão da Orla de Santos
 (Trecho entre ruas Alexandre Martins e General Rondon)
Santos/SP



Desenho: Cesar A. E. Assis
mar/98

- Legenda**
- Asfalto
 - Cimentado
 - Paralelepípedo
 - Banco
 - Areia
 - Edifício
 - Espeelho d'água
 - Mosaico branco
 - Mosaico vermelho
 - Mosaico preto e branco
 - Mosaico vermelho e branco
 - Cimentado pintado
 - Fonte/estátua
 - Floreira
 - Ponto de ônibus
 - Gramado
 - Arbustos/farrações
 - Árvore
 - Palmeira

Planta de Cobertura Vegetal
Calçadão da Orla de Santos
 (Trecho entre ruas Alexandre Martins e General Rondon)
Santos/SP

Mapas 1 e 2 – Calçadão da Orla de Santos
 Crédito: Cesar A. E. Assis

comercial foi obstada judicialmente e a implantação da ciclovía tem sua discussão ainda em aberto. O projeto da ciclovía, ainda que não interfira drasticamente no desenho dos jardins, tem sido motivo de posições antagônicas e sérias reservas por parte do ministério público: “A areia da praia é intocável, é sagrada.”²⁹

Conclusão

Seguindo os passos de Aldo Rossi, procuramos nos deter “particularmente nos problemas históricos e nos métodos de descrição dos fatos urbanos, nas relações entre os fatores locais e a construção dos fatos urbanos, na identificação das forças principais que agem sobre as cidades, entendidas como forças que estão em ação de modo permanente e universal.”³⁰

Ao longo de toda a história, que já possui um século, de formação e transformação da paisagem marítima da cidade de Santos, destacou-se o processo de apropriação desta paisagem pela comunidade local. A tal ponto que qualquer tentativa de intervenção a ser promo-vida, envolvendo os jardins, sem entrarmos na discussão do valor ou da necessidade das mesmas, passou a ser objeto de discórdia, dificultando sua realização. No centro dessa disputa podemos observar vários aspectos.

Conforme Henri Acselrad, há uma luta para garantir a institucionalização e durabilidade de pressupostos políticos de modelo de cidade pelos atores sociais³¹. Em Santos, dentre esses modelos, podemos citar:

Modelos de Cidade	Característica	Prática
Cidade Empresa	Atratividade de investimentos em um contexto de competição global entre cidades	Fortalecimento da produtividade e fortalecimento das vantagens competitivas
Cidade Energeticamente Eficiente	Extensão da racionalidade econômica para o campo ambiental e da eficiência ecoenergética	Redução do volume de rejeitos e minimização dos fluxos e da degradação ambiental e energética
Cidade de Políticas Públicas	Equilíbrio entre a demanda por serviços públicos, as necessidades cotidianas da população, e os investimentos em redes e infra-estrutura	Adaptação da oferta de serviços públicos à quantidade e qualidade das demandas sociais

(30) ROSSI, p. 5.

(31) Cf. ACSELRAD, p. 79 a 89.

cial empresários e administradores, quer acrescentar novos usos a essa área; alguns gostariam de ver valorizada a questão ambiental, enquanto outros pretendem apenas a manutenção do estado atual, gerando um certo imobilismo.

Um exemplo dessa relação quase passional foi o episódio da visita de Burle Marx, durante a gestão da prefeita Telma de Souza, em 1989. Nessa oportunidade Burle Marx teceu uma crítica à pouca variedade de espécies, principalmente nativas, utilizadas ao longo dos 6 km de extensão dos jardins, resultando em certa monotonia. Essa crítica foi mal recebida pelos setores que temem qualquer intervenção nos jardins, gerando manifestações como a do agrônomo Domingos Tringali: *“Respeito a autoridade de Burle Marx e acho que nossos jardins poderiam ser melhorados. Entretanto, não os considero monótonos. Ao contrário, na época de floração eles ficam maravilhosos, com espécies como a hemerocallis e o hibisco, apresentando cores diferentes a cada trecho.”*³²

Sobre essa visita, a jornalista Lydia Federici declarou em sua coluna regular: *“Aguardemos o projeto do grande paisagista. Prontos para aplaudir ou debater, em defesa da praia de Santos, pontos discutíveis. Para conservá-la ou torná-la mais caracteristicamente santista.”*³³ Esta afirmativa demonstra o vínculo estabelecido entre a comunidade e os jardins, como uma identidade do santista, exacerbada por parcela da sociedade, de tal forma que o valor estético se subordina a esta identidade.

Essa relação se comprova quando, em pesquisa realizada pelo jornal *A Tribuna* em 1994, os jardins da praia foram citados por 40% dos entrevistados como a imagem que mais simboliza o “cartão-postal da cidade”, entre outros 50 locais. Isso se dá, segundo o jornal, porque *“Orla é motivo de orgulho”, “Orgulho dos santistas, os jardins da orla da praia, com seus gramados, plantas e flores, têm uma relação profunda com a população local. Eles enfeitam, servem a passeios, reunião de amigos e à contemplação. Mais do que isso, são únicos. Nenhuma cidade litorânea do país possui jardins iguais, em extensão e largura.”*³⁴

O poder público, percebendo essa valorização, busca transformá-lo na própria imagem da cidade, buscando estender essa identidade local para um patamar mais amplo, ao querer torná-la referência nacional e internacional por meio de um processo também simbólico. Trata-se da

(32) Paisagistas iniciam debate sobre identidade da praia de Santos. *A Tribuna*, 14 mar. 2000.

(33) Os novos jardins da praia. *A Tribuna*, 6 set. 1989.

(34) Jardins da praia são o cartão-postal da cidade. *A Tribuna*, 26 jan. 1994.

(35) Setur tenta incluir jardins no livro dos records. *A Tribuna*, 14 mar. 2000.

tentativa de inclusão dos jardins da orla no *Guinness book of records*, na categoria de maior jardim de orla marítima do mundo³⁵.

No entanto, a questão da imagem da cidade e a qualidade do desenho urbano não pode se esgotar em seus aspectos simbólicos, formadores de uma identidade local, ao contrário, deve propiciar condições para que sua conformação espacial estabeleça parâmetros e diferenciais. Portanto, sob esse ponto de vista, o poder público não pode se omitir de promover um debate que vá além da questão meramente simbólica, assumindo um papel regulador nas questões que definem este aspecto, mas voltado também para a qualidade de vida, incluindo aí a própria identidade local, por meio de um projeto que demonstre claramente essa intenção.

Os jardins da orla de Santos constam no “*repertório coletivo, na sua identidade e no imaginário da população santista*”³⁶. Por essa razão, concordamos que o poder público deve assumir junto à população a construção de uma imagem da cidade que valorize esse símbolo, ao mesmo tempo em que favoreça o desenvolvimento da cidade, buscando conjugar as diferentes necessidades e formas de apropriação da paisagem urbana de cada grupo social, por meio de um projeto o mais abrangente possível.

Bibliografia

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 01, maio de 1999. Publicação semestral da Anpur – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.

ANDRADE, Carlos R. Monteiro. *A peste e o plano*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

_____. De Viena a Santos: Camillo Sitte e Saturnino de Brito, In: SITTE, Camilo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1994.

ARAUJO Fº, J. R. A expansão urbana de Santos. In: *A Baixada Santista. Aspectos geográficos*. São Paulo: Edusp, 1964. v.3.

ARQUITETURA DA PAISAGEM – Repertório de Imagens, CD-ROM, Semiotc Systems. Concepção: Jonathas M. P. da Silva; Orient. Silvio Soares Macedo.

(36) Del Rio, p. 118.

- DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990.
- FICHER, Sylvia. *Ensino e profissão – O curso de engenheiro arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- FUNDAÇÃO ARQUIVO E MEMÓRIA DE SANTOS. Acervo de imagens e documentos.
- GONÇALVES, Alcindo. *Lutas e sonhos – Cultura política e hegemonia progressista em Santos, 1945 - 1962*. São Paulo: Unesp, 1995.
- GONTIER, Bernard. *Santos*. São Paulo: Mundo Impresso, 1991.
- LEME, Gegê. *Santos, jurado: A ilha e o novo*. Santos: Prefeitura Municipal/Prodesan, 1996.
- MAIA, Prestes. *Plano Regional de Santos*. Santos: Tipografia Brasil, 1950.
- PORTOCIDADE. Site – www.portocidade.stceilia.br – Universidade Santa Cecília. Org. e Pesquisa: Luiz Antonio de Paula Nunes e Ana Kalassa El Banat. Coord. Áureo Pasqualetto Figueiredo e Antonio Salles Penteadado.
- ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- A TRIBUNA. O aforamento de terrenos de marinha na praia da Barra. Santos, 8 maio 1921, p. 3.
- _____. Santos, 18 mar. 1921, p. 4.
- _____. Os progressos de Santos – Obras nas praias. Santos, 5 out. 1923, p. 2.
- _____. Os progressos de Santos. Santos, 17 out. 1923, p. 2.
- _____. Santos. Santos, 24 mar. 1947, p. 5.
- _____. Santos. Santos, 16 fev. 1950, p. 3.
- _____. Santos. Santos, 4 jun. 1950.
- _____. Praias de Santos. Santos, 23 maio 1973.
- _____. Max de Sancti. Santos, 8 ago. 1976.
- _____. Lava-rápido e jardins. Em discussão na Câmara. Santos, 3 ago. 1976.
- _____. Obras na avenida da praia. Santos, 18 ago. 1981.
- _____. O jardim João Moreira Salles. Santos, 24 jul. 1982.
- _____. Diga não à destruição. Santos, artigos publicados em mar. 1987.
- _____. Chapéus-de-sol, a imagem símbolo. Santos, 27 ago. 1988.
- _____. A praia de Santos. Santos, 6 set. 1989.
- _____. Os novos jardins da praia. Santos, 6 set. 1989.
- _____. Paisagistas iniciam debate sobre mudança nos jardins. Santos, set. 1989.

_____. Jardins da praia são o cartão-postal da cidade. Santos, 26 jan. 1994.

A Tribuna. Todo cuidado é pouco para cuidar dos jardins. Santos, 26 jan. 1996, p. 17.

_____. MP vai acompanhar projeto de ciclovia na orla da praia. Santos, 4 jan. 1997.

PROGRAMA PARQUE PRESERVADO

Marieta Cardoso Maciel

Engenheira arquiteta urbanista, professora doutora do Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura/UFMG (ex-arquiteta paisagista da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Belo Horizonte)



PROJETO

RESUMO

A falta de projetos arquitetônicos paisagísticos, sua execução e fiscalização para os espaços livres de uso público de Belo Horizonte, já destinados legalmente a parques, ocasionou sua inadequada ocupação pela população em geral. O programa teve como meta a transformação efetiva dessas áreas em parques públicos, possibilitando seu uso público imediato. Em sua maioria não possuíam estudos preliminares, tampouco projetos definitivos elaborados. Nesses casos, instalou-se o ambiente núcleo, necessário e atraente ao uso público, de tal forma que fosse possível a posterior elaboração do projeto. Naquelas áreas em que o projeto já existia, o ambiente núcleo foi estrategicamente localizado, de forma que não interferisse na implantação do projeto original. Com este programa, elevou-se o índice de área verde por habitante na cidade, melhorou-se a qualidade de vida da população, aumentou-se a possibilidade de atividades de lazer, além do envolvimento e da responsabilidade das comunidades no processo de implantação, operacionalização e gestão dos parques públicos. Também se demonstra uma nova ótica na elaboração de projetos de parques: implanta-se o ambiente núcleo e estimula-se a elaboração do projeto global.

ABSTRACT

Publics parks projected and constructed in Belo Horizonte with basic equipments – that allowed immediate public usage, in collaboration with the local associations – increasing the number of urban spaces for public entertainment.

PROGRAMA PARQUE PRESERVADO

Introdução

Entre 1991 e 1992, a prefeitura, por meio do DPJ da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, iniciou um amplo projeto integrado de proteção às áreas verdes de Belo Horizonte – o Projeto Verde Vivo. Este projeto era formado de um conjunto de iniciativas que envolviam a participação da comunidade, da iniciativa privada e do poder público.

A falta de projetos arquitetônicos paisagísticos, execução e fiscalização das áreas verdes públicas de Belo Horizonte, já destinadas a parques, ocasionou sua inadequada ocupação pela população em geral. Esses espaços se transformaram em depósitos de lixo, esgotos, bota-fora, abrigo de marginais e invasão, gerando insegurança aos transeuntes e moradores, e poluição ambiental, transformando áreas cuja característica principal seria a atração pública em redu-tos asquerosos. O fato de a maioria das regiões da cidade não disporem de parques implantados foi fator fundamental para a idealização, elaboração e implantação, entre 1995 e 1996, do Programa Parque Preservado.

Nesta ocasião, como arquiteta paisagista da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Belo Horizonte, foi de minha responsabilidade a coordenação técnica do projeto: vistoria e diagnóstico das áreas destinadas a parques, elaboração do programa de uso público, elaboração do projeto arquitetônico dos ambientes núcleo, consultoria na equipe do edital de concorrência pública para execução das obras e vistoria e acompanhamento das obras.

Belo Horizonte possui inúmeras áreas destinadas a parques que, equipadas e com manutenção adequada, poderiam torná-las importantes centros de convivência.

O programa teve como meta a transformação efetiva dessas áreas em parques públicos. Em sua maioria, não possuíam estudos pre-

li-minares, tampouco projetos definitivos elaborados. Nesses casos, instalou-se apenas o ambiente núcleo, necessário e atraente ao uso público, de tal forma que fosse possível a posterior elaboração do projeto. Naquelas áreas em que o projeto arquitetônico paisagístico já existia, o ambiente núcleo foi estrategicamente localizado na área, de forma que não interferisse na implantação do projeto original.

As intervenções básicas de implantação de equipamentos das áreas verdes relativas ao programa foram cercamento, guaritas, portarias, sanitários públicos, mesas de jogos, bancos, lixeiras, *playground*, bebedouros e equipamentos de ginástica. Alguns deles tiveram também a implantação de quadras poliesportivas.

A partir dessa infra-estrutura básica, executada, a comunidade local já poderia utilizar a área com segurança e posteriormente aliar-se à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PMBH) e à iniciativa privada para dar continuidade na implementação das obras restantes.

Objetivos

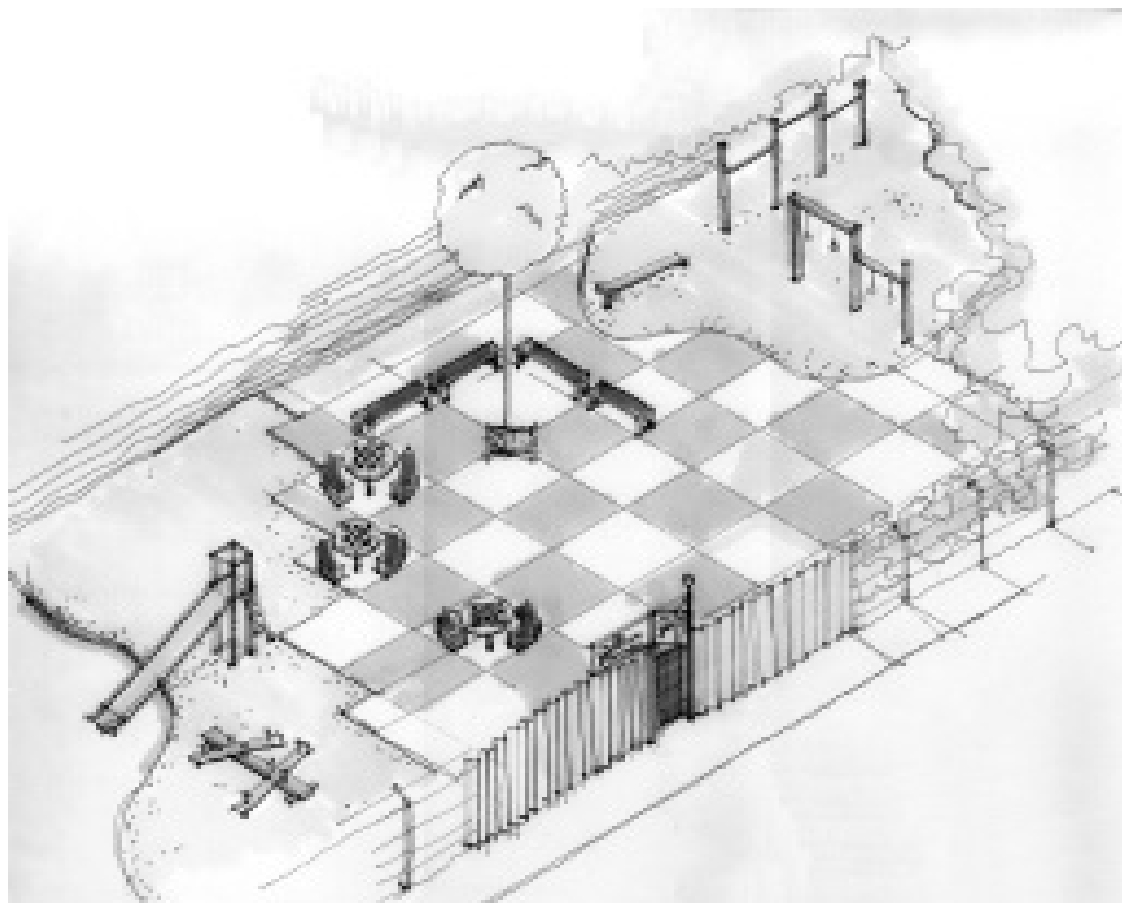


Figura 1 – Perspectiva de parte do ambiente núcleo
Crédito: Autora

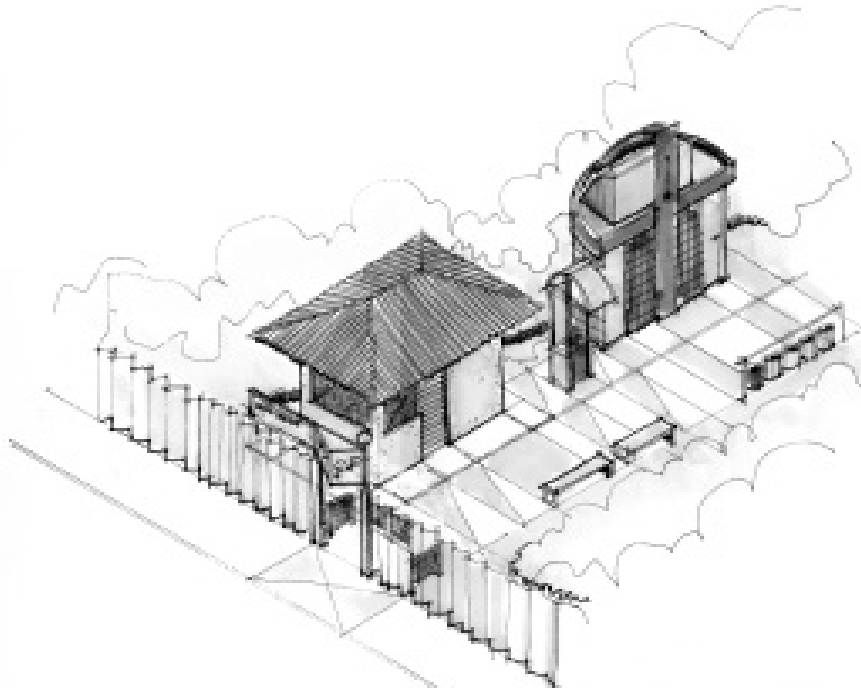


Figura 2 – Perspectiva de parte do ambiente núcleo
Crédito: Autora

Os objetivos gerais do programa foram assegurar a preservação das áreas destinadas a parques e efetivar a transformação das áreas de parques em áreas de lazer para a população.

Os objetivos específicos foram:

- Aumentar o número de áreas de lazer para a população de Belo Horizonte;
- ampliar o índice de áreas verdes públicas por habitantes com acesso e uso público;
- eliminar a deposição de lixo e entulhos nas áreas dos parques;
- implantar vigilância e manutenção permanentes em todas as áreas;
- reduzir o número de vetores de doenças com a adequada limpeza constante das áreas, agindo no controle preventivo à saúde das comunidades do entorno;
- minimizar os problemas de segurança, evitando que os parques sejam invadidos ou indevidamente utilizados;
- garantir, principalmente às pessoas mais carentes, áreas de lazer

e convívio mais próximas de suas moradias;

- ampliar a participação popular na definição, implantação e manutenção dos equipamentos públicos;
- ampliar a consciência ambiental das comunidades, pela educação ambiental;
- contribuir na implementação do projeto de coleta seletiva de lixo, de BH;
- ampliar o número de árvores, gerando mais áreas de sombra, melhoria no clima local, barreiras acústicas, mais beleza dos ambientes, maior retenção de partículas, reduzindo a poluição do ar, maior retenção das águas de chuva, contribuindo na melhoria da drenagem urbana e reduzindo erosões;
- estimular a iniciativa privada na adoção de parques para a sua manutenção e novas obras.

Além das estratégias de caráter técnico, administrativo e financeiro, o Programa Parque Preservado teve como estratégia, fundamental, a participação das comunidades envolvidas, desde o início do processo.

Utilizaram-se, como metodologia na sua implantação (elaboração do programa de uso e dos projetos e sua execução), as seguintes etapas:

- Levantamento de dados históricos e legais referentes às áreas em questão;
- levantamento dos projetos arquitetônicos e complementares existentes;
- análise das áreas de parque sem projeto arquitetônico;
- elaboração e escolha do projeto do ambiente núcleo para cada área de parque, conforme suas condicionantes biofísicas e sociais;
- elaboração de orçamento e termo de referência para licitação da obra de implantação dos equipamentos;
- reunião, com a comunidade local, para apresentação e discussão do projeto preliminar e formação das Comissões Locais de Meio Ambiente Saudável – COLMEIAS;
- reunião com as COLMEIAS, após a licitação, para apresentação do cronograma de obras, acompanhamento e conclusão das obras;
- reunião com as COLMEIAS, após a entrega das obras para as discussões sobre a operacionalização/gestão do parque (manutenção, administração e segurança).

Os parques previstos pelo programa foram os seguintes:

- Parque Alexander Brandt;
- Parque do bairro Planalto;
- Parque Ursulina de Andrade Mello;
- Parque Orlando de Carvalho Silveira;
- Parque Ecológico Renato Azeredo;
- Parque Escola Jardim Belmonte;
- Parque Ecológico e de Lazer do bairro Caiçaras;
- Parque Marcus Pereira de Melo;
- Parque Aggeo Pio Sobrinho;
- Parque Dona Clara;
- Parque Fernão Dias;
- Parque Agroecológico do Jatobá;
- Parque Serra Verde;
- Parque da Betânia;
- Parque Vencesli Firmino Silva.

Os parques implantados pelo programa foram:

- Parque Alexander Brandt: Regional Venda Nova – 12.800 m² – área já implantada desde 1992 com complementação dos equipamentos constantes do programa;
- Parque do bairro Planalto: Regional Norte – 25.284 m²;
- Parque Ursulina de Andrade Mello: Regional Pampulha – 242.000 m²;
- Parque Orlando de Carvalho Silveira: Regional Nordeste – 25.650 m²;
- Parque Ecológico Renato Azeredo: Regional Nordeste – 93.200 m²;
- Parque Escola Jardim Belmonte: Regional Nordeste – 64.763 m²;
- Parque Ecológico e de Lazer do bairro Caiçaras: Regional Noroeste – 12.446 m²;
- Parque Marcus Pereira de Melo: Regional Leste – 10.000 m²

- área já implantada desde 1982 com complementação dos equipamentos constantes do programa;
- Parque Aggeio Pio Sobrinho: Regional Oeste – 269.920 m².

Três exemplos

Parque Municipal Ursulina de Andrade Mello

Características Ambientais

- Decreto n. 3.338, de 23 de setembro de 1978.
- Local: As ruas Dr. Sylvio Menicucci, Domingos Bernis e Castelo de São Jorge.
- Área: 242.000 m².
- Localização: Administração Regional Pampulha.
- Acesso: Rua Dr. Sylvio Menicucci.



Figura 3 – Planta de localização
Crédito: Autora



Figura 4 – Vista aérea
Crédito: Autora

- Topografia: A morfologia do relevo configura um pequeno vale aberto e de fundo plano, com colinas côncavo-convexas, com altitudes variando de 950 a 830 m. Existem na área duas nascentes de pouca vazão.
- Flora: Recoberto em 80% de sua área (21,77 ha) pela floresta tropical subcaducifólia, permanece como sendo uma das maiores áreas de vegetação remanescente do município, destacando-se as seguintes espécies: jequitibá branco, sucupiras, braúnas, jacarandás, vinhático, pau-d'óleo, óleo vermelho, jacaré, açoita cavalo, cássia fedegosa, ipê amarelo, anjicos, maminha de porco, figueira, bico de pato, quaresmeira e imbaúba.
- Fauna: Os elementos faunísticos dessa pequena reserva florestal são representados por animais de pequeno porte. São encontrados aí: tapetis, jacus, inhambus e outros pássaros.
- Cercamento: A área é hoje totalmente cercada.
- Histórico: Originou-se da Fazenda São José pertencente a Alípio Ferreira de Mello e Ursulina Andrade de Mello, cuja área de mata foi

doadada, em 22 de novembro de 1978, em razão do parcelamento da fazenda. A doação foi efetuada em troca da condição de se destinar a área para a criação de um parque. O Plano de Manejo para o parque foi elaborado em 1985 por uma equipe de técnicos da PMBH. Os projetos arquitetônico-paisagísticos e complementares estão prontos desde 1986 e compõem-se de:

- Zona de uso público
 - setor esportivo: campo de futebol, quadra poliesportiva, quadras de vôlei, quadras de peteca;
 - setor de estar e lazer: *playground*, churrasqueiras, clareiras;
 - setor educacional: sala multimeios.
- Zona administrativa
 - setor de apoio: sanitários, lanchonetes;
 - setor administrativo.

Considerações

- O ambiente núcleo do Programa Parque Preservado é composto de:
 - gramado e jardins;
 - uma unidade de apoio/guarita;
 - oito mesas de jogos;
 - dez bancos;
 - dois módulos banheiros públicos masculino e feminino;
 - vinte conjuntos para lixo seletivo;
 - cinco bebedouros;
 - dez unidades de brinquedos infantis;
 - duas quadras poliesportivas;
 - dez unidades de equipamentos para ginástica.

Esse projeto não foi implantado (1985) devido à indisponibilidade de verbas específicas. Como todo projeto tem uma validade ambiental, este deve ser reavaliado diante da ocupação atual do entorno e das novas condicionantes do lugar. Entretanto, com a inclusão do Parque Ursulina Andrade Mello no Programa Parque Preservado foi possível a determinação, dentre os ambientes do projeto arquitetô-



Figura 5 – Sanitário Público
Crédito: Autora



Figura 6 – Portaria
Crédito: Autora

nico-paisagístico existentes, daquele que seria o ambiente núcleo, que, executado, criou possibilidades para a implantação global do parque.

O ambiente núcleo dentro do Programa Parque Preservado foi inaugurado em 1996.

Este é um exemplo de projeto de transformação ambiental com a participação efetiva de uma completa equipe multidisciplinar.

Atualmente o parque é intensamente utilizado pela comunidade do entorno e encontra-se com bom estado de conservação.



Figura 7 – Brinquedos infantis
Características Ambientais

- Decreto n. 7.393, de 15 de outubro de 1992.
- Local: Rua Dom Silvério – bairro Belmonte.
- Área: 64.763 m².
- Localização: Administração Regional Nordeste.
- Acesso: Rua Anis.
- Topografia: A área é levemente acidentada, mas por ter sido utilizada como chácara, tem sua topografia tratada para tal,

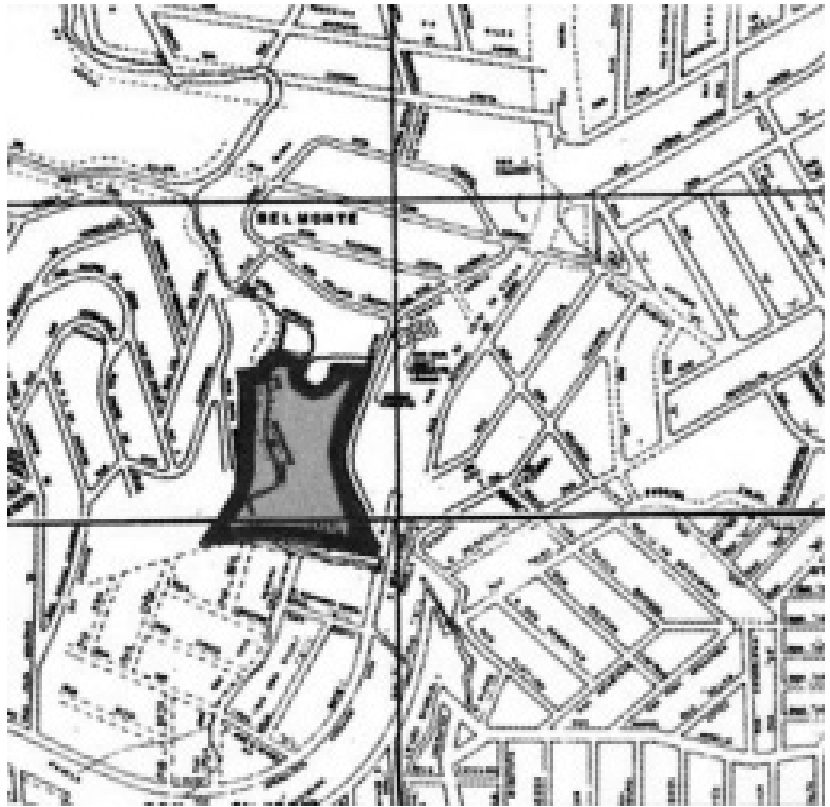


Figura 8 – Planta de localização
Crédito: Autora



Figura 9 – Vista do interior do parque
Crédito: Autora

existindo diversos platôs e taludes bem-definidos. Possui um lago artificial e o córrego do Onça, muito poluído, que a atravessa longitudinalmente.

- Flora: O levantamento da flora está sendo feito.
- Fauna: O levantamento da fauna está sendo feito.
- Cercamento: A área é parcialmente cercada.
- Histórico: Devido à ocupação intensa e desordenada da região nos dez últimos anos, essa linda chácara se tornou alvo de contínuas invasões, o que levou seus proprietários a parcelar a área. O parque é o resultado desse parcelamento do solo, conforme Processo n. 01.038.274/91-27, aplicando a Lei n. 4.034/85, de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Belo Horizonte, bem como o Código Florestal – Lei n. 4.771/65 – artigo 2º, que determina as áreas de preservação permanente. A antiga chácara possuía edificações diversas, tais como residência-sede, residência de caseiro, salão de jogos, churrasqueira, sauna e estábulo, além de uma piscina, uma quadra de peteca e um lago artificial.
- A esta área verde foram dadas duas destinações: funcionar como parque escola, voltado para a educação ambiental, e funcionar como horto de produção de mudas.
- Para a segunda função foram destinados 25.669 m², e, para a primeira função, destinou-se 39.000 m², na qual foram feitas as seguintes intervenções:
 - Transformação da residência-sede em centro cultural, no qual serão desenvolvidas atividades de oficina de educação ambiental;
 - transformação da residência do caseiro em sede da administração do parque;
 - transformação do estábulo em vestiário para funcionários, depósito e oficina de manutenção;
 - transformação do salão de jogos em biblioteca comunitária;
 - transformação da churrasqueira em lanchonete, sanitários e vestiários para o público;
 - transformação da sauna em sanitário público;
 - transformação da piscina em palco para apresentações teatrais e outras atividades, por meio de tablado colocado sobre a mesma;
 - construção de duas guaritas, uma em cada entrada;

- construção de mais uma quadra de peteca;
- criação de recantos de lazer, principalmente na área do lago.

Considerações

- O ambiente núcleo do Programa Parque Preservado é composto de:
 - Duas unidades de apoio/guarita;
 - oito mesas de jogos;
 - vinte bancos;
 - duas lixeiras;
 - seis unidades de brinquedos infantis;
 - uma quadra poliesportiva reformada;
 - residência-sede, salão de jogos e churrasqueira reformados;
 - lago artificial reformado;
 - uma unidade de equipamentos para ginástica.

A característica do projeto neste trabalho (agosto de 1995) foi a reorganização de um ambiente de uso privado, já consolidado, transformado em área verde pública. Sua inclusão no Programa Parque Preservado foi justificada pela ameaça iminente de perda da área pelas constantes invasões. Foi feita uma reforma geral das edificações escolhidas e uma ambientação arquitetônico-paisagística dos espaços livres, adaptando-os a grandes concentrações públicas. Exemplifica um projeto de recuperação ambiental.

Foi inaugurado em 1996, sendo intensamente usado desde então. O setor de produção de mudas está em fase de implantação.

Atualmente a unidade de conservação não funciona como parque escola devido à falta de recursos humanos e equipamentos, como também dificuldades em sua conservação. Existe desentendimento entre as associações de bairros, o que ocasionou problemas na gestão do parque, estando o mesmo a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Parque do Caiçaras

Características Ambientais

- Decreto n. 6.484, de 23 de fevereiro de 1990.
- Local: Ruas Pintagol, Tico-Tico, Sanhaço e da Rolinha.



Figura 10 – Perspectiva do conjunto
Crédito: Autora

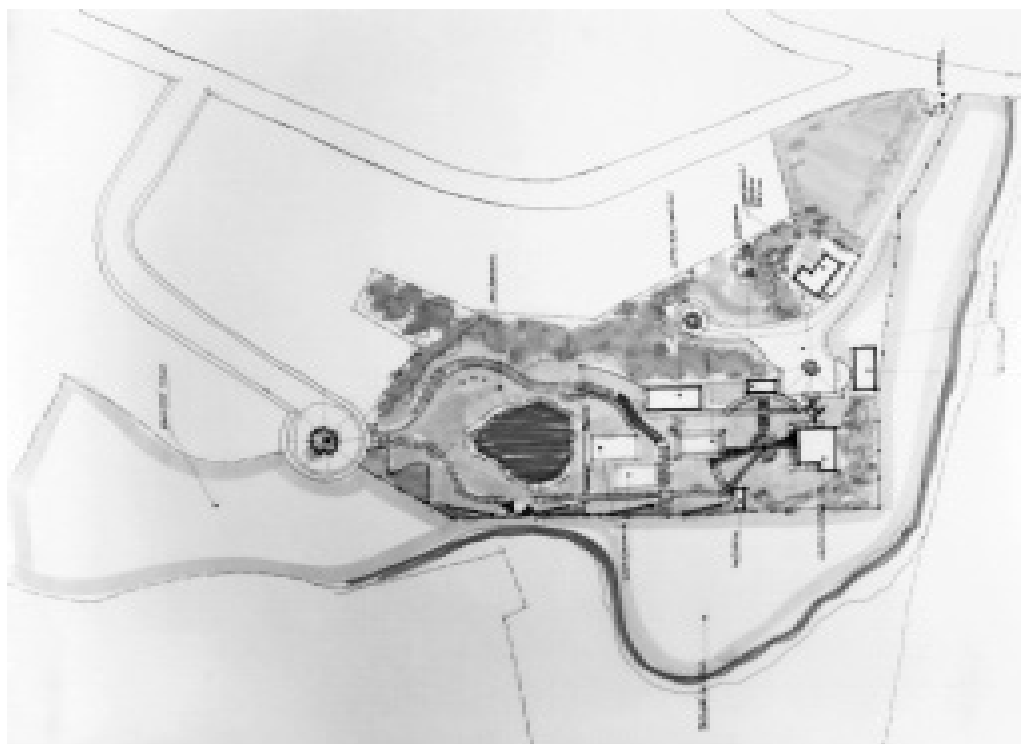


Figura 11 – Planta do conjunto
Crédito: Autora



Figura 12 – Portaria
Crédito: Autora



Figura 13 – Lanchonete e vestiário
Crédito: Autora



Figura 14 – Piscina
Crédito: Autora

- Área: 14.446 m².

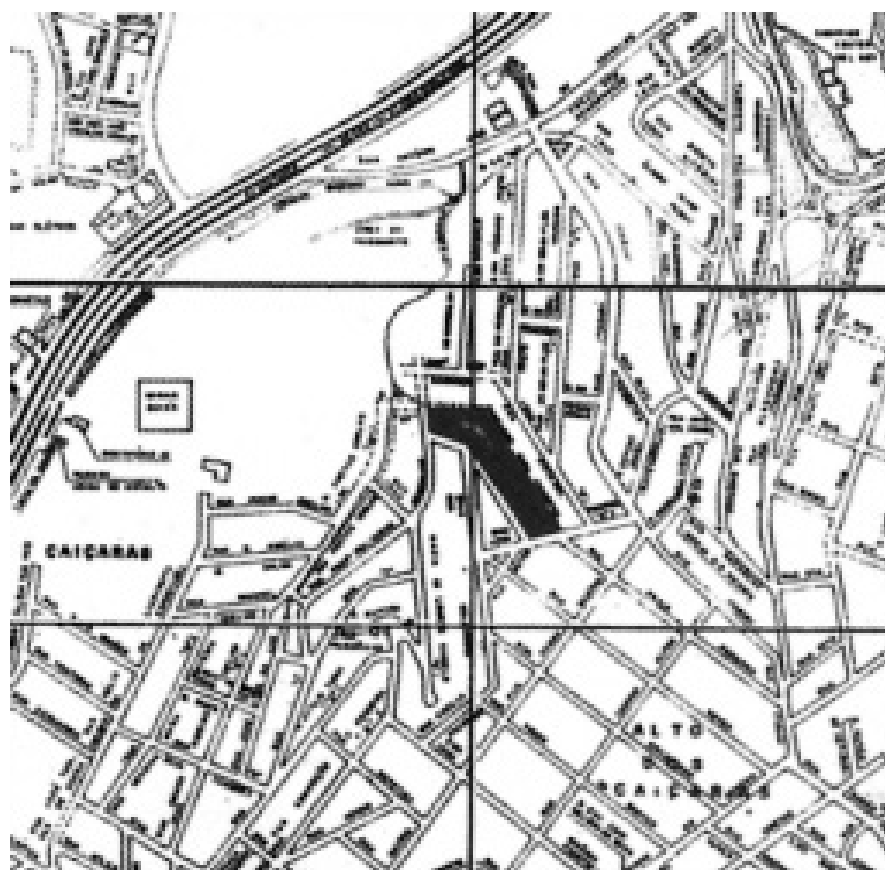


Figura 15 – Planta de localização
Crédito: Autora

- Acesso: Rua Sanhaço.
- Topografia: A área em declive, contando com a presença de um córrego e de uma cachoeira. Possui interessantes cenários paisagísticos.
- Flora: Existência de mata expressiva.
- Fauna: Levantamento não-executado.
- Cercamento: A área é parcialmente cercada, por ser área de servidão da comunidade local.
- Histórico: Área verde oriunda da subdivisão de parte do terreno referente à Fazenda Engenho Nogueira. Pelo Decreto n. 6.484, de 23 de fevereiro de 1990, a área foi destinada a um parque público; desde então, a comunidade local tem reivindicado a implantação de um parque no local pela carência de áreas verdes na região. Os projetos arquitetônico-paisagísticos e complementares se compõem de:
 - Zona de uso público
 - Setor esportivo: campo de futebol de salão, quadra de basquete, quadra de vôlei, quadra de peteca;
 - setor de estar e lazer: anfiteatro, *playground*, churrasqueiras, clareiras;
 - setor educacional: sala multimeios;
 - setor de apoio: sanitários, lanchonetes;
 - Zona administrativa
 - Setor administrativo.

Considerações

- Projeto: Agosto de 1995.
- O Parque foi inaugurado em 1996, sendo intensamente usado desde então.
- O ambiente núcleo do Programa Parque Preservado é composto de:
 - Cerca;
 - gramado e jardim;
 - uma unidade de apoio/guarita;
 - quatro mesas de jogos;



Figura 16 – Vista aérea
Crédito: Autora

- dez bancos;
- um banheiro público;
- três lixeiras;
- dois bebedouros;
- seis unidades de brinquedos infantis;
- uma quadra poliesportiva;
- seis unidades de equipamentos para ginástica.

O projeto arquitetônico-paisagístico original do Parque Ecológico de Lazer do Caiçaras foi elaborado pela equipe técnica da Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP e determinou o tipo de intervenção a ser feita na área em que a ética foi a principal norteadora da proposta. Não poderiam ser alterados nem o desenho nem as funções públicas predeterminadas. Nesses casos, deve-se agir com bom senso na localização do ambiente núcleo, de forma a não inviabilizar técnica-financeiramente a execução do projeto original.

A intervenção paisagística constituída pelo ambiente núcleo compatibilizou as diretrizes do Programa Parque Preservado com o desenho. A inclusão deste parque no programa se deve à solicitação constante da comunidade e à carência de parques nessa região, em que o índice de áreas verdes por habitante está muito aquém do ideal. É um exemplo de projeto de transformação ambiental.

A conservação do parque deixa a desejar pela intensidade do uso público e precários recursos humanos e financeiros.

Considerações finais

Este tipo de intervenção nos parques públicos de Belo Horizonte tem sido utilizado como medida compensatória, para os empreendimentos em processo de licenciamento ambiental, agilizando a im-plantação e a gestão das áreas públicas (Lei Ambiental n. 4.253/85). Exemplo disso é o Parque Fernão Dias, em fase de implantação. O projeto arquitetônico do seu ambiente núcleo foi reciclado, uma vez que novas técnicas construtivas e demandas surgiram nesse íterim.



Figura 17 – Portaria
Crédito: Autora



Figura 18 – Vista interna
Crédito: Autora



Figura 19 – Quadra poliesportiva e área de descanso
Crédito: Autora



Figura 20 – Guarita e sanitário público
Crédito: Autora

Com o Programa Parque Preservado, elevou-se o índice de área verde por habitante na cidade, melhorou-se a qualidade de vida da população, aumentou-se a possibilidade de atividades de lazer, além do envolvimento e da responsabilidade das comunidades no processo de implantação, operacionalização e gestão dos parques públicos. Também se demonstra uma nova ótica na elaboração de projetos de parques: implanta-se o ambiente núcleo e estimula-se a elaboração do projeto global.

Bibliografia

- II SIMPÓSIO SITUAÇÃO AMBIENTAL E QUALIDADE DE VIDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE. 1993. Minas Gerais. *Anais*. Belo Horizonte: FAPEMIG. 1993.
- JORNAL DE MINAS. BH ano 80. Edição histórica 80º aniversário de BH. Divisão Editorial Especial. Belo Horizonte: Imprimatur, 1977.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. Ministério da Agricultura. *Código Florestal – Lei n. 4.771*. Setembro 1965.

BELO HORIZONTE (Cidade). PMBH, Secretaria Municipal de Meio Ambiente. *Parques implantados e por implantar em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: PMHB, 1993.

_____. *Plano plurianual de proteção e controle ambiental do município de Belo Horizonte, 1990-1995*. Belo Horizonte: PMBH, 1990.

_____. Secretaria Municipal do Planejamento. *O perfil de Belo Horizonte – 1984/86*. Belo Horizonte: PMBH, 1984.

_____. *Lei do uso e ocupação do solo de Belo Horizonte. Lei municipal n. 4.034/83*. Belo Horizonte: PMBH, 1985.

_____. *Lei ambiental do município. Lei municipal n. 4.253/85*. Belo Horizonte: PMBH, 1985.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado do Planejamento, Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana. *Plano de ocupação do solo da aglomeração metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado e Planejamento, jan. 1976.

_____. Superintendência de Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Programa metropolitano de parques urbanos*. Belo Horizonte: PMBH, 1975.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano. *Subsídios a um plano diretor da paisagem urbana*. São Paulo: SHDU, 1984.

RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DO FLAMENGO

Haruyoshi Ono

Arquiteto-paisagista



PROJETO

RESUMO

Palestra proferida no ENEPEA-2000, pelo arquiteto paisagista Haruyoshi Ono, versando sobre o processo de restauração do Parque do Flamengo, no Rio de Janeiro, então em processo de restauração. Divide-se o artigo em duas partes: a primeira apresenta um painel do parque, sua formação e porte; e a segunda apresenta as medidas de restauração, então em andamento.

ABSTRACT

This paper is about the contents of a conference gave by the landscape architect Haruyoshi Ono in the ENEPEA-2000.

It have two main parts: the first describe the park and its history end the second presents it's restoration process in the end of the 20th century.

RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DO FLAMENGO

As obras do Parque do Flamengo no Rio de Janeiro foram iniciadas em 1951 com o aterro da Glória e do Flamengo, e concluído em 1962.

Para isso foram utilizados cerca de 8 milhões de m³ de terra trazida do desmonte do Morro de Santo Antônio, o que possibilitou a criação de uma área de 1.251.244, 20 m².

O objetivo desse aterro era a construção de quatro vias expressas que fariam uma ampla ligação viária entre a zona sul e o centro.

Por influência de Maria Carlota de Macedo Soares, o então governador Carlos Lacerda decidiu pela criação de um parque contendo uma área de lazer para a população carioca, implantando apenas duas vias para veículos.

Para o planejamento e a orientação das obras arquitetônicas, especialmente projetadas, foi criado um grupo de trabalho sob a direção de Lota. Neste grupo figuravam urbanistas e arquitetos como Affonso Eduardo Reidy, Jorge Machado Moreira, Carlos Werneck de Carvalho, Hélio Mamede, Sérgio Bernardes; a engenheira Berta Leitchic; o botânico Luiz Emygdio de Mello Filho; e o paisagista Roberto Burle Marx. Este grupo atuou até 1964, ano da inauguração do parque.

A execução da obra foi deixada a cargo do Departamento de Urbanização da Superintendência de Urbanização e Saneamento do Estado da Guanabara – SURSAN.

Em julho de 1965 o Parque do Flamengo foi tombado pelo DPHAN, e em janeiro de 1995, tombado pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro. (Projeto de Lei n. 712, sancionado em 04/01/95 pelo Decreto n. 2287 da CMRJ).

Localizado geograficamente em uma situação privilegiada, pois está perto das zonas sul, centro e norte, o parque é cortado por



Foto 1 – Arquivo: Projeto Quapá – Vista geral do aterro
Crédito: Silvio S. Macedo

duas vias para automóveis com quatro pistas cada uma, facilitando o escoamento dos moradores da zona sul para a cidade, assim como seu retorno.

No projeto original as áreas de **parqueamento** foram localizadas na periferia, evitando-se, desta forma, o veículo dentro do parque, para não prejudicar a tranquilidade e o aproveitamento da comunidade na sua atividade de lazer.

Sete (7) **passarelas** sobre as pistas e três (3) amplas **passagens subterrâneas** fazem a ligação do parque à zona urbana. É por onde o público transpõe as pistas com segurança.

Internamente foi criada uma **pista de concreto**, com 5 m de largura, percorrendo todo o parque. A idéia original era que este caminho servisse para a circulação de um trenzinho que transportaria cerca de 100 passageiros e que à noite fosse utilizado também como rua de serviços. Atualmente este caminho é utilizado para pedestres e ciclistas.

O parque se caracteriza por extensas **áreas gramadas** com relevos formando pequenas ondulações, e com caminhos sinuosos, ensaiabrados, que percorrem toda a sua extensão, ligando as



Foto 2 – Parque do Flamengo – Equipamentos infantis
Crédito: Autor



Foto 3 – Parque do Flamengo – Equipamentos infantis
Crédito: Autor

diversas áreas de lazer à praia criada artificialmente.

Ao longo do parque estão distribuídos espaços para piquenique, áreas de estar com mesas e bancos; campos esportivos para futebol, tênis, basquete e vôlei; pistas para aerodelismo e um tanque para modelismo naval, além de algumas pequenas construções como um teatro de arena, um teatrinho para fantoches e marionetes (projetado pelo arquiteto Carlos Werneck), um coreto para concertos ao ar livre e dois pavilhões para *playground*, estes últimos projetados pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy.

No decorrer do tempo foram acrescentadas algumas construções como o Monumento a Estácio de Sá, projeto do arquiteto urbanista Lúcio Costa, o restaurante Rio's, do arquiteto Marcos Konder Neto, e a Marina da Glória, do arquiteto Amaro Machado.

A Marina da Glória foi construída (1976) em um terreno de 105.890 m², cedido sob regime de aforamento ao município do Rio de Janeiro, por decreto federal de 1979 (2/7/1979). Nesta área, inicialmente, em 1969, havia sido elaborado um projeto que abrigaria um aquário público com peixes de água doce e salgada, e um sombral com passarelas elevadas, no qual os usuários poderiam passar sobre a vegetação, conhecendo a flora nativa.

Foto 4 – Parque do Flamengo – Canteiro junto ao Morro da Viúva
Crédito: Autor



Unindo os diversos equipamentos, foram projetados grupos de vegetação, em que se teve o cuidado na escolha de espécies com florações sazonais, de maneira a assegurar flores durante todo o ano.

Para enfatizar a forma e a coloração dessas florações, a vegetação foi disposta em grandes conjuntos de mesma espécie. Foi também dado ênfase na especificação das palmeiras, tanto as nativas como as exóticas.



Foto 5 – Parque do Flamengo –
Canteiros elaborados
Crédito: Autor

É necessário ressaltar que para se chegar a este resultado, foi de grande importância a criação de um horto no início dos trabalhos, pois foi lá que as diversas espécies trazidas de várias regiões do Brasil se aclimataram.

Nas grandes construções como o Museu de Arte Moderna, o Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, o Complexo Aquário-Sombral na Enseada da Glória (este não construído) e o restaurante situado próximo ao Morro da Viúva, foram projetados jardins mais elaborados, utilizando canteiros com arbustos e ervas, esculturas, espelhos d'água e fontes.

Apesar de tombado pelo Patrimônio Nacional e pelo município, até 1999 o parque se encontrava carente de cuidados. A dificuldade de manutenção e a falta de consciência ecológica dos frequentadores, muitas vezes, acarretaram perda de espécies botânicas e a depredação do seu mobiliário urbano.

A partir de outubro de 1997, coordenados pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, iniciamos a elaboração do Projeto de Recuperação e Revitalização do Parque e da Praça Salgado Filho, em frente do Aeroporto Santos Dumont. Este projeto visava, além de recuperar as áreas degradadas, atualizar as funções e o uso do parque, analisando e enfocando cada equipamento. Todas as propostas apresentadas eram submetidas à análise de uma comissão multidisciplinar criada pela prefeitura.

Primeiramente, fizemos um diagnóstico de toda a vegetação e dos elementos construídos existentes a partir do projeto original, da década de 60, e de um levantamento topográfico atual. Foram utilizados também levantamentos fotográficos, consulta a diversas fontes bibliográficas, visitas de campo em dias e horários diversificados, avaliação de usos atuais, do estado de conservação das espécies vegetais e do mobiliário urbano, conhecimento das principais reivindicações apresentadas pela comunidade e, principalmente, consulta ao Inventário Florístico do Parque do Flamengo, realizado em junho de 1992, sob a coordenação do professor Luiz Emygdio de Mello Filho e por iniciativa da Associação dos Moradores e Amigos do Flamengo.

Como conclusão, foi constatado, de uma maneira geral, alguns principais pontos:

- descaracterização do projeto original, principalmente no que diz respeito às espécies vegetais, com a introdução e a falta de reposição dos elementos mortos;



Foto 6 – Parque do Flamengo – Jardins do Museu de Arte Moderna
Crédito: Autor



Foto 7 – Parque do Flamengo – Jardins do Museu de Arte Moderna
Crédito: Autor

- falta de cuidados gerais como poda, limpeza, controle fitossanitário e adubação;
- utilização indevida dos espaços, tais como: estacionamento nas calçadas, deteriorando o piso, prática de jogos de futebol nos gramados, oferendas religiosas e churrasqueiras junto aos troncos das árvores, sistema de iluminação inadequado ocasionando insegurança;
- mobiliário destruído;
- nos *playgrounds*, quantidade de brinquedos em péssimo estado de conservação, comprometendo a segurança das crianças;
- em alguns pontos, as separações feitas por tentos de concreto entre pisos e canteiros praticamente eram inexistentes. As formas orgânicas que criavam diferentes ambientes ao longo do parque e que o caracterizam estavam desaparecendo, e a leitura do projeto implantado estava cada vez mais difícil;
- construções criadas aleatoriamente, sem nenhum planejamento para sua implantação, e principalmente sem integração com a área verde do parque, tais como as ocupadas pela Comlurb, Guarda Municipal e Rio Luz;
- a presença de ambulantes, principalmente na praia;
- nas construções, onde os jardins são mais elaborados, foram encontrados pisos quebrados com remendos grosseiros, nos quais vice-javam ervas daninhas;
- lagos com água pútrida ou com lixo e mato;
- esculturas destruídas;
- um outro fato que sistematicamente vinha ocorrendo foi a realização de shows e eventos que destroem os jardins, principalmente a área onde existe um gramado em ondas, com grama em duas cores, uma das características que marca internacionalmente este jardim. Devido ao pisoteio, vandalismo e a montagem de estruturas sem qualquer preocupação e nenhum critério e respeito em preservar este patrimônio, encontramos o referido jardim de ondas totalmente destruído;
- a falta de segurança, a presença indesejável de mendigos e as ações de marginais eram um fator inibidor à utilização de várias áreas do parque.

Após termos uma conscientização dos problemas do parque, a etapa seguinte foi a de determinar as diretrizes de intervenção:

- tratamento fitossanitário para recuperar e conter as pragas e doenças na vegetação;
- recuperação dos elementos construídos e verificação das instalações hidrossanitárias;
- reposição das espécies botânicas perdidas ao longo dos anos e a serem acrescidas em espaços sem sombra, com a finalidade de favorecer a permanência dos usuários;
- locação de postos para a guarda responsável pela segurança;
- colocação de mobiliário urbano que atenda às atuais necessidades, como bancos, mesas, mesas para jogos, churrasqueiras, quiosques de alimentação e sanitários;
- recuperação das quadras esportivas existentes, oficialização de algumas quadras que vinham sendo utilizadas em áreas não-permitidas;
- criação de espaços apropriados às atuais e diferentes práticas esportivas como muros para escaladas, paredes para tênis (estes dois ainda não aprovados), pistas para skate e patinação, escolinha de trânsito, quadra de *gateball*, campo de bocha;
- enfim, foi feita uma adaptação do projeto original à realidade atual.

Para a determinação do tratamento fitossanitário, as condições da vegetação foram classificadas segundo Zamberlan dos Santos e Teixeira, em quatro categorias:

boas: quando a maioria dos elementos do grupo apresentava isenção de sinais de praga, doenças ou injúrias mecânicas e mostravam as características da espécie;

satisfatórias: quando apresentavam pequenos problemas de pragas, doenças ou danos físicos e necessidade de poda corretiva;

ruins: quando apresentavam severos danos e necessitavam de muito trabalho de recuperação; e

mortas: quando o elemento apresentava morte iminente, ou seja, es-tava condenado.

Quando um vegetal apresentava sintomas de anormalidade, seu



Foto 8 – Parque do Flamengo – Equipamentos infantis
Crédito: Autor

material era enviado ao laboratório para identificar os agentes etio-lógicos da praga ou doença, e, a partir deste resultado, para a efeti-vação deste tratamento, eram realizadas as diferentes práticas, tais como: retutoramento, podas de limpeza, de conformação e de re-generação, aplicação de soluções fungicidas e/ou inseticidas.

Outra prática também realizada foi a dendrocirurgia, que é o tratamento das áreas lesionadas dos caules, ou dos ramos, que apresentam necrose em expansão. Tem como objetivo principal o estancamento da necrose utilizando-se fungicidas e substâncias impermeabilizantes.

Para elementos em boas condições fitossanitárias que não poderiam permanecer em seu local de origem, recomendamos os seus transplantes, e, para as árvores em estado fitossanitário irrecuperável e/ou mortas, a sua remoção. Foi executada também uma adubação geral no parque, cuja prescrição foi feita a partir do resultado de coleta de amostragem por trecho trabalhado.

Os dados finais do tratamento fitossanitário mostraram que foram feitas 12.798 intervenções, sendo que:

– 6.835 elementos foram podados;

- 269 árvores de médio a grande porte, removidas por serem irre recuperáveis;
- 33 árvores de médio a grande porte, removidas por serem consideradas espúrias;
- 2.697 elementos que obtiveram controle químico; e
- 700 dendrocirurgias.

Com o objetivo de estabelecer normas e condições para a execução das obras e serviços de recuperação paisagística do Parque do Fla-mengo, elaboramos um documento denominado Termo de Referência, que enfocava os serviços de fitossanidade, obras civis e acréscimos vegetais. Este documento serviu de regulamentação para as empresas executoras dos serviços, contratadas pela prefeitura.

No escopo da execução das obras civis estavam incluídas a recuperação dos diferentes pisos existentes no parque, assim como dos meios-fios, tentos, golas para árvores, bancos, mesas e a construção de novos elementos propostos: churrasqueiras, paredão para jogos de tênis, bocha, quiosques de alimentação, brinquedos tradicionais e projetados em concreto, pistas de *skate*, paredão para escalada e escolinha para trânsito.

A revisão, recuperação e construção das instalações hidráulicas, de esgoto e elétricas também estavam incluídas no escopo das obras civis.

No tocante à vegetação tomamos por base o projeto original da década de 60 e o Inventário Florístico elaborado em 1992. Este inventário nos apontou a existência de 10.250 exemplares de árvores, em 1992, e confrontando-o com o projeto original, constatou-se que houve uma perda de aproximadamente 6.000 exemplares arbóreos.

Tendo conhecimento dos resultados desse inventário, passamos a especificar a vegetação sob o critério definido no projeto original, que foi o do plantio em grupos, ou renques, para que se acentuasse as características de cada espécie.

Repusemos as perdas havidas onde foi possível, e nas áreas desprovidas de vegetação, em que havia necessidade, introduzimos algumas árvores.

Para efeito de coibir a prática de jogos de futebol sobre os gramados em que originalmente existiam árvores, foi necessário o plantio mais

adensado em comparação à quantidade de árvores que haviam sido destruídas nesta área.

No caso de elementos sabidamente em idade avançada, ou prestes a morrer, foi recomendado o plantio próximo a eles prevendo que, quando de sua remoção, houvesse uma outra em porte maior. Este foi o caso das palmeiras *corypha umbraculifera linn*, a *talipot*.

Sob as árvores, onde originalmente existia grama, devido à sombra criada após o seu desenvolvimento, especificamos outras espécies mais apropriadas.

No desenvolvimento do projeto foi levado em consideração um percentual de perda de vegetação, por se tratar de mudas plantadas em parque público e expostas a furtos, danos e depredação.

Em resumo, foram plantados 5.439 elementos dentre árvores e palmeiras.

Como forma de dar orientação às empreiteiras que estão executando os serviços ligados à vegetação, elaboramos normas de procedimento para o plantio das palmeiras, árvores, arvoretas, arbustos e plantas de forração, e foram fornecidas planilhas quantitativas nas quais estão especificados os espaçamentos e as alturas mínimas



Foto 9 – Parque do Flamengo – Vista Geral
Crédito: Autor

recomendadas. Essas empreiteiras têm a incumbência de manter as áreas plantadas por apenas 60 dias após a entrega da obra.

É oportuna a divulgação deste trabalho, não só para mostrar o processo de sua elaboração, como, principalmente, **para ressaltar a importância da manutenção permanente do parque.**

O trabalho que está sendo realizado deverá ter continuidade por meio de sua manutenção, pois, caso contrário, todo o esforço envolvido nesta obra estará irremediavelmente perdido.

Laboratório de Programação Gráfica

Prof. Coordenador: Minoru Naruto

Supervisão Geral

José Tadeu de Azevedo Maia

Supervisão de Projeto Gráfico

André Luis Ferreira

Supervisão de Produção Gráfica

Divino Barbosa

Preparação e Revisão

Ivanilda Soares da Silva

Margareth Artur

Diagramação

Sóstenes Pereira da Costa

Tratamento de Imagem e Fitolito

Sidney Lanzarotto

Emendas

Eliane Aparecida Pontes

Montagem de Chapa

Robson Brás Teixeira

Cópia de Chapa

Juvenal Rodrigues

Impressão

José Gomes Pereira

Dobra

Ercio Antonio Soares

Acabamento

Ercio Antonio Soares

Juvenal Rodrigues

Nadir de Oliveira Soares

Ricardo de Sotti Machado

Secretária

Eliane de Fátima F. Previde

Composição, fítolitos, impressão offset e acabamento

Laboratório de Programação Gráfica da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Pré-matriz

Linotronic Mark 40

Tipologia

Futura Lt BT, no corpo 11 para o texto, Futura Lt BT, no corpo 16 para os títulos,

Futura Md BT, corpo 12 para os subtítulos, Futura Lt BT, no corpo 8 para as legendas (itálico) e notas (normal),

Futura Lt BT, no corpo 10 para as bibliografias.

Montagem

16 cadernos de 8 páginas P/B

02 cadernos de 8 páginas coloridas

Tiragem

1.500 exemplares

Data

Dezembro de 2002

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

REVISTA PAISAGEM E AMBIENTE – ENSAIOS

1. *Paisagem e Ambiente* é uma revista da FAUUSP que tem como objetivo a divulgação de trabalhos da área de Paisagismo em suas diversas escalas de abrangência da arquitetura paisagística do planejamento paisagístico e ambiental.

2. O Conselho Editorial da revista *Paisagem e Ambiente* decidirá quais artigos terão a possibilidade de publicação, considerando para tanto o espaço disponível e a pertinência do tema em face da linha editorial.

3. Os originais deverão ser apresentados:

– em disquetes – utilizando processador de texto WORD 5.0 ou superior. Deverá conter entre 21.600 a 43.200 caracteres, incluindo o resumo, o abstract e a introdução. Juntamente com o disquete deverá acompanhar uma cópia impressa do arquivo.

4. Os títulos e os subtítulos deverão aparecer em maiúsculas, pois é importante que no original fique clara a sua natureza. Também deverão ser concisos e explícitos quanto ao conteúdo tratado.

5. Logo após o título deve constar o nome do autor, sua qualificação e procedência.

6. As notas e referências bibliográficas deverão ser agrupadas no final do texto e devidamente referenciadas, de acordo com as normas da ABNT - NB 66.

7. As ilustrações (originais) deverão ser entregues em folhas separadas com as devidas indicações de créditos e legendas, devidamente referenciadas no texto. Não serão aceitas em arquivos e nem em fotocópia

– Não devem ser apresentadas ilustrações (imagens) que sejam cópias de livros/revistas sem autorização do autor.

– Os desenhos deverão ser entregues em arte-final, preferencialmente a nanquim sobre papel shoeller ou vegetal. No caso de fotografias deverão ser entregues os originais, em papel, slides ou cromo.

– Em caso de imagens eletrônicas, deverão estar em boas condições, com 300 dpis e em terminação Tiff.

8. Após o ato de entrega, as condições dos originais serão analisadas criteriosamente. Os trabalhos que estiverem em desacordo com os padrões aqui descritos serão devolvidos em seguida para que se providencie sua regularização.

9. Os autores receberão gratuitamente três exemplares do fascículo em que tiver sido publicado o artigo.





9 770104 609003 00015

A white rectangular box containing a barcode and the ISSN number 00015. The barcode is a standard 1D barcode with the number 9 770104 609003 printed below it.

PAISAGEM AMBIENTE 15